

Avante!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 703
17 de Junho de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

CDU O VOTO QUE DECIDE



Cobalães de Coimbra



Coliseu de Lisboa



Encontro de Candidatos



Vila Velha de Ródão



Mantelgas



Idanha-a-Nova

ENCONTRO DE CANDIDATOS APROVA MANIFESTO ELEITORAL



Defender Portugal na CEE



Teixoso



Covilhã



Cartaxo



Fundão



Boticelha

«Os propagandistas da direita acusam a CDU de na pré-campanha andar depressa de mais, e ir à frente dos outros. Lá que estamos a andar depressa é verdade. Lá que vamos à frente dos outros também é verdade. A direita critica. O povo aplaude. Portanto está certo.»

Álvaro Cunhal no Coliseu, na sessão de encerramento do encontro nacional de candidatos da CDU em 10 de Junho

Págs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11/Semana

Em Foco / **Avante!**
Apo 57 - Série VII
N.º 703
17 de Junho de 1987
3 - Cadete
Não pode ser vendido

**CDU em marcha na emigração
Paris já está a votar?**
Do nosso enviado especial Henrique Custódio

Paris ainda não está a votar. Mas quem sabe. Dentro de dias realizam-se as eleições municipais em Portugal. Os deputados em Portugal irão eleger um representante para o Parlamento Europeu (já também com os votos em Portugal). No que toca ao círculo europeu em França e, desde imenso tempo, a maioria dos deputados europeus encontra-se na região de Paris. A capital gaulesa eleitoral europeia na escolha do deputado europeu, a quem não é necessário ter nacionalidade portuguesa para concorrer a essas eleições. Entre estes, três estarão particularmente presentes: a CDU, o PS e o PSD. Foram eles sempre hegemónicos na região.

Nos 14 364 votos de forma vencedora, a CDU em 1983 e o novo ganhador (o PS) venceu espectacularmente para os 5070 votos em 1986. O PSD beneficiou do crescimento do PS, mas não por uma vitória da CDU. Os seus em cinco anos e em seis eleições sucessivas, os comunistas tiveram 1000 votos a mais.

Respeito e confiança que também merecem ser observados com algum detalhe. Por isso diz «Muito obrigado» «Bom dia de alegria», os nossos companheiros habitam emigração. Com grandes entusiasmos de entre o grupo do regresso e a emigração.

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Em Foco

Nota da Comissão Política sobre a recusa do Alto da Ajuda para a Festa do «Avante!»

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português considera esgotadas as prolongadas e insistentes diligências do PCP e do Órgão Central do Partido para que fosse autorizada a realização da Festa do «Avante!» no Alto da Ajuda, onde se tem realizado nos últimos 8 anos.
 2. Na conclusão de procedimentos dilatatórios inclassificáveis, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Governo demitido PSD de Cavaco Silva, concluídos, recusaram a utilização do terreno para a realização da Festa do «Avante!».
 3. Não existem razões válidas que justifiquem a recusa. O invocado plano da construção nesse terreno de instalações universitárias (a que não corresponde, no período necessário para a realização da Festa, o início de quaisquer obras) aparece como um mero pretexto para impedir a realização da maior e mais notável iniciativa festiva e cultural do povo português, na qual participam anualmente centenas de milhares de portugueses e que ganhou extraordinário prestígio internacional.
 4. Trata-se de uma decisão inqualificável, discriminatória e persecutória em relação ao Partido Comunista Português, contra a qual a Comissão Política do Comité Central expressa a sua veemente repulsa e protesto.
 5. Esta decisão é uma nova e escandalosa confirmação da natureza intolerante e antidemocrática do Governo demitido PSD de Cavaco Silva que dá a todos os portugueses novos motivos para que o Governo seja definitivamente afastado do poder na sequência e em resultado das eleições de 19 de Julho e para que seja formado um governo democrático que respeite a legalidade e os direitos dos cidadãos.
 6. A Comissão Política do CC informa que, em resultado da recusa do terreno pelo Governo Cavaco/PSD, a realização da Festa do «Avante!» fica impossibilitada no corrente ano de 1987. Fica entretanto em aberto e será examinada (sem ainda qualquer certeza de concretização) a possibilidade de uma outra grande iniciativa popular de carácter cultural e festivo (certamente de âmbito mais restrito do que a Festa do «Avante!») ainda no ano em curso.
- A Festa do «Avante!» não se realizará este ano por uma decisão reaccionária do Governo Cavaco/PSD, mas a Festa do «Avante!» vai continuar a fazer-se como grande realização popular e nacional.
- 8 de Junho de 1987
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



AMIZADE E SOLIDARIEDADE PCP-OLP

No dia 11 de Junho, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu Abdullah Hourani, membro do Comité Executivo da OLP. No encontro, onde participaram Domingos Lopes, suplente do CC, e Issan Bessise, representante da OLP em Lisboa, Abdullah Hourani informou sobre os resultados do 18.º Conselho Nacional Palestino, recentemente realizado em Argel. Por seu turno, Álvaro Cunhal informou sobre a situação política portuguesa, tendo expressado a solidariedade do PCP à luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais, incluindo o da fundação do seu próprio Estado independente e soberano. Foi expressa a vontade comum de reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e a OLP.

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 703

17 de Junho de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O voto que decide

A pouco mais de um mês após a sua criação e arranque a CDU afirma-se como um promissor agrupamento de forças solidamente enraizado no povo.

As suas propostas políticas e objectivos essenciais de campanha para as próximas eleições, o seu dinâmico projecto unitário já largamente submetido à prova do tempo pelas forças que a compõem, estão penetrando fundo nas massas populares e ganhando a adesão entusiástica e consciente de muitos milhares de portugueses que encontram na CDU e no seu projecto a resposta para as suas interrogações, preocupações e anseios.

O povo português, ao contrário do que pontuam certos comentadores encartados, aprendeu muito nos últimos anos. Nos dois meses que medeiam desde o derrubamento do Governo de direita Cavaco Silva/PSD o nosso povo tem mostrado notável maturidade política e uma elevada consciência do que está realmente em jogo nestas eleições antecipadas para a Assembleia da República e simultaneamente para o Parlamento Europeu em 19 de Julho.

Uma valiosa experiência se acumulou no movimento popular e democrático nestes mais de onze anos de domínio da direita na administração do País, de governos da contra-revolução ou, sob uma falsa roupagem de esquerda, politicamente perfilados na direita.

Quase doze anos de governação de que cerca de nove se processaram sob o controlo directo ou partilhado do PSD e de maneira particularmente instrutiva nestes últimos dois anos sob o comando intolerante e reaccionário de Cavaco Silva.

As consequências nefastas da política governante de Cavaco e do PSD são, por si só, importantes factores de esclarecimento dos trabalhadores, das classes, camadas e sectores intermédios da nossa população, da intelectualidade, das mulheres, da juventude, rudemente atingidos nos seus interesses vitais pela política cavaquista.

É cada vez mais evidente a origem dos males que os afectam. É cada vez mais compreendida a necessidade de um governo democrático e de uma política democrática.

Nesta fase de pré-campanha a CDU cumpriu satisfatoriamente os seus objectivos e justificou numa dinâmica acção no plano nacional a sua razão de existir.

As forças coligadas na CDU (o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista «Os Ver-

des», a Associação de Intervenção Democrática, a JCP, o elevado número de prestigiados democratas independentes) estão em plena acção com todas as suas energias.

Nenhuma outra força política interveniente na batalha eleitoral de 19 de Julho mostrou uma tal capacidade de agir e de levar ao povo a sua mensagem. Nenhuma como a CDU está em condições de conhecer as preocupações e anseios do povo. Nenhuma pôde realizar em tão curto espaço de tempo como a CDU uma tão vasta e verídica auscultação nacional dos problemas e aspirações do povo português.

Há fenómenos novos de aproximação e de identificação política de portugueses e portuguesas, oriundos de outras formações, com os partidos, as organizações e os cidadãos e democratas independentes integrados na CDU.

O diálogo e a convergência de interesses em torno da CDU abrem caminho a mais largo entendimento político entre as forças democráticas das quais depende a derrota eleitoral da direita em 19 de Julho.

Trabalhadores que se vêem atingidos pelo alastrar do desemprego, pela persistência do escândalo dos salários em atraso, pela insegurança dos postos de trabalho, dos contratos a prazo, da total privação dos direitos e garantias sociais, vêem no projecto unitário da CDU, nas suas propostas políticas, na reconhecida idoneidade e devotamento dos seus aderentes uma garantia real de ataque e resolução dos seus agudos problemas.

Agricultores e pequenos e médios empresários e mesmo quadros e dirigentes de empresas de dimensão nacional começam a dar-se conta nos seus efeitos práticos, dos custos da adesão à CEE, das consequências nefastas dos compromissos antinacionais assumidos pelo Governo Cavaco Silva/PSD no quadro da Comunidade Europeia para as suas actividades e interesses, adquirem consciência da necessidade de fazer ouvir na Assembleia da República como no Parlamento Europeu vozes tão empenhadas na defesa dos interesses do País como as dos democratas e candidatos da CDU.

É tocante ver como as mulheres e os jovens abraçam com entusiasmo a causa da CDU, como vêem nas forças que a constituem e nos seus objectivos e propostas uma vontade decidida e esclarecida de atacar e resolver os agudos problemas que os afectam.

Os jovens que alegremente agitam as bandeiras da CDU nas suas concentrações e convívios têm os olhos abertos para a realidade.

Os nossos jovens começam já a dar-se conta de que nos horizontes fechados para o primeiro emprego, para o acesso ao ensino, para a satisfação das suas mais elementares exigências materiais, sociais e culturais não podem aspirar a resolver com os gestos «esmoleres» do Governo de direita e demagogia alienante do cavaquismo os seus angustiantes problemas.

As mulheres aparecem em força nas iniciativas da CDU e também elas começam a tomar consciência que, na Coligação Democrática Unitária, há uma consonância de vontades e de interesses aberta à solução dos problemas que mais afectam a mulher portuguesa no momento actual.

Os traumas causados pelos que prometeram tudo, e pouco ou nada cumpriram, pelos que usaram da demagogia para ludibriar o povo, são ainda sensíveis em portugueses menos esclarecidos. Mas pouco a pouco as barreiras da incompreensão vão abrindo brechas, inúmeros cidadãos vão fazendo a prova de que «não são todos os mesmos», de que os democratas da CDU lutam dedicadamente pelo bem-estar, a saúde o ensino, a cultura, a satisfação das aspirações elementares do povo.

Intensificar o esclarecimento político é uma tarefa primordial dos dirigentes e dos activistas da CDU.

O Partido Comunista Português está nesta batalha eleitoral como grande força essencial da defesa do regime democrático, do desenvolvimento económico e social do País, da elevação das condições materiais e culturais do povo, da independência nacional, da soberania e da paz dos portugueses.

O PCP está neste decisivo combate político que vai ter o seu desfecho em 19 de Julho, batendo-se pela derrota da direita, do PSD, de Cavaco Silva e do seu Governo que estão violando da maneira mais descarada o estatuto de gestão governativa que lhe foi outorgado pelo Presidente da República e a que são obrigados por força da Constituição.

O indecoroso espectáculo dos viajatas eleitoralistas de Cavaco Silva e outros ministros pelo País à custa do erário público que vai pagando a propaganda do PSD, os «grandes programas» de repente anunciados pelo Primeiro-Ministro em comandita, como o da «habitação» e o da «extinção das barracas» — que a política de direita do PSD no governo durante quase nove anos tem feito proliferar —, a manipulação abusiva da TV e da rádio estatizadas ao serviço da propaganda do PSD e do anticomunismo são algumas das

Resumo

8

Segunda-feira

A frente comum de sindicatos da função pública é recebida pelo Provedor de Justiça ■ Delegados sindicais ferroviários reúnem em Lisboa, no Porto, Coimbra, Entroncamento e Barreiro; exigem ao Ministério do Trabalho que cumpra o compromisso de desbloquear as negociações do acordo de empresa e do regulamento de carreiras na CP ■ É anunciada a formação do grupo de opinião CORAGEM (Comissão para Racionalizar e Garantir a Esquerda Maioritária) ■ Morrem de fome 40 mil crianças por dia em todo o mundo, afirma-se na abertura da reunião do Conselho Mundial da Alimentação ■ Começa em Veneza a 13.ª cimeira dos sete países capitalistas mais desenvolvidos (EUA, Japão, RFA, Grã-Bretanha, França, Canadá e Itália) ■ O Papa João Paulo II inicia uma visita de 7 dias à Polónia ■ Os trabalhadores britânicos da função pública entram em greve por dois dias ■ A COSATU, maior central sindical sul-africana, anuncia que foi detido pela polícia o seu secretário-geral adjunto ■ Tropas sul-africanas atacam no sul de Angola.

9

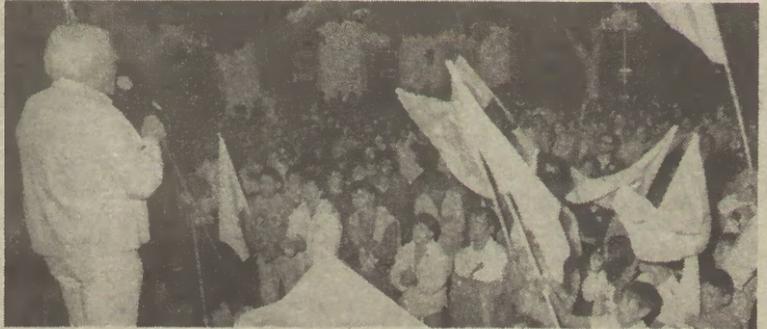
Terça-feira

A Comissão Política do PCP anuncia que devido à «recusa do terreno pelo governo Cavaco/PSD, a realização da Festa do 'Avante!' fica impossibilitada» este ano ■ Representantes dos trabalhadores da Rodoviária Nacional, há dois meses em luta pela revisão do acordo de empresa, reúnem em plenário nacional e deslocam-se à residência do primeiro-ministro ■ O bastonário da Ordem dos Médicos, Machado Macedo, critica a falta de uma verdadeira política de saúde e alerta para «manobras eleitoralistas» ■ A população de Barqueiros manifesta na rua a sua oposição à exploração de caulino ■ Álvaro Cunhal participa num pequeno-almoço com jornalistas no hotel Meridien, em Lisboa ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Seul contra a tortura de presos políticos ■ No reinício das conversações de Genebra sobre desarmamento a URSS apresenta uma proposta para a proibição dos ensaios com armas nucleares.

10

Quarta-feira

Realiza-se em Lisboa o Encontro Nacional de Candidatos da CDU, que termina com um comício no Coliseu ■ Sindicalistas dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas protestam frente às Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento contra as suspensões aplicadas a membros da CT ■ No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades iniciam-se as comemorações oficiais dos 500 anos dos descobrimentos ■ Espanhóis elegem os deputados ao Parlamento Europeu, aos órgãos municipais e de 13 das 17 comunidades autónomas ■ A Comissão Europeia determina que Portugal e Espanha têm que comparti-



cipar nos custos dos excedentes de manteiga da CEE; Cardoso e Cunha vota a favor.

ção de Portugal ■ Contrariando determinações judiciais e da Comissão Nacional de Eleições, a CM de Lisboa retira propaganda da CDU no Rossio,

11

Quinta-feira

Os pescadores de sardinha do porto de Olhão entram em greve ilimitada exigindo a negociação do seu contrato colectivo ■ A CM de Lisboa deve abster-se de remover propaganda eleitoral da CDU, afirma o tribunal do 4.º juízo cível desta comarca ■ A bipolarização pretendida pelo PS e pelo PSD é artificial e «de modo algum correspondente à realidade do país» — afirma Ramalho Eanes ■ Abdulah Hourani, do Comité Executivo da OLP, participa num colóquio em Lisboa ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO manifestam o seu acordo em relação à proposta soviética de desmantelamento dos mísseis nucleares de médio alcance na Europa ■ Realizam-se eleições gerais na Grã-Bretanha ■ Em Budapeste uma delegação israelita, chefiada pelo deputado comunista Charlie Bittoni e um grupo de dirigentes palestinos debatem perspectivas de paz no Médio Oriente.

12

Sexta-feira

O Hospital do Restelo é palco de um «escandaloso tráfico de influências pessoais e partidárias», acusa o Sindicato dos Médicos do Sul ■ Reúne no Porto o plenário distrital de membros de comissões de trabalhadores ■ É publicada no DR a Lei de Segurança Interna, que entra quarta-feira em vigor; a folha oficial inclui também o diploma que revoga o despacho que fazia do Português disciplina eliminatória ■ Entre 55 mil e 60 mil trabalhadores da hotelaria têm salários por actualizar devido ao boicote do patronato à negociação dos contratos colectivos ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe chegam a Lisboa para vários contactos oficiais ■ As universidades de Coimbra e Lvov (URSS) assinam um convénio que inclui protocolos de cooperação entre faculdades ■ A prorrogação do estado de emergência na África do Sul é recebida com manifestações de protesto de activistas dos direitos humanos e de movimentos anti-apartheid.

13

Sábado

O PCP realiza um seminário sobre a CEE e as consequências da integra-



Restauradores e Avenida da Liberdade ■ Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se em Bona exigindo o desmantelamento dos mísseis nucleares e passos reais para o desarmamento.

14

Domingo

«O PS só não se aliou à direita quando teve uma baixa votação», lembra Carlos Costa em Santo Tirso ■ A comissão concelhia de Barqueiros do PCP responsabiliza o governo pelos incidentes que ali se registaram ■ Hans-Jochen Vogel é eleito presidente do SPD, substituindo Willy Brandt, que exerceu este cargo durante 23 anos ■ O presidente da comissão especial da Câmara de Representantes dos EUA que investiga o Irangate admite que Reagan possa ser atingido por uma declaração de impedimento, o que implicaria a sua demissão ■ Termina o 9.º Congresso do PC da Tunísia, o primeiro na legalidade após 18 anos em que a sua acção esteve proibida ■ Na primeira semana de Junho as Forças Armadas de Moçambique destruíram 5 acampamentos da Renamo, liquidaram centena e meia de terroristas e libertaram 80 pessoas raptadas — informa a rádio moçambicana.

15

Segunda-feira

Cavaco Silva condecora com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo o general Bernard Rogers, que aproveitou o acto para manifestar a sua oposição à eliminação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance na Europa ■ Os trabalhadores médicos, paramédicos, administrativos e de apoio geral do Hospital Maria Pia (Porto) iniciam uma greve de três dias pela reposição da legalidade no estabelecimento; os paramédicos paralisam por 72 horas a nível nacional ■ os ministros da Agricultura da CEE retomam mais uma fase das negociações para a fixação dos preços agrícolas ■ Em Itália realizam-se eleições para a Câmara dos Deputados (630 lugares) e o Senado (315).

exorbitâncias do estatuto de gestão do Governo actual a que o PR tinha obrigação de pôr cobro.

O PCP, em conjunto com os seus aliados na CDU, bate-se por uma solução democrática de governo e de política como resultado das eleições, pelo aprofundamento da convergência e do entendimento entre os principais partidos democráticos que em conjunto derrubaram o Governo Cavaco Silva/PSD na Assembleia da República.

O PCP critica vigorosamente o hegemonismo e as ambições irrealistas do PS (e mesmo, apesar de importantes diferenças de posição, do PRD), a revivescência da «bipolarização» por parte do PS com o aberrante apelo que fez «à concentração dos votos no PSD e no PS»! e às «aberturas» dos socialistas e pessoalmente de Vítor Constâncio para um «pacto de regime» e um novo «acordo de cavalheiros» entre o PS e o PSD, para uma revisão antidemocrática e anti-Abril da Constituição da República e para a possível reconstituição do «bloco» PS/PSD.

O PCP adverte para os perigos de tais concepções e tendências, alerta os socialistas e todos os democratas para as consequências práticas lesivas de uma tal linha de pensamento.

Neste sentido o PCP manifestou-se contra as propostas do chamado «movimento Coragem» que beneficiariam apenas um dos partidos da área democrática.

O PCP alerta para concepção errónea de considerar como inalterável a linha divisória entre a «esquerda» e a «direita», para o erro de considerar imutavelmente alinhados na base eleitoral da direita e insusceptíveis de serem atraídos aos partidos da área democrática portugueses que em eleições anteriores, enganados pela demagogia, as falsas promessas e o caciquismo da direita, deram o voto aos partidos reaccionários.

Por isso o apelo a uma grande votação na CDU é uma solução decorrente da necessidade de reforçar o sector mais consequente e combativo das forças democráticas portuguesas no momento actual, e a mais sólida e efectiva garantia de aprofundamento da convergência e do entendimento entre os partidos democráticos para uma alternativa de governo e de política ao longo consulado da direita há mais de oito anos no governo do País.

Cada vez mais se torna claro que o voto na CDU é o voto seguro e certo dos portugueses para uma verdadeira alternativa democrática, é o voto que decide.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

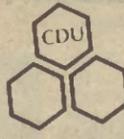
Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Atenção portugueses!

Em 19 de Julho é preciso derrotar a direita e confirmar maioria democrática

É a CDU que propõe o diálogo e a convergência para Governo Democrático!

 **CDU**
o voto que decide!

O cartaz, a mensagem, o apelo chegaram a todo o País no último fim-de-semana. Sexta, sábado e domingo últimos foram mais três dias de acção e empenhamento na batalha eleitoral.

As orientações e as propostas da CDU para a solução dos problemas nacionais estiveram em foco no fim-de-semana, na jornada nacional de informação e esclarecimento, cujo balanço regista aspectos muito positivos de participação popular, de vivacidade e entusiasmo, de mobilização e confiança na vitória democrática.

As iniciativas foram numerosas e diversificadas, mostrando em todas as regiões do País que a CDU está em força na vida política. Comícios, sessões, debates, festas, contactos directos com as populações, a distribuição de um «jornal da CDU» (tablóide de 4 páginas) e a afixação de um cartaz (CDU, o voto que decide!) mobilizaram o esforço e a determinação da CDU, acolhida calorosamente nestas semanas de crescente afirmação pública.

Os materiais que o leitor vai encontrar ao longo das páginas deste caderno dão uma ideia, embora muito resumida, do que se passou não só nos últimos dias (incluindo a participação de Álvaro Cunhal em iniciativas no Ribatejo e nas Beiras e de outros dirigentes do Partido), como no encontro nacional de candidatos da CDU, realizado no dia 10 em Lisboa (incluindo a vibrante sessão final no Coliseu). Ninguém pára a CDU.

Encontro nacional de candidatos

É possível

uma resposta criadora

Neste final dos anos 80, treze anos depois de Abril, é indispensável dar uma resposta nova aos problemas em que estamos envolvidos. Essa resposta nova e criadora é possível e julgamos bem que a Coligação Democrática Unitária é expressão afirmadora dessa resposta. Potencia-se neste manifesto um contrato-programa com um vasto eleitorado com quem queremos cooperar. Empenhamo-nos e empenhar-nos-emos em o cumprir.

Foram palavras proferidas no decorrer do encontro nacional de candidatos da CDU, realizado no passado dia 10 num hotel da capital. Palavras que sintetizam a nosso ver o significado da iniciativa.

Após um leque diversificado de intervenções, o encontro aprovava por unanimidade o **Manifesto Eleitoral da CDU**, documento fundamental na presente conjuntura política, a que nos referimos na pág. 5 deste caderno. Um documento que, para além da responsabilidade e da clareza com que insere os objectivos e a mensagem da CDU — o voto que decide! —, ao povo português, estimula confiança e dinamismo para uma vitória em 19 de Julho.

Presentes na Mesa que dirigiu os trabalhos do encontro, presidido por **Luis Catarina**, da Associação «Intervenção Democrática», os camaradas **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, **Carlos Costa** e **Domingos Abrantes**, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e **Carlos Brito**, da C. Política do Partido; e ainda **Maria Santos** e **Herculano Pombo**, ambos da Comissão Executiva da Comissão Nacional do Partido Ecologista Português «Os Verdes»; **António Gon-**

çalves, da Intervenção Democrática; **Anselmo Aníbal** e **Alberto Andrade**, independentes; e **Paula Coelho**, do Executivo da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Por dentro das coisas

Não é possível resumir com fidelidade o conteúdo das intervenções deste encontro de candidatos. Não só pelo seu número (31), como pela sua diversidade e riqueza. Dos apontamentos recolhidos pelo repórter de servi-

ço sobressaem, contudo, alguns aspectos mais importantes no conjunto dos temas levantados.

Assim, para além da caracterização socioprofissional das listas CDU (salientando-se a presença de jovens e de mulheres), as intervenções testemunharam uma profunda ligação dos candidatos aos problemas e às realidades dos distritos e das regiões, apresentando propostas, ideias e alternativas, na base de uma intervenção responsável em defesa dos interesses dos portugueses e do País. Intervenção em que, no quadro da CDU, se integram operários, trabalhadores de serviços, homens e mulheres ligados à terra, intelectuais, investigadores, jovens, dirigentes sindicais, activistas de colectividades e associações populares, autarcas, etc.

Temas como o desenvolvimento regional, a regionalização (que a direita tenta entrar a todo o custo), os custos da «interioridade» e da «insularidade», a situação da agricultura e da indústria, o ensino e assistência social, as potencialidades socioeconómicas que não se aproveitam, os problemas graves do desemprego, do subemprego e do trabalho precário, os problemas específicos de determinados sectores (jovens, mulheres, reformados, deficientes) foram apresentados

na tribuna do encontro nacional da CDU numa abordagem possível apenas a quem está por dentro das coisas.

Trabalho extraordinário

Os candidatos fizeram também o balanço da pré-campanha da Coligação e aqui os números e os factos registados apontam claramente para o positivo. A CDU é necessária e está a ser muito bem aceite entre a opinião pública. E um destaque deve desde já ser dado para o trabalho valioso de muitos activistas e para o esforço colectivo e individual de esclarecimento junto dos cidadãos.

Como afirmou **Carlos Costa**, «foi com espectacular rapidez que por todo o País difundimos a existência da CDU. O factor fundamental de tal êxito foi a **justeza política da criação da nova coligação** e daí a magnífica aceitação que teve, até pelo carácter aberto, unitário e plural, que desde o início e crescentemente assumiu».

E mais adiante:

«O trabalho já realizado nestas quatro semanas é verdadeiramente extraordinário. Difundimos já centenas de milhares de documentos explicando o que é a CDU e os seus objectivos; declarações



Descobrimientos

Será por influência das comemorações dos Descobrimientos portugueses que, desta vez, as eleições para a Assembleia da República vêem quase todos os partidos a descobrir... Portugal?

Portugal não pode parar, diz o PSD.

Portugal para todos, diz o PS.

Mais Portugal, diz o PRD.

Pra Portugal crescer, diz o CDS.

Cada um revela, no entanto, um entendimento particular do nosso país.

O Portugal que, para o PSD, não pode parar, é tão-só o projecto da direita que se vê apeada do poder, cujas ambições são as da destruição completa de Abril e das suas conquistas. O verdadeiro Portugal, a não parar aqui, vai correndo em direcção ao abismo.

O Portugal para todos do PS será a mirífica promessa que todas as eleições se renova para as bandas da Rua da Emenda, para todos, conforme as teorias bipolarizadoras de Constâncio, subscritas por Guterres, como a propor uma partilha entre «todos» — o PS e o PSD.

O Portugal que o PRD reclama — **Mais Portugal**, como diz — não será apenas a frase com que se pretende cobrir a míngua de projectos e a ausência de decisão?

O Portugal do CDS — **pra crescer** — não é o Portugal dos pequeninos, mas o de um partido pequenino que à viva força não quer perder-se completamente no partido «útil» da direita — o PSD.

Cada um deles enche a boca de Portugal enquanto espera encher de votos um saco que deixe Portugal na mesma ou, pelo menos, com poucas modificações. Todos eles, clamando hoje por Portugal, não olham para trás — para o país do mesmo nome — quando decidiram, em grande festa, comprometer a sua independência e cair nos braços da CEE. Não falavam então de Portugal mas de Europa. De onde viria tudo, até o pão para a boca.

Não veio. Ou melhor, chegam as côdeas, à custa do miolo que os portugueses — os trabalhadores, note-se — vão amassando para ser devorado nas goelas dos monopólios estrangeiros. E isso, apesar de a adesão ser ainda uma criança, vai-se notando pelo País fora: o encerramento de empresas, o arranque de vinhas, o logro da formação profissional, a desprotecção aduaneira aos nossos produtos.

Por isso, fale-se então de Portugal.

Em termos de independência?

Em termos de desenvolvimento?

Em termos de presente e de futuro?

Não. Convém-lhes sobretudo não trocar por miúdos uma ideia vaga que pode ficar tão bem como uma caravela ao fundo e fumos de passado glorioso a decorar enquanto estala o fogo de artifício!

A alguns convém até nem dizer mais nada. Que a ideia que têm de Portugal, se exposta, ficaria tão parecida com a que foi servida aos portugueses durante 48 anos que correriam hoje o risco de desaparecerem do mapa eleitoral. É o caso do CDS.

Outros parecem não saber traduzir o Portugal que reclamam. **Mais** o quê? Mais um acordo com o PSD como de vez em quando sugerem? Mais Portugal destes últimos dez anos, ou mais Portugal de Abril — com todas as suas conquistas e o desenvolvimento e o futuro que elas permitem?

Mas alguns tentam uma explicação.

O PS, por exemplo. E promete. E, se algumas ideias não recebem de modo algum o nosso acordo, algumas outras poderiam por qualquer democrata serem subscritas. O mal é que promete um Portugal — **para todos**, como diz — que ajudou a destruir. Quer acabar com o desemprego que promoveu. Com a pobreza que fomentou. Até com o «*numerus clausus*» que instaurou. E, fazendo uma ideia pequena dos portugueses, promete-lhes um PS novo e uma vida nova, como se, sendo antigo, o PS se renovasse todas as vezes que há eleições.

Quanto ao PSD, que não larga o poder há sete anos, não precisa que nos explique a ideia que faz de Portugal. É a do país que **não pode parar** até que o 25 de Abril não deixe vestígios.

Há, no entanto, quem não tenha descoberto Portugal e os seus interesses num repente eleitoralista. Quem, há muito, se bata para concretizar o Portugal novo que Abril deixou entrever. Quem, como ontem, hoje continua um porfiado esforço de entendimento entre todos os democratas, entre os partidos democráticos, para viabilizar esse Portugal.

São os comunistas. Que desta vez se apresentam na CDU.

■ LM

Nacional

Encontro Nacional da CDU

e manifestos de candidaturas, etc. Realizaram-se dezenas de conferências e encontros com a imprensa que os meios de comunicação social estatizados, apesar de tudo, não conseguiram silenciar inteiramente; realizaram-se por todo o País alguns grandes comícios, centenas de pequenos «meetings» em lugares, bairros, empresas, sessões de esclarecimento, bem como inúmeros porta-a-porta com muito boa aceitação. Por toda a parte se realizam e estão realizando encontros e plenários de frequência, concelhos e distritais. As muitas festas já realizadas tiveram uma grande afluência e caracterizaram-se pelo optimismo, o entusiasmo e a alegria. Os artistas progressistas continuam a dar-nos uma colaboração inestimável.

«Recolheram-se milhares de assinaturas de apoio à CDU não apenas de conhecidas personalidades, o que é sem dúvida importante, mas recolheram-se também, o que não é menos valioso, milhares e milhares de assinaturas em empresas e bairros, verificando-se que em muitos casos estes documentos de apoio à CDU são assinados por pessoas que estavam ligadas ou votaram noutros partidos nas últimas eleições (nomeadamente no PS, PRD e UDP). Muitos destes abaixo-assinados facilitaram a criação de amplas **comissões de apoio à CDU**. As mulheres e a juventude (em muitos casos já com realizações específicas) têm tido um destacado papel em toda esta dinâmica.

«Tudo isto tem sido essencial para a dinâmica de **confiança, alegria e entusiasmo** que tem caracterizado a nossa pré-campanha e que deve marcar também o **estilo de toda a nossa campanha**.»

Objectivos da CDU

A forma como se encara o trabalho nas zonas politicamente difíceis, o empenhamento, o entusiasmo e a confiança com que se trabalha nos distritos em que se luta pela eleição de um primeiro deputado, a participação dos independentes nas listas CDU (Bragança foi um dos exemplos em foco no encontro), a opinião e a acção dos militantes e dos candidatos dos Verdes e da Associação Intervenção Democrática, a clareza e a frontalidade com que se enquadraram o aparecimento da CDU como herdeira legítima da APU, a luta contra a direita, e a necessidade de transformar e melhorar a **situação** no espírito de Abril foram também pontos de relevo no decurso do encontro, que definiu com rigor os **objectivos** eleitorais da CDU na presente batalha.

A palavra para Domingos Abrantes:

«Impõe-se, em **primeiro lugar**, derrotar a direita, ou seja, manter em minoria na Assembleia da República o PSD e o CDS.

«Conseguido este resultado, e mesmo que eventualmente o PSD venha a ser o partido mais votado, Cavaco

Silva e o PSD devem ser definitivamente afastados do poder, e estarão criadas as condições para que se interrompa a política de direita e surja finalmente uma alternativa democrática ao actual Governo.

«Mas a longa e dolorosa experiência de tantos anos ensina que não é automática a transformação de uma maioria aritmética democrática na maioria política que leva à formação de um governo democrático. É que, infelizmente, ainda hoje há quem não queira entender que, partindo-se da actual arrumação das forças políticas, não há outra perspectiva realista de alternativa à direita que não seja na base de convergência dos três principais partidos democráticos: PCP, PS e PRD.

«Não querer ter em conta que nenhum partido democrático, só por si, estará em condições de garantir a ne-

cessária alternativa à direita, escolher o caminho de se-mear novas ilusões no eleitorado determinando posições em função de objectivos hegemónicos no campo democrático, e alimentar preconceitos discriminatórios em relação ao PCP, como faz o PS, é dificultar a concretização da única solução capaz de conduzir a uma alternativa à direita, a formação de um novo governo na base da maioria dos partidos democráticos — PCP, PS e PRD, considerados no conjunto. Este é, portanto, o **segundo** objectivo essencial a alcançar nas próximas eleições.

«A CDU é a única força política que se apresenta ao eleitorado definindo previamente a sua posição quanto às soluções pós-eleitorais, a única força que rejeita inequivocamente quaisquer acordos e entendimentos com a direita e reclama o seu afastamento do poder.

«Por essa razão, apresentamos uma grande votação na CDU, o reforço do número de deputados eleitos pelas suas listas como o **tercelro** grande objectivo a atingir, condição indispensável para consumar a derrota da direita, para travar os projectos de novos entendimentos do PS e do PRD com os partidos reaccionários.»

A 30.ª intervenção do encontro nacional coube a Álvaro Cunhal. Em poucos minutos, o secretário-geral do PCP avançou apenas «algumas observações simples e sucintas acerca do andamento da nossa acção de esclarecimento», referindo-se ao lançamento da CDU, à participação popular na pré-campanha, à mensagem da CDU, aos outros partidos democráticos, aos três objectivos eleitorais considerados fundamentais pela Coligação e finalmente ao Parlamento Europeu.

31 intervenções

Durante o encontro nacional foram apresentadas intervenções pelos seguintes candidatos:

Domingos Abrantes, PCP (Setúbal); **Herculano Pombo**, Verdes (Lisboa); **António Gonçalves**, Intervenção Democrática (Lisboa); **Carlos Costa**, PCP (Porto); **Anselmo Aníbal**, independente (Lisboa); **Jerónimo de Sousa**, PCP (Lisboa); **Carlos Fraião**, PCP (Viseu); **António Santo**, independente (Viana do Castelo); **Luisa Mesquita**, PCP (Santarém); **Joaquim António Teixeira**,

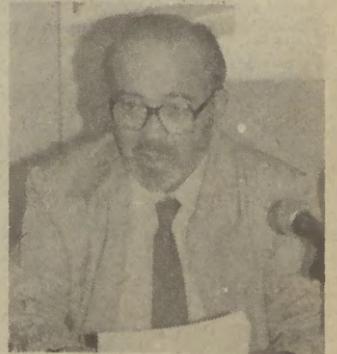
PCP (Évora); **Vitor Costa**, PCP (Coimbra); **Paulo Jorge Bernardo**, independente (RA Açores); **Ilda Figueiredo**, PCP (Porto); **João Abreu**, PCP (Guarda); **Joaquim Bonifácio**, Verdes (Castelo Branco); **José Ferreira Mendes**, PCP (Aveiro); **Joaquim Miranda**, PCP (Parlamento Europeu); **Carlos Augusto Santos**, independente (Faro); **Armando Silva Carvalho**, PCP (Vila Real); **Bernardina Sebastião**, PCP (Beja); **Diamantino Dias**, PCP (Portalegre); **Madalena Marques**, independente (Leiria); **António Filipe**, JCP

(Lisboa); **Cassiano Reboredo**, independente (Bragança); **Raul de Castro**, Intervenção Democrática (Porto); **Rui Nepomuceno**, PCP (RA Madeira); **António Joaquim Topa**, independente (Europa); **Lilla Santos**, PCP (Braga); **José Manuel Maia**, PCP (Setúbal); **Álvaro Cunhal**, PCP (Lisboa); e **Luis Catarino**, Intervenção Democrática (Faro).

Carlos Brito, Vítor Dias, Corregedor da Fonseca, Anselmo Aníbal e João Lázaro constituíram a comissão de redacção do encontro nacional.

Carlos Costa em Matosinhos

A propósito da política...



Matosinhos foi uma das localidades aonde recentemente se deslocou o cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto, **Carlos Costa**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP. Intervindo num comício ali realizado, o dirigente comunista diria a dado passo, referindo-se ao Manifesto Eleitoral aprovado em Lisboa no decorrer do Encontro Nacional de candidatos da CDU:

«Pedimo-vos a todos que tomem conhecimento dessas propostas e que ajudem outros a tomarem conhecimento. Que as confrontem com as políticas que os últimos governos têm executado e que verifiquem se correspondem ou não aos vossos interesses.

A política não é assunto só para os partidos, nem os partidos são todos iguais, como alguns querem fazer acreditar. É necessário que cada um compreenda que a política toca a cada um de nós, entra pelas nossas casas e pelas empresas em que cada um trabalha, tem a ver com o emprego ou o desemprego, com a segurança no trabalho ou o futuro precário, com as condições de ensino e de saúde, com o futuro dos nossos filhos, com a economia do País e a independência de Portugal.»

E acrescentou:

«Política, isto é, resultado directo da

política dos governos PS/PSD e PSD/Cavaco Silva é o encerramento nos últimos anos de cerca de 50 empresas ou rescisões de contratos de 11 mil trabalhadores. Política é permitir-se que o patronato deva aos trabalhadores do concelho de Matosinhos 700 mil contos de salários em atraso, e que mantenha 15 mil trabalhadores com contratos a prazo.

Nós lutamos contra esta política e queremos acabar com ela. Política é o Governo e a Câmara de Matosinhos esbanjarem na «Exponor» mais de um milhão de contos (as exposições industriais podem fazer-se gastando muito menos), enquanto 20 mil habitantes do concelho vivem em centenas de ilhas e são imperiosamente precisos 10 mil novos fogos. Política é o preço das tarifas em Matosinhos ser o triplo do que se paga no Porto. Nós lutamos e lutaremos sempre contra tal política, porque defendemos uma política ao serviço dos trabalhadores e não ao serviço dos exploradores, ao serviço do povo e não de uns tantos privilegiados.»

«Boa noite CDU!»

Um Coliseu vibrante

Foi sem dúvida da melhor maneira que na última quarta-feira terminou o Encontro Nacional de Candidatos da CDU: com uma vibrante sessão pública vivida, em clima de festa, por milhares de pessoas, no Coliseu dos Recreios de Lisboa.

Mesmo para uma zona tão concorrida da «Baixa», com muitos turistas à mistura com lisboetas em noite de feriado, o movimento era demasiado intenso. Do interior das cervejarias e restaurantes e nos tradicionais ajuntamentos à porta do Sport Lisboa e Benfica, muitos mirões acompanhavam com algum espanto a passagem de tanta gente para o Coliseu.

A velha sala de espectáculos da capital, «prova de fogo» para os artistas nacionais e estrangeiros, com destaque para os bons músi-

cos e cantores portugueses e brasileiros, não se abriu na noite de 10 de Junho para um desses concertos ao vivo. Desta vez, a música era outra. O que está em jogo nas eleições de 19 de Julho, a acção da CDU e dos seus apoiantes em todo o País, os objectivos do trabalho nesta batalha eleitoral eram os acordes.

É canja de peru...

Cá fora, o movimento de rua. Já dentro, a festa, o entusiasmo num belo cenário, colorido, vibrante, agitado

por centenas de bandeiras com os favos. O tom é de confiança e de empenhamento. Um pouco por todo o lado, salienta-se a presença entusiástica e contagiante dos jovens, que não hesitam em dançar logo ali à frente da tribuna. E que são os primeiros a lançar para o ar abafado do Coliseu as palavras de ordem, também elas significativas: «a,e,i,o,u — juventude é CDU»; «é canja, é canja, é canja de peru, derrotar a direita, votando CDU.»

Uma chuva de aplausos acolhe a Mesa da sessão, apresentada por **Paula Coelho**, universitária, da direcção nacional da JCP, candidata por Setúbal; **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, cabeça de lista por Lis-



Uma multidão com a CDU

boa; **Inês Fontinha**, independente, candidata por Lisboa; **Herculano Pombo**, da Comissão Executiva do partido «Os Verdes», também da lista CDU por Lisboa; **Alberto Andrade**, independente, candidato pelo círculo eleitoral do Porto; **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, cabeça de lista pelo Porto; **Luísa Amorim**, do PCP, candidata por Lisboa; **Ángelo Veloso**, da Comissão Política do PCP, primeiro candidato CDU ao Parlamento Europeu; **António Gonçalves**, da Associação Intervenção Democrática, candidato por Lisboa;

Herberto Goulart, também da Intervenção Democrática e da lista de Lisboa; **Maria Santos**, da C. Executiva dos Verdes, candidata por Setúbal; **Domingos Abrantes**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, cabeça de lista em Setúbal; **Maria do Carmo Tavares**, da Comissão Executiva da CGTP-ILN, militante comunista, candidata por Lisboa; **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, cabeça de lista por Faro; **Anselmo Anibal**, independente, candidato por Lisboa; **Corregedor da Fonseca**, da Intervenção Democrá-

tica, candidato pelo círculo da capital; e **Rogério Moreira**, universitário, membro da direcção da JCP, também candidato em Lisboa.

Tal como estava anunciado, a sessão registou intervenções de **Inês Fontinha**, **Luísa Amorim**, **Rogério Moreira**, **Maria do Carmo Tavares**, **Ángelo Veloso**, **Maria Santos**, **Herberto Goulart** e **Álvaro Cunhal**. Na página seguinte apresentamos uma selecção de extractos do discurso proferido pelo secretário-geral do PCP. Dos temas abordados pelos outros oradores damos conta aqui mais abaixo em breves resumos ou abordagens.



Ángelo Veloso

Os partidários da adesão têm-se multiplicado a semear ilusões e expectativas e a pintar a CEE como solução para todos os problemas nacionais. A realidade é bem outra.

Primeiro foi o mito de que Portugal, através da CEE, conquistaria um mercado de 320 milhões de pessoas. Não são os produtos portugueses que invadem a CEE, é a CEE que invade Portugal.

Agora dá-se-lhe a volta e proclama-se terem os consumidores portugueses, sobretudo dos grandes centros urbanos, acesso aos produtos europeus, de qualidade, modernos e até mais baratos. É verdade que de 1985 para 1986 passamos da importação de 1 milhão de contos de bebidas para 3 milhões e meio, inundando o país de «whiskies»; quase triplicámos a importação de artigos e acessórios de vestuário; quase duplicámos a importação de frutas e legumes de Espanha; e ainda de Espanha importamos 30 vezes mais carne e preparados de carne; etc., etc.

O ministro Cadilhe vai mesmo ao ponto de afirmar que «o défice comercial tende a aumentar», embora lhe chame «défice virtuoso» porque, segundo ele, seria resultado de um crescente investimento produtivo. Tendo a aumentar tende, e já nem o ministro tem coragem de o negar, mas virtuoso é que o défice não é. Nos primeiros 3 meses deste ano, o défice com a CEE aumentou 43 milhões de contos,

isto é, aumentou 3 vezes em relação a 1986. Em geral, o défice comercial, no primeiro trimestre de 87, cresceu 31%, mas a importação de bens de consumo aumentou 70%.

Alguns consumidores poderão ser, aparentemente e no imediato, beneficiados, mas o que esperará os portugueses é o aumento em flecha da massa dos desempregados. Serão milhares e milhares de agricultores arruinados, milhares e milhares de novos desempregados a somar ao meio milhão já existente.

Uma outra ilusão que os grandes apologistas da CEE tudo fazem para bem alimentar é a dos Fundos Comunitários. Ao ouvi-los falar julgá-los-se-ia que a CEE é uma espécie de associação filantrópica que nos manda colossais esmolas sem contrapartidas... A realidade é outra.

Neste período de transição, Portugal poderá receber mais do que contribui, mas uma boa parte do dinheiro português em torna-viagem, com este senão: é que vai investir-se em projectos aprovados e decididos pela CEE, em Bruxelas, de acordo com os interesses da CEE e não pelos portugueses e de acordo com os interesses de Portugal.



Herberto Goulart

Queremos, nesta sessão de âmbito nacional, afirmar a todos vós, companheiros da CDU, que a adesão da Intervenção Democrática à Coligação Democrá-

ca Unitária não foi um negócio de ocasião para elegermos deputados ou mera atitude de tática política.

A adesão da ID à CDU, em perfeita coerência com todo o nosso percurso político anterior, insere-se num posicionamento do fundo dos aderentes da ID, que estamos convictos marcará com rigor a vida da nossa Associação no seu labor pelos ideais da democracia e dos socialismo. Isto é, a busca permanente da unidade com todos os que, firmando-se nos valores democráticos, trilham com convicção os caminhos certos para a construção da sociedade socialista.

(...)

O mundo do trabalho, a maioria da população, deseja um governo que promova o desenvolvimento económico virado para os portugueses e assente nas riquezas e potencialidades nacionais, e que promova a melhoria das condições de vida material e cultural do nosso Povo.

É a viragem democrática que permita retomar os caminhos de Abril.

(...)

Tal viragem só pode ser conseguida com o empenhamento, convergindo em torno dos interesses nacionais e populares, das forças democráticas.

(...)

É tempo de responder à necessidade histórica do presente e ensaiar a única solução governativa que está por experimentar: a que congregue, a que faça convergir em objectivos imediatos, as forças que constituem o campo democrático.

(...)

O voto na CDU é o voto mais firme e consequente na luta contra a direita e mais seguro para contrariar que partidos democráticos venham a promover futuros entendimentos e cooperação com partidos de direita.

Mas também é um voto pela positiva. É um voto para construir. Em Lisboa, no Minho, no Algarve ou

nos Açores, o voto na CDU é o voto que decide os contornos e a política do próximo governo. É o voto decisivo para a constituição de um novo governo com uma política de modernização nacional, de valorização das instituições democráticas e de resposta aos problemas do presente e do futuro.



Maria Santos

É preciso defender este Portugal terno e profundo que cresce no Gerês, desce o rio Minho, olha para Trás-os-Montes, galga o Douro, é feliz nas Beiras e ganha a Estrela, que se banha no Mondego até ao mar, que dança desde as serras calcárias da Estremadura até ao Tejo que vai planando sobre o Alentejo e que chegando à Serra Algarvia por sobre as praias cosmopolitas mira uma ponta das nossas raízes mais esquecidas.

É preciso defender este País, que somos nós, as pessoas, e a sua cultura, que foi quem o construiu e lhe deu sentido. Somos nós a sua memória mas também somos as asas do seu futuro.

Por isso, não podemos esquecer que somos também a terra onde muita gente sofre, onde muitas pessoas são vítimas de uma grave crise. Provocada por uma errada política e por um Governo que tem agido segundo as regras do lucro máximo, da valorização do consumismo e do crescimento económico e incontrolado.

Política que demonstrou uma total desconsideração pelos aspectos humanos e qualitativos do trabalho. Política que acentua os desequilíbrios ambientais e a destruição dos nossos recursos naturais. Por isso, hoje e aqui, nós os ecologistas, não podemos deixar de salientar como nos preocupa o futuro. E é convosco que queremos encontrar os caminhos para acabar com o desemprego e os salários em atraso. É convosco que queremos retomar um desenvolvimento económico que valorize a capacidade criativa generosa e desaproveitada de milhares de jovens. É convosco que queremos construir uma vida melhor, em harmonia com a natureza e as suas leis. Não queremos situações como a exploração do trabalho infantil, os contratos a prazo, as desigualdades salariais para as mulheres... Alguns estranharão que fale tanto do desenvolvimento económico, do trabalho... Alguns perguntarão: então e a ecologia? E então e o ambiente!?

Política que acentua os desequilíbrios ambientais e a destruição dos nossos recursos naturais.

Por isso, hoje e aqui, nós os ecologistas, não podemos deixar de salientar como nos preocupa o futuro. E é convosco que queremos encontrar os caminhos para acabar com o desemprego e os salários em atraso. É convosco que queremos retomar um desenvolvimento económico que valorize a capacidade criativa generosa e desaproveitada de milhares de jovens. É convosco que queremos construir uma vida melhor, em harmonia com a natureza e as suas leis.

Não queremos situações como a exploração do trabalho infantil, os contratos a prazo, as desigualdades salariais para as mulheres... Alguns estranharão que fale tanto do desenvolvimento económico, do trabalho... Alguns perguntarão: então e a ecologia? E então e o ambiente!?

Política que acentua os desequilíbrios ambientais e a destruição dos nossos recursos naturais. Por isso, hoje e aqui, nós os ecologistas, não podemos deixar de salientar como nos preocupa o futuro. E é convosco que queremos encontrar os caminhos para acabar com o desemprego e os salários em atraso. É convosco que queremos retomar um desenvolvimento económico que valorize a capacidade criativa generosa e desaproveitada de milhares de jovens. É convosco que queremos construir uma vida melhor, em harmonia com a natureza e as suas leis.

Inês Fontinha Rogério Moreira Luísa Amorim e Maria do Carmo Tavares

Inês Fontinha, a primeira interveniente na sessão do Coliseu, afirmaria a dado passo:

Como cristã, não posso deixar de lamentar a forma como durante o Governo PSD se agravaram os problemas sociais: o

desemprego aumentou e não se vislumbra uma protecção real aos desempregados, nem se dá apoio aos jovens à procura do primeiro emprego; aumentou o trabalho precário e ilegal; agravou-se o trabalho infantil, como várias organi-

zações católicas denunciaram; centenas de milhares de trabalhadores não estão inscritos na Segurança Social, nem têm qualquer protecção; mesmo na Função Pública encontram-se situações deste tipo; os patrões, com total impunidade aumentam a dívida à Segurança Social, à média de 5 milhões de contos por mês; mantém-se a prática dos salários em atraso, apesar de denunciada por organizações sociais nacionais e internacionais e até por homens da Igreja; fomenta-se a insegurança nos locais de trabalho; faz-se tábua rasa da legislação que protege os trabalhadores aumentando-se o tempo diário e semanal de trabalho; surge maior discriminação salarial para as mulheres e trabalhadores jovens e muitos milhares não chegam a receber o salário mínimo a que têm direito. Assiste-se ao aumento das dificuldades de sobrevivência das instituições particulares de Solidariedade Social. O custo de vida tem vindo a aumentar.

Os serviços de saúde degradam-se, como é reconhecido pela Ordem dos Médicos. As rendas de casa subiram e os custos de habitação própria marginalizam milhares de famílias pelo direito à habitação. O ensino torna-se socialmente elitista e os filhos dos mais desfavorecidos praticamente não têm acesso à Universidade. A ilegalidade e a corrupção generalizam-se em sectores importantes da sociedade, tornando os ricos cada vez mais ricos, sustentados por uma

teia de favores e compadrios.

Aumenta a prostituição nas nossas cidades. Fazem-se fortunas com o comércio da droga, arrastando para a «morte» ou para o «suicídio» milhares de jovens.

A luta da juventude, a demagogia barata do Governo Cavaco, as suas sucessivas manobras para enganar os jovens e as alterações dos seus discursos para a juventude, a participação juvenil na batalha eleitoral e na Coligação Democrática Unitária estiveram em foco na intervenção de **Rogério Moreira**, dirigente da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Os problemas fundamentais da jovem geração, como o desemprego, o primeiro emprego, o acesso à Universidade, a formação profissional, etc., foram referidos na intervenção de **Rogério Moreira**, que lembrou as recentes lutas na Universidade e o logro dos OTJ's.

«Os jovens portugueses têm cabeça para pensar», salientaria **Rogério Moreira**, que lembrou a necessidade e possibilidade de ampliar a participação dos jovens na Assembleia da República.

O dirigente da JCP sublinhou os compromissos dos mais de 40 jovens candidatos nas listas da CDU, garantindo que a juventude vai continuar com a sua alegria e o seu dinamismo nesta batalha eleitoral, trazendo para o campo da democracia e da combatividade muitos jovens que ainda há bem pouco tempo se iludiam com as mensagens falsas e eleicoeirias da direita.

Por seu turno, **Luísa Amorim** levou à tribuna do Coliseu a luta das mulheres. Recordou os tempos em que as mulheres, os seus movimentos e organizações lutavam pelo direito ao voto. Lembrou as lutas difíceis nos tempos da Revolução Industrial. E nos alvares deste século. No Mundo, na Europa e em Portugal, a luta das mulheres é recheada de exemplos de coragem e determinação. Pelos direitos de cidadania. Pelo direito ao trabalho. À liberdade. À paz. **Luísa Amorim**, dirigente do MDM, recordou esses factos. Mostrou, depois, como o Governo Cavaco contrariou os justos direitos de milhares de mulheres portuguesas. Como fez alastrar o fenómeno das «mulheres domésticas», manobrando o descaradamente os números oficiais do desemprego em Portugal.

Que as mulheres são em Portugal 52 por cento do eleitorado é facto amplamente conhecido. Mas, como frisou **Luísa Amorim**, há certos partidos que só nos períodos eleitorais se lembram dessa percentagem. Por isso, a demagogia aí vem a caminho...

Mulher, dirigente sindical, **Maria do Carmo Tavares** recordou ao vasto auditório do Coliseu que a luta dos trabalhadores foi, e é continuará a ser factor determinante para a defesa não só dos seus interesses de classe, mas para criar as condições políticas alternativas que defendam o regime democrático saído do 25 de Abril. A vida assim o tem demonstrado. A dado passo a dirigente da CGTP afirmaria: «São nos primeiros 4 meses do ano, as lutas desenvolvidas, que assumiram as mais variadas formas, envolvendo cerca de um milhão de trabalhadores das mais variadas profissões e dos mais diversos sectores de actividades, foram factor determinante para a compreensão da necessidade de derrotar a política de direita e de demitir o Governo de Cavaco Silva.»



Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal no Coliseu

«A alternativa é a convergência e o entendimento dos democratas. A CDU luta por ela»

Os propagandistas da direita acusam a CDU de na pré-campanha andar depressa de mais, e ir à frente dos outros. Lá que estamos a andar depressa é verdade. Lá que vamos à frente dos outros também é verdade. A direita critica. O povo aplaude. Portanto está certo.

A CDU continuará pois o seu bom andamento e mobilizará energias e recursos, além do mais, porque os outros preparam o lançamento em força da sua campanha e porque dispõem de grandes meios materiais. A CDU tem de estar preparada não apenas para continuar com êxito a maratona como para o *sprint* final.

(...)

Pelos seus objectivos, pelas suas propostas, pelo seu programa, a CDU apresenta-se perante o eleitorado como a única força verdadeiramente voltada para o futuro.

Todos os partidos falam agora muito do passado e do futuro. E todos dizem que o futuro é deles.

As palavras «modernidade», «novidade», «renovação» são lançadas ao vento como promessas de futuro. Mesmo a extrema-direita nostálgica da ditadura depois de ter gritado «em frente Portugal» aparece nos cartazes com o menino «para que Portugal cresça».

Mas quando (quaisquer desses) traduzem a sua perspectiva em termos concretos, quando definem o seu programa, as suas propostas, as suas medidas, qual a conclusão que se pode tirar?

A conclusão a tirar é que afinal o que propõem não é que Portugal se torne verdadeiramente moderno mas que adopte soluções velhas e gastas, não é que Portugal avance, mas que Portugal recue, não é que Portugal cresça, mas que se atrofie sob a asa esmagadora da CEE, não são passos em frente no desenvolvimento e no progresso, mas passos atrás para o passado.

É uma realidade que ninguém ousará desmentir que o eixo fundamental da vida social e política nos últimos anos é a luta entre aqueles que, voltados para o passado, procuram destruir as grandes conquistas democráticas do povo português e restaurar as estruturas do capitalismo monopolista do passado, restaurar os latifúndios do passado, restaurar as formas de exploração dos trabalhadores do passado, restaurar estruturas antidemocráticas do Estado e formas antidemocráticas de governar do passado e aqueles que, voltados para o futuro, empregam as suas energias para defender, consolidar e prosseguir as grandes conquistas democráticas do povo português, consolidar e prosseguir o regime de liberdades democráticas, progresso social, independência e paz instaurado com a revolução de Abril.

Nós, da CDU, estamos voltados para o futuro.

Quando em relação aos tempos mais recentes da história de Portugal se fala de passado e futuro, há dois pontos de referência essenciais.

O 25 de Abril é o primeiro ponto de referência.

Para trás a ditadura fascista. Para a frente a democracia.

As transformações democráticas realizadas pela revolução são o segundo ponto de referência.

Para trás os grupos monopolistas dominantes e exploradores, os privilégios, a inexistência de liberdades, as graves limitações aos direitos dos trabalhadores, um Estado burocrático e repressivo.

Para a frente a democracia assente nas conquistas da revolução com todas as potencialidades de desenvolvimento da nova sociedade.

Estes dois pontos de referência permitem definir com rigor quais são os partidos e as forças sociais que estão voltados para o passado e quais são as forças sociais que estão voltadas para o futuro.

Estão voltados para o passado, em primeiro lugar, os restos destroçados dos fascistas militantes, os saudosistas que, usando a liberdade democrática que sempre negaram aos outros, se sentem à vontade para atacar nos termos mais vis o 25 de Abril e defender os méritos da ditadura fascista e de Salazar.

Estão voltadas para o passado, em segundo lugar (distinguindo-se por vezes com dificuldade dos anteriores), as forças de direita que, afirmando-se sociais-democratas ou democratas-sociais, prosseguem e visam intensificar uma política e uma acção de destruição do regime democrático e de liquidação das suas realizações e conquistas essenciais e que instalados no governo e dispondo de complicitades em sectores democráticos vão realizando progressivamente a restauração das estruturas económicas e sociais e as formas de exploração e repressão patronal do tempo da ditadura.

Estão voltados para o passado, em terceiro lugar, partidos democráticos que compartilham de responsabilidades na des-

truição das conquistas de Abril e do regime democrático que as consagrou como parte integrante da organização económica, das liberdades e direitos dos cidadãos, da organização do poder político.

Quem quer que com objectividade e honestidade examine a vida política nacional tem de reconhecer como realidade indelmentável que, de todas as principais forças políticas portuguesas que se apresentam às eleições de 19 de Julho, a CDU — com o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista Os Verdes, os democratas da Intervenção Democrática e os independentes — é a única força que, pelo seu programa, pelos seus objectivos, pelas medidas que propõe, se apresenta aberta e firmemente voltada para o futuro — o futuro livre, democrático, progressista e independente de Portugal.

O PSD, o CDS, o Primeiro-Ministro demitido Cavaco Silva e o seu Governo demitido foram e continuam a ser os mais violentos promotores da marcha atrás na História, da liquidação dos avanços económicos, sociais, políticos, culturais e nacionais alcançados pelo povo português com a revolução de Abril.

(...)

A grande derrota da direita nas próximas eleições é continuar em minoria na Assembleia da República.

(...)

Afirmando ser previsível que os partidos da direita continuarão a ser uma minoria na Assembleia da República o mesmo é dizer que os partidos democráticos continuarão em conjunto a ter a maioria. Todos em conjunto. Nenhum sozinho.

Se assim é, qual a primeira conclusão que devem tirar os partidos democráticos de uma tal situação?

A conclusão não pode deixar de ser que é indispensável a convergência e o entendimento dos partidos democráticos para que seja possível após as eleições constituir um governo democrático.

Não há qualquer outra possibilidade.

E sendo assim, a obrigação estrita de todos os partidos democráticos é actuarem não no sentido dos conflitos e da ruptura entre si, mas da sua convergência, para que depois das eleições tal possibilidade se concretize.

Daqui fazemos um apelo aos militantes do PS e do PRD, assim como aqueles que nas anteriores eleições votaram nesses partidos para que reflectam sobre o que acabamos de dizer.

O eleitorado que julgue (e que decida em consequência o seu voto) de quem está empenhado na formação de um governo democrático e de quem sobrepõe ambições partidárias sectárias a tal objectivo.

(...)

A verdade é que o PS, pelas orientações que está apresentando ao eleitorado, mostra que não aprende com as lições da vida. No fim de contas, é o PS que quer que Portugal, em vez de marchar em frente, ande para trás.

É querer que Portugal marche para trás, pôr em causa o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, pretender destruir a Reforma Agrária, propor a flexibilização da legislação laboral de forma a liquidar direitos vitais dos trabalhadores, procurar impedir que avance a regionalização, insistir em aplaudir a integração na CEE apesar das ruinosas consequências para Portugal e aceitar a supranacionalidade da CEE que impõe severas limitações à independência e soberania de Portugal.

Esta realidade torna indispensável combater a mentira ou qualquer ilusão que o PS procura espalhar de que o «voto útil» dos democratas é no PS.

Intervindo nesta matéria democratas que se intitulam Comissão para Racionalizar e Garantir a Esquerda Maioritária (Coragem) divulgaram há dois dias um Apelo que o Secretariado do Comité Central do PCP comentou em Nota ontem difundida.

É uma evidência que as concepções e o esquema do voto útil desenvolvido nesse Apelo tendo em conta os resultados eleitorais anteriores, tendem objectivamente a favorecer um partido, no concreto o PS.

Ora é necessário que todos os democratas, incluindo os

socialistas e eleitores do PS, tenham plena consciência de qual é a perspectiva real.

(...)

A experiência política e as posições e actuações do PS permitem afirmar com segurança que será tanto mais provável que o PS participe numa alternativa democrática e num governo democrático após as eleições de 19 de Julho quanto menos pretender hegemonizar e monopolizar a esquerda, e quanto menos os eleitores democratas se deixarem enganar pela idela do voto útil no PS.

Os factos mostram que apenas a CDU tem consciência plena da necessidade da convergência dos partidos democráticos e assume em consequência as suas responsabilidades perante o povo português.

As ideias hegemónicas de partidos democráticos não conduzem a uma alternativa democrática, antes constituem um factor que, a não ser corrigido, pode comprometer e mesmo impedir.

Infelizmente não é só o PS que manifesta tais ideias e tal pretensão. O PRD acaba também de declarar que «só o PRD é alternativa a Cavaco» (DN, 8-6-87).

Há que esclarecer o povo do perigo de tais pretensões. Assim como o PS não é a alternativa, assim o PRD tão pouco o é. A CDU não é tão pouco sozinha, mas tem consciência disso e diz a verdade ao povo.

A alternativa é a convergência e o entendimento dos democratas.

A CDU luta por ela e precisamente porque luta por ela e tem consciência da importância decisiva da convergência, quanto mais forte for a representação dos eleitos pela CDU na Assembleia da República mais possível se tornará a convergência democrática e uma alternativa democrática.

Uma votação massiva na CDU, o reforço da representação do PCP, do Partido Ecologista Os Verdes, dos democratas da Intervenção Democrática e dos independentes que participam na CDU na Assembleia da República, é condição indispensável para que se torne possível a convergência democrática e a formação de um governo que impulsiona decididamente Portugal no caminho do futuro.

Daí a nossa afirmação, plenamente justificada pela situação presente e que o futuro confirmará: **o voto na CDU é o voto que decide.**

Em 19 de Julho têm lugar duas eleições: para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

As eleições de 19 de Julho obrigam assim a considerar com redobrada atenção todos os problemas relativos à CEE e designadamente as consequências da integração e as possibilidades de defender os interesses nacionais.

(...)

E nós perguntamos:

Quem está em condições de defender no Parlamento Europeu os interesses portugueses? Os interesses da nossa agricultura e dos nossos agricultores? Os interesses da nossa indústria? Os interesses das nossas pescas e dos nossos pescadores? Os interesses dos nossos trabalhadores? A nossa soberania e a nossa independência nacionais?

Aqueles que depois de terem condenado Portugal à integração na CEE, depois de terem assinado tratados e acordos desastrosos para o País, com consequências que começam a estar à vista, continuam a cantar loas à integração e defendem, sem que o sentimento nacional os faça corar, o poder de decisão supranacional da CEE mesmo que contrária aos interesses portugueses?

Ou aqueles que advertiram dos perigos da integração, que momento a momento vigiam e apontam as consequências da integração, apontam soluções, desmascaram a capitulação de governos e partidos, defendem os interesses da economia nacional, da nossa agricultura, das nossas pescas, da nossa indústria, contra as consequências desastrosas da integração na CEE?

É uma evidência que ninguém melhor que os deputados ao Parlamento Europeu propostos pela CDU saberão defender no Parlamento Europeu os interesses nacionais.

A experiência já mostrou que muitos representantes do Governo e de outros partidos na CEE, incluindo no Parlamento Europeu, actuam como se fossem nacionais europeus e Portugal fosse um país estrangeiro.

Os deputados da CDU no Parlamento Europeu actuarão na Europa como portugueses que são, como patriotas portugueses, actuando sempre com decisão e coragem os interesses do povo português e de Portugal.

Nacional

Manifesto Eleitoral da CDU

Expressão de progresso e futuro

O manifesto eleitoral da Coligação Democrática Unitária aprovado recentemente, no encontro nacional de candidatos, constitui uma peça de leitura obrigatória para um correcto entendimento do actual momento político. Ali se explica, de forma directa e simples, que não simplista ou redutora, a importância das eleições do dia 19 de Julho, no quadro histórico marcado pela Revolução de Abril e por onze anos de política de direita em Portugal.

É, por isso, um documento essencialmente voltado para o futuro, que passa pelo dia 19 de Julho e que se projecta mais além, no progresso necessário e urgente do nosso país, na convergência que o povo exige dos partidos democráticos no sentido de uma alternativa democrática.

Sobretudo, o manifesto eleitoral da CDU é um importante instrumento de trabalho, para ler e discutir com todos os portugueses sem excepção, que do Minho ao Algarve, nos Açores ou na Madeira, na França ou na Venezuela, são atingidos de uma forma ou de outra pela política de ruína nacional que o demitido e derrotado Governo de Cavaco Silva tão esforçadamente procurou levar por diante.

O ponto de partida para a análise é, necessariamente, a constatação de que o estado de coisas que vive hoje o nosso país não pode por mais tempo prolongar-se. Onze anos ininterruptos de política de direita, experimentando todas as formas políticas possíveis na área da direita e com a colaboração do Partido Socialista, provam à sociedade que essa não é a solução para Portugal. A política de direita «conduz a injustiças sociais cada vez mais agravadas, degrada e destrói o sistema produtivo nacional, atenta contra as liberdades e os direitos políticos, sociais e económicos dos cidadãos, ameaça gravemente a democracia, aliena os interesses do País e a independência nacional às imposições políticas, militares e económicas existentes».

O manifesto eleitoral da CDU acentua as consequências da política de direita no capítulo económico, social, político e da independência e soberania nacional. A verificação de tal realidade está ao alcance de todos os cidadãos, não apenas nas estatísticas que o Governo esconde ou falseia, ou a análise dos indicadores. A prova da incapacidade objectiva da direita em desenvolver o Portugal nascido da Revolução de Abril, fazem-na todos os dias os portugueses que não têm emprego, que não recebem salário, que não têm condições para ter uma casa própria, que não têm mecanismos de protecção na doença ou na reforma; fazem-na os jovens empurrados para o círculo das dependências, as crianças obrigadas a trabalhar, os camponeses sem terra ou arruinados...

A construção real, dura e verdadeira do mal que onze anos de política de direita têm feito ao nosso país faz cair por terra as mentiras e a demagogia que Cavaco Silva espalhou pelo País fora sobre os efeitos da sua (des)governança.

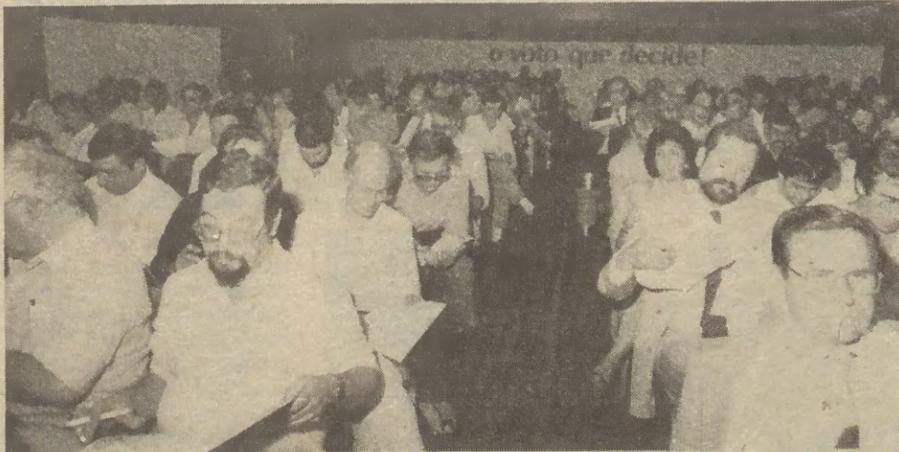
A alternativa democrática

Do mesmo passo, surge com clareza a ideia de que «a esperança e a possibilidade real de dar solução aos problemas nacionais e de corresponder às aspirações da maioria democrática dos portugueses, reclamam imperativamente uma nova política democrática com a constituição de um novo governo resultante da convergência das forças democráticas». As mentiras e demagogias da direita, do PSD, tem também esse objectivo (esconder a alternativa, falar da tal forma que surja como evidente aquilo que não passa de ilusão): ausência de alternativa.

A mudança, a alternativa à política que tem sido seguida tem que enraizar-se na realidade viva do Portugal novo nascido no dia 25 de Abril, tem que assentar, como afirma o manifesto, «nas aspirações populares de concretização e aprofundamento dos Ideais da Revolução de Abril. Ideias de liberdade, de justiça, de progresso, de transformação democrática, de modernização da sociedade, de bem-estar, de independência nacional, de paz e de amizade com todos os povos».

Quatro objectivos surgem assim como fundamentais, no quadro de uma política assente nestes princípios, a política que a CDU propõe como necessária:

— «em primeiro lugar, a política necessária exige a defesa da Constituição e a consolidação do regime democrático, que passa entre outros pela defesa do regime democrático em todas as suas componentes, pela condenação firme das campanhas contra a Constituição da República e pela realização de novas reformas democráticas em sectores como o ensino, a saúde, a justiça, adminis-



O encontro nacional de candidatos da CDU, realizado em Lisboa na última quarta-feira, aprovou por unanimidade o Manifesto Eleitoral da Coligação.

tração pública, a criação de Regiões Administrativas»;

— «em segundo lugar a política necessária assenta na ideia fundamental do desenvolvimento, construído com os portugueses e para os portugueses, como única forma de vencer o atraso económico e de reduzir a dependência, de aproveitar e valorizar os recursos nacionais, de promover o bem-estar de todos os portugueses»;

— «em terceiro lugar, a política necessária integra como objectivo central e prioritário, o melhoramento das condições de vida material e cultural do nosso povo»; neste plano, a CDU proclama como essencial colocar no centro da actividade governativa uma política de criação de emprego, de garantia da estabilidade e segurança nos postos de trabalho;

— finalmente, «em quarto lugar, a política necessária exige a defesa da soberania e independências nacionais, a cooperação e amizade com todos os povos e países e a acção a favor da paz mundial; ponto capital de uma política externa patriótica é a firme defesa do interesse nacional em todas as instâncias da CEE, incluindo a renegociação dos acordos lesivos para Portugal».

A vitória democrática e as ilusões

E como concretizar esta política, que condições políticas? Aqui e também, a história recente do nosso país, fornece-nos ricas experiências e ensinamentos que é necessário reter.

Nas próximas eleições do dia 19 de Julho é necessário que se verifique,

— «uma derrota da direita, mantendo o PSD e o CDS em minoria, impedindo que estes dois partidos fiquem em condições de constituir governo e de prosseguir a sua desastrosa política;

— a confirmação de uma maioria de votos e de de-

putados dos partidos democráticos no seu conjunto, garantindo as condições institucionais básicas para a formação de um governo de alternativa à direita baseado na convergência das forças democráticas;

— uma grande votação na CDU, como factor decisivo para impedir a reedição de compromissos e alianças de outros partidos democráticos com a direita, para impulsionar o entendimento e a convergência das forças democráticas com vista à formação de um novo governo democrático, para favorecer a realização de uma nova política necessária ao País».

Afirma o manifesto eleitoral da CDU que «a situação e os problemas do País não consentem nem o prolongamento da política de direita, e das suas redobradas ofensivas contra o regime democrático, nem o regresso de desgastadas combinações entre partidos democráticos e as forças de direita, nem tão pouco a renovação de hesitações e ambiguidades».

O momento apela por isso à convergência, à concentração de esforços na concretização de uma vitória democrática nas próximas eleições, e na procura de uma solução que possibilite a formação de um governo democrático com uma política democrática. É necessário, assim, «chamar a atenção para a consequência da eventual dispersão de votos por pequenos partidos que não tendo manifestamente possibilidade de eleger deputados nem de alcançar uma significativa expressão eleitoral podem, entretanto, facilitar a eleição de deputados da direita».

Receando a derrota, por seu lado, a direita e o PSD recolheu já a crista e prepara uma saída airosa para a sua provável derrota em 19 de Julho. É assim que, tendo começado a propaganda da «maioria», o PSD passou depois, pela voz dos seus mais altos dirigentes, a começar por Cavaco Silva, a afirmar

que por ser eventualmente o partido mais votado em 19 de Julho, tinha por isso o direito de formar governo. Tal ideia revela de «uma concepção de recorte totalitário com o qual se pretende ilegitimamente sobrepor à vontade de uma maioria, em violação e desrespeito das normas constitucionais e das regras democráticas mais elementares».

Quanto aos outros partidos democráticos é necessário repetir para que em todo o lado se saiba, que só a

Nota do Secretariado do CC do PCP

No passado dia 9 o Secretariado do Comité Central do PCP divulgou a seguinte nota aos órgãos de informação:

1. Democratas que se intitulam Comissão para Racionalizar e Garantir a Esquerda Maioritária (CORAGEM) divulgaram um «Apelo» no sentido da solidariedade entre os partidos democráticos nas próximas eleições.

2. Os termos desse «Apelo», além de inexactidões em matéria de facto, enfermam de concepções relativas ao voto útil que, objectivamente e tendo em conta os resultados eleitorais anteriores, tendem a favorecer um partido.

3. A solidariedade entre partidos a que se faz apelo com vista a derrotar a direita tem de ser obrigatoriamente recíproca e visar concretamente o entendimento para uma alternativa democrática.

4. Não pode haver voto útil em partidos que, em vez da busca da convergência e entendimento entre os partidos democráticos defendem concepções hegemónicas, não estão a dar qualquer garantia de realizar ulteriormente uma política democrática e não dão tão pouco garantias de não virem a realizar acordos

convergência do conjunto das forças democráticas pode garantir uma alternativa à direita e à sua política. Por isso, porque o voto na CDU é o voto na convergência, na alternativa democrática, não pode de forma alguma aceitar-se a campanha que o PS vem fazendo sobre o «voto útil» nesse partido, com o argumento de que o PS é, sozinho, a alternativa à direita. Está sobejamente provado que nenhum partido democrático está em condições de, sozinho, ser alternativa à direita. As consequências das alianças do PS com a direita para o prosseguimento, nas suas linhas essenciais, da política da direita estão bem à vista. É necessário não repetir tais experiências de triste memória.

O eleitorado tem ao seu dispor a possibilidade de votar pela convergência. Impedir as alianças de partidos democráticos com a direita, votar certo pela convergência, contra as indecisões e as ambiguidades do PRD em relação a aspectos cruciais da política de direita como contra as ilusões que ilegitimamente o PS procura semear, é votar CDU.

dos ou alianças com os partidos da direita.

5. Entretanto, sendo a convergência e o entendimento entre os partidos democráticos essencial para uma alternativa à política de direita, o PCP uma vez mais declara estar disponível para examinar desde já com os outros partidos democráticos (designadamente o PS e o PRD) quaisquer questões relativas à constituição não apenas de uma maioria numérica mas de uma maioria política e à formação após as eleições de um governo democrático.

6. O PCP está certo de que a afirmação desde já pelos partidos democráticos do propósito de convergirem para uma alternativa exerceria uma profunda influência no eleitorado de forma a reforçar a votação nos partidos democráticos e a assegurar uma grande vitória da democracia nas próximas eleições.

9 de Junho de 1987

O Secretariado do Comité Central do PCP

Nacional

CDU na serra

No fim-de-semana Álvaro Cunhal esteve em duas dezenas de localidades dos distritos de Castelo Branco e Guarda. Esta digressão pela zona da serra beirã foi marcada pelo diálogo franco e aberto com as populações. Se, por um lado, foram denunciados muitos problemas de uma região deixada à margem do progresso pelo fascismo e pela política de direita dos últimos anos, verificou-se também que é grande a determinação e a confiança dos que apoiam a CDU. O entusiasmo que tem marcado a pré-campanha da Coligação Democrática Unitária continua a subir e intensifica-se o trabalho de esclarecimento, dirigido a todos os eleitores, sobretudo aos que votaram, contra os seus interesses, nos partidos de direita.



Castelo Branco: a CDU é a força democrática que no distrito está em melhores condições para retirar um deputado à direita

O entusiasmo continua

Nas iniciativas deste fim-de-semana notava-se que havia entre a assistência muitas pessoas que não eram comunistas nem apoiantes da CDU, mas que ouviam o secretário-geral do PCP e chegavam mesmo a aplaudi-lo quando tocava questões que os tocavam mais de perto.

Em Cebolais esteve no encontro com Álvaro Cunhal o antigo presidente da CM, dr. Armindo Ramos, do PS;

em Alcains — o antigo e o actual presidente da Junta de Freguesia, do PRD; além de muitas outras pessoas, espalhadas como que ao acaso nos bancos de jardim, nas ruas, nas varandas, suficientemente longe para não se acharem comprometidas, suficientemente perto para ouvirem a mensagem da CDU.

O retrato de uma política

Os encontros com a população foram também oportunidade para ouvir. E o que ouviram Álvaro Cunhal e os candidatos da CDU que o acompanharam são testemunhos que mostram bem os efeitos da política de direita dos últimos anos.

No sábado de manhã, carros de som e os homens dos bombos de Unhais da Serra alertavam a população de Vila Velha de Ródão, Porto do Tejo, para o encontro com o secretário-geral do PCP. O apelo foi correspondido e o diálogo iniciou-se antes mesmo de chegar às mãos um microfone.

Operários do centro fabril da Portucel EP falaram de uma daquelas inaugurações que não têm nada a ver com a campanha eleitoral, não

senhor. Meteu membros do governo demitido e incluiu dispensa aos trabalhadores, a quem mandaram almoçar meia-hora mais cedo.

O pretexto para a função foi inaugurar o ramal de caminho-de-ferro, o descasque e a gaseificação. Os representantes dos trabalhadores foram impedidos de falar: é que havia fortes possibilidades de denunciarem a ofensiva contra o sector empresarial do Estado e os prejuízos que ele traz ao país, a diminuição dos postos de trabalho na Portucel, ou o clima de repressão que caracteriza cada vez mais as relações de trabalho na empresa...

Problemas de trabalhadores viriam a ser referidos mais tarde, em Cebolais de Cima: nas fábricas de lanifícios o salário base é de 27 contos e a reforma é de 12, como contou um operário com 41 anos de serviço.

Álvaro Cunhal acrescentou um caso recente, quando esteve em Unhais da Serra: no final do encontro uma mulher veio dizer-lhe que Almeida Garrett (um dos grandes capitalistas da indústria de lanifícios) mandava «olhos» para ver quem andava a meter-se em política ou em sindicatos; quando da entrada dessa mulher para a fábrica, perguntaram-lhe se estava

inscrita em algum sindicato e disseram-lhe que, para ser admitida, tinha que se inscrever no sindicato da UGT.

Na Covilhã foram mais uma vez lembrados os mineiros da Panasqueira: mais de 600 já foram despedidos, dos 800 que restam a Beralt Tin & Wolfram quer ficar apenas com 75.

Problemas têm também os seareiros do tomate de Idanha-a-Nova, que já foram mais de cem e são agora menos de trinta: pagam as terras a 50 contos por hectare, têm a produção limitada e não sabem o preço a que lhes vão pagar o tomate. Ou os produtores da Cova da Beira, a quem o governo de Cavaco retirou a possibilidade de aumentarem a área de regadio em cerca de dez mil hectares ao inviabilizar a construção da barragem do Côa.

Os problemas da saúde foram referidos em quase toda a parte, mostrando bem o mal que o governo demitido de Cavaco e do PSD fez nesta área. Pela sua gravidade, destacaram-se os casos dos hospitais de Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Covilhã, Penamacor e Belmonte.

O desenvolvimento regional pode ser um chavão muito bonito para usar na televi-

Álvaro Cunhal no Cartaxo e em Torres Novas

«Se cada um de vós viesse falar dos problemas do povo teria certamente muito mais para dizer. Sabemos bem das dificuldades por que passam as famílias dos trabalhadores que não têm salários em dia. Conhecem-se as horas amargas dos que recebem mal ou não recebem. Não preciso que me dêem uma resposta para saber que para a maioria dos reformados o dinheiro mal chega para comer e calçar quanto mais para comprar remédios quando se tem a infelicidade de estar doente». Foi desta forma directa, comunicativa, recorrendo a uma linguagem clara e simples, quase sempre didáctica, falando das questões e problemas concretos, num permanente convite ao diálogo, que o secretário-geral do PCP se entendeu com as muitas centenas de pessoas que acorreram ao Cartaxo e a Torres Novas para participar em duas iniciativas da CDU inseridas na acção política levada a cabo pelos comunistas e seus aliados neste período de pré-campanha eleitoral.

Estava dado o arranque para mais um prolongado fim-de-semana de esclarecimento que levaria Álvaro Cunhal a participar nos dois dias seguintes em cerca de duas dezenas de iniciativas em outras tantas localidades, de três distritos do centro e norte do País.

Confiança

E em boa verdade as coisas começaram da melhor maneira. Larga participação, muito entusiasmo, adesão popular, confiança e aceitação pelas propostas do PCP e da CDU foram alguns dos traços que desde logo se evidenciaram na primeira etapa desta grande maratona de esclarecimento iniciada precisamente num distrito onde são particularmente visíveis e sentidos os efeitos

negativos da acção de Cavaco Silva e do seu Governo.

Como lembrou Raimundo Cabral, membro da Comissão Política, no comício em Torres Novas de apresentação de candidatos pelo círculo de Santarém, elevam-se a sete mil o número de trabalhadores com salários em atraso (a quem são devidos 1,5 milhão de contos), os desempregados totalizam 20 mil (dos quais mais de 50 por cento são jovens à procura do primeiro emprego), enquanto que por outros sectores e camadas da população as coisas não vão nada melhores como o podem comprovar, por exemplo, os agricultores, particularmente atingidos por uma política orientada para servir os interesses dos grandes agrários e especuladores.

Os resultados desta política são de resto detectáveis em todas as áreas da vida económica e social da região, designadamente nas que são mais sensíveis para a vida das populações, como sejam a saúde (onde, por exemplo, subsiste uma elevada taxa de mortalidade infantil), ou o ensino (enorme carência de instalações e pessoal), passando pelos transportes, pela habitação, pela cultura ou pelo meio ambiente (altos índices de poluição nos rios, eucaliptização indiscriminada, etc.).

Vontade de mudança

O interesse pelas posições da CDU e a adesão às suas propostas manifestadas pelos participantes em qualquer das iniciativas realizadas não é certamente alheio a este estado de coisas, sentindo-se inegavelmente pelas opiniões suscitadas uma clara vontade de mudança no sentido de afastar a direita do Poder e simultaneamente abrir o caminho a uma solução democrática.

Significativa foi, aliás, a título de exemplo, a reacção de desconfiança e desagrado de quantos assistiam à sessão no Cartaxo quando o dirigente comunista aludiu aos dois primeiros nomes que compõem a lista do PSD pelo distrito de Santarém — Mira Amaral, actual ministro do Trabalho e Carlos Macedo, ex-ministro da Saúde e

«Finalmente vieste à

autor da célebre frase de «quem quer saúde paga-a» — ou quando recordou a acção de Cardoso e Cunha, Alto Comissário da CEE e principal accionista da Sociedade Agrícola Cruz do Campo, empresa sediada na região e bem conhecida pelos seus graves atentados aos direitos e regalias dos trabalhadores.

Mas nas duas intervenções que Álvaro Cunhal produziu na tarde e noite de sexta-feira não estiveram apenas em foco os proble-

mas directamente relacionados com o distrito de Santarém. Nos seus discursos, proferidos de improviso, particular atenção mereceram ainda questões de âmbito nacional tão importantes como sejam as razões que levaram à ruptura da APU e à constituição da CDU, os resultados da política de direita, as responsabilidades e hesitações do PS e do PRD, as ilusões sobre as consequências negativas para o nosso País da adesão, as eleições para o Parlamento

Europeu, os objectivos eleitorais da CDU, o seu símbolo e mascote, e, por fim, a importância da batalha de esclarecimento em curso.

Juventude em força

«Já não era sem tempo. Finalmente vieste à nossa terra». Bandeira ao ombro, rompendo a custo o apertado círculo de pessoas que envolveu Álvaro Cunhal logo à chegada ao Largo Municipal,



Álvaro Cunhal no Cartaxo: «Cavaco Silva fala muito da juventude como de outros sectores e camadas da população mas no essencial não resolveu nenhum dos seus graves problemas. A sua acção foi toda dirigida para liquidar as conquistas democráticas e simultaneamente servir os grandes capitalistas e agrários. O Governo foi demitido e bem. E apenas cabe perguntar como é que foi possível a um Governo que tinha apenas 88 deputados formar Governo e desgovernar o País durante ano e meio»...

Nacional

a subir

são ou nos discursos oficiais. Mas no Sabugueiro há operários que recebem 16 500\$00 por mês, não há posto médico, não há uma carreira diária para Seia...

Gonçalo (distrito da Guarda) tem a sua arte dos vimes ameaçada por uma decisão do governo regional da Madeira que não permite a venda de vimes para fora das ilhas.

«E podíamos ficar aqui horas e horas, que muitos mais problemas seriam levantados.» — como disse Álvaro Cunhal. «Mas não basta

levantar os problemas, é necessário um governo que os resolva».

Daí a importância das eleições de 19 de Julho para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu. Uma votação forte na CDU será um importante contributo para que a derrota dos partidos de direita suceda o necessário entendimento entre as forças democráticas e a formação de um governo que ponha fim à política de direita e que defenda os interesses nacionais face aos monopólios europeus.



Loriga: Álvaro Cunhal teve pela primeira vez que subir para um banco; e «desculpem aqueles a quem tenho que virar as costas»



Sabugueiro: votem ou não na CDU, os vossos problemas serão levantados na Assembleia da República pelos nossos deputados. Mas não basta levantar os problemas, é necessário um governo que os resolva. O voto na CDU será um bom contributo para que os partidos democráticos se entendam, para a formação de um tal governo

Comício em Coimbra

À noite o secretário-geral do PCP participou num comício de apresentação de candidatos em Coimbra, no largo do Romal. Álvaro Cunhal voltou a manifestar a sua confiança em que a direita será derrotada e o PSD e o CDS continuarão em minoria após as eleições de 19 de Julho. Alertou, contudo, para o facto de nem todos os partidos democráticos terem consciência da necessidade de um entendimento entre a CDU, o PS e o PRD.

Falaram antes de Álvaro Cunhal os candidatos da CDU Linhares de Castro, Francisco Sarmento, Avelãs Nunes e Paula Cardoso, que chamou a atenção para os problemas dos jovens: «amar ao ar livre pode ser bom, mas, mesmo assim, quem casa quer casa», afirmou.



Cabeça: não estava no programa, mas Álvaro Cunhal e os candidatos da CDU pela Guarda foram lá: queremos conhecer-vos melhor e que nos conheçam melhor a nós

nossa terra»

frente à Câmara, um homem insiste em repetir a frase. Sorriso largo, palavras ditas e um forte abraço sela a alegria daqueles breves momentos. Estavam dadas as boas-vindas. Vivas, palmas, beijos, abraços, repetem-se. O ambiente aquece. Em cada gesto há ternura, carinho, fraternidade.

Foi assim no Cartaxo. Foi assim em Torres Novas. Tal como há uma, há duas ou há cinco semanas atrás, fosse entre trabalhadores da Reforma Agrária, no Couço; entre

pescadores, em Sesimbra, ou entre operários industriais da Margem Sul.

Nas duas iniciativas realizadas sexta-feira última no distrito de Santarém, comparável ao acolhimento dispensado só mesmo, porventura, a confiança patenteada por quantos em breves palavras, procuravam transmitir, cada um à sua maneira, a forma como as coisas estão a correr, o optimismo com que encaram a batalha. «Isto vai, não é fácil mas vai», ouvimos.

Outra nota a merecer um justo realce constitui, a nosso ver, a elevada presença de mulheres e designadamente de jovens que de novo se fez sentir. Lá estiveram, em grande número, com as suas formas próprias, a sua alegria e entusiasmo, empenhados em contribuir para a derrota da direita em 19 de Julho, primeiro passo para uma solução democrática que acreditem possa vir finalmente a dar resposta aos graves problemas do povo e do País.



Idanha-a-Nova: o hospital só não fechou devido à luta da população, mas está a funcionar só como posto de socorros; a banda tem 30 crianças na sua escola de música mas não tem apoios do Governo, como tantas outras por esse País

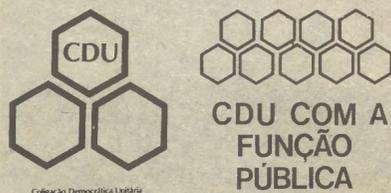


... em Torres Novas: «Quanto mais forte for a votação na CDU mais possibilidade há, amanhã, de o PS se virar para uma política democrática. Nós dizemos: sózinhos não resolvemos os problemas. Entretanto, eles dizem que não querem nada connosco. Então se não é connosco, com quem é? Se os democratas não se entendem, como é? Para que haja uma solução democrática é necessário o entendimento dos partidos democráticos e para que haja entendimento é preciso uma grande votação na CDU»



Covilhã: só mais uma palavrinha: estamos muito contentes por a juventude estar hoje aqui à frente, a dar também o seu dinamismo e a sua alegria à campanha da CDU

Nacional



Sessão de apresentação do compromisso eleitoral

Intervenção final de **ÁLVARO CUNHAL**
Terça-feira • 23 de Junho
Hotel Roma • 21 horas

Na próxima **terça-feira, dia 23 de Junho, às 21 horas, no Hotel Roma (Sala Venezia)**, activistas e apoiantes da CDU, trabalhadores da função pública, promovem a realização de um Encontro, subordinado ao tema «CDU com a Função Pública». Ouvimos dois dos promotores da sessão, a **Lurdes Rodrigues** e o **José Diogo**, sobre os objectivos da CDU com esta iniciativa.

Avante: Que razões justificaram esta iniciativa?

R: A situação dos trabalhadores da função pública degradou-se de forma significativa com o Governo PSD/Cavaco Silva. Aumentou em flecha o número de trabalhadores tateiros (afirmações feitas na Assembleia da República de que já rondariam os 70 mil não foram desmentidas), desmantelaram-se serviços de intervenção económica e social (muitos deles, os mais rentáveis, foram entregues ao sector privado), desmotivou-se em geral a função pública. Foi neste quadro que entendemos que se tornava indispensável que a CDU definisse uma posição quanto à reforma da administração pública e sobre o respeito devido aos direitos e interesses dos seus trabalhadores.

Avante: Como vai ser a sessão?

R: Será uma sessão aberta a todos os trabalhadores da função pública interessados na defesa da estabilidade do emprego, na



CDU COM A
FUNÇÃO
PÚBLICA

garantia da dignificação profissional dos TFP, na modernização e democratização da Administração Pública. Fundamentalmente, faremos a apresentação de um compromisso eleitoral da CDU com os trabalhadores da Função Pública, através de várias intervenções que estamos a preparar.

Avante: Quanto a presenças?

R: Fará a intervenção final o secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**. Também participarão **João Lázaro** (Os Verdes) e **Anselmo Anibal** (Independente). Estará também presente um candidato da CDU membro da Intervenção Democrática. Depois haverá presenças (e intervenções) de candidatos e activistas da CDU ligados à Função Pública, como a **Rosa Maria**, o **João Amaral** e o **Carlos Mamede**. E contamos com a presença de outros candidatos, de várias zonas do País, todos ligados à função pública e alguns deles dirigentes sindicais destacados.

Apresentação de candidatos em Vila Real

O Cine-Teatro Real quase se encheu aqui há dias atrás para o encontro de apresentação de candidatos da CDU pelo circuito eleitoral de Vila Real.

Democratas de todos os concelhos daquele distrito transmontano estiveram presentes na iniciativa. Para ali convergiram numerosas excursões, dando ao encontro notável representatividade regional.

Vários oradores, com destaque para os candidatos, falaram da tribuna do encontro, focando as propostas e os objectivos da CDU. Graves problemas transmontanos foram abordados com a enunciação de soluções que só um governo democrático e uma política democrática poderá concretizar.

Agostinho Lopes, do CC do PCP, membro da DORT e cabeça de lista da CDU por Vila Real; **Francisco Anastácio**, Manuel Sampaio, Rui Madureira (do partido «Os Verdes») e a encerrar **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP, contaram-se entre os intervenientes do encontro, que terminaria num clima de grande entusiasmo e confiança.

Fogueiras em Coimbra

Por iniciativa da CDU, o convívio nos Santos Populares voltou com alegria à baixa de Coimbra. Depois do sucesso registado nas noites de 13 e 14 (nesta até houve comício com Álvaro Cunhal), os festejos vão continuar a 19, 20 e 21 deste mês.

Segundo nos foi afirmado pela organização, «esta iniciativa da CDU da cidade de Coimbra aparece com o desejo de reactivar e reviver antigos festejos populares com tradições não só nesse local, como também em toda a nossa cidade».

Nestas 5 noites de fogueiras populares, não faltam os bailes, os leilões, os «mandadores» de fogueiras, a ornamentação própria e tradicional e também os «comes-e-bebes».

«Rotativismo» (no séc. XIX) ou «alternância» hoje

Como disse o poeta, «as duas metades do mesmo zero»...

«Como o Presidente da República prometeu que estaria atento a eventuais abusos do estatuto de gestão por parte do Governo demitido e como o Governo dele abusa flagrantemente, o País aguarda qualquer iniciativa do Presidente da República — afirmou Carlos Brito, num comício da CDU realizado em Faro.

Depois de ter referido detalhadamente as negativas consequências de ano e meio de Governo PSD/Cavaco Silva nas mais diversas áreas da vida nacional, Carlos Brito afirmou que «o PS não tem uma política alternativa e é por isso que se refugia na chamada alternância».

«Os portugueses — prosseguiu Carlos Brito — conheceram a alternância durante várias décadas no século passado. Era então conhecida por «rotativismo». Foi um período negro da nossa vida colectiva, caracterizado pela corrupção, nepotismo, clien-

telismo, negociismo, escândalos financeiros, submissão e abatimento perante exigências estrangeiras. Referindo-se aos dois partidos da alternância de então, o poeta Guerra Junqueiro chamava-lhes «as duas metades do mesmo zero». Faz espécie ver pessoas que conhecem a história defender caminhos que conduzem a este conhecido atoleiro».

«Atoleiros — lembrou o cabeça de lista CDU por Faro — são as situações que o PS criou ao País sempre que desfrutou de grandes votações. Foram os atoleiros de 76 e 77, com o governo PS sozinho aliado de facto «à direita e depois a aliança do PS com o CDS. Foi o atoleiro de 83 com a aliança do PS com o PSD, donde verdadeiramente nasceu Cavaco Silva».

Carlos Brito referiu ainda que «também o PRD estava a seguir o caminho fácil e

pouco crível de se apresentar como alternativa à direita e ao PSD. Mas os portugueses não foram tomados de amnésia colectiva que os faça esquecer que foi o PRD quem viabilizou e aguentou mais de um ano o Governo PSD/Cavaco Silva».

O dirigente do PCP concluiu sublinhando que «a CDU fala verdade ao povo. Não se apresenta como alternativa sozinha. Nenhum partido democrático o pode fazer com verdade. A CDU apresenta-se com verdade como a formação democrática empenhada firmemente na intensificação do diálogo com as outras forças democráticas, procurando o entendimento e a convergência do conjunto dos partidos democráticos, que é a única forma verdadeira de dar base a um governo democrático que empreenda uma política capaz de dar solução aos grandes problemas nacionais».

Sessão no Luxemburgo

Confiança na eleição de um deputado CDU na Europa

No passado sábado realizou-se no Luxemburgo uma sessão de esclarecimento da CDU que foi das mais concorridas desde sempre ali realizadas.

Coordenaram a sessão Custódio Nascimento, da CDU local, que presidiu, António Augusto, da CDU/Europa e Martins Coelho, do CC do PCP.

De realçar que participaram na sessão pessoas ligadas a organizações católicas e mesmo emigrantes que

têm votado noutros partidos. Durante o animado debate que se seguiu às intervenções iniciais, vários dos emigrantes presentes denunciaram a situação de trabalho no Luxemburgo, designadamente o facto de estarem a crescer de ano para ano os contratos sazonais sem quaisquer garantias de assistência social para os trabalhadores portugueses nessa situação. Se renovados os contratos, os trabalhadores (e os seus familiares) permanecem sem assistência so-

cial, não podem mudar de patrão nem de profissão e não podem levar para o Luxemburgo os seus familiares.

Martins Coelho prometeu que o PCP iria tentar esclarecer tal situação e questionar o Conselho e a Comissão sobre as claras violações do Tratado de Adesão ali descritas.

Os trabalhadores presentes criticaram severamente o Governo Cavaco Silva pela falta de informação à emigração, pela falta de apoio ao

Octávio Pato em Alcoitão e Alhandra

Problemas dos deficientes ignorados pelo Governo demitido

Os resultados da acção governativa de Cavaco Silva durante o último ano e meio, as responsabilidades e hesitações do PS e do PRD, a batalha de esclarecimento em curso e os objectivos eleitorais da CDU, eis alguns dos temas fortes circunstanciadamente desenvolvidos por **Octávio Pato**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, em duas intervenções proferidas no último fim-de-semana nas localidades de Alcoitão e Alhandra.

No mini-comício realizado no sábado, em Alcoitão, inserido numa jornada de esclarecimento que levou o dirigente comunista a percorrer durante todo o dia o conceito de Cascais, Octávio Pato deteve-se particularmente nos problemas que atingem quase um milhão de deficientes no nosso País, uma das camadas sociais que considerou mais desprezada pelo Governo de Cavaco Silva.

«Os deficientes deparam na sua vida diária com obstáculos de toda a ordem — sublinhou a propósito — impedindo a sua integração na vida social, quer a nível das estruturas regulares de ensino, quer da formação profissional e de trabalho. Por outro lado é a falta de prepara-



Octávio Pato participou em várias iniciativas nos concelhos de Cascais e Vila Franca de Xira

Depois de se referir a outros problemas que atingem esta camada, designadamente ao não cumprimento da legislação e à deliberada asfixia financeira das associações, Octávio Pato analisou o comportamento do Governo de Cavaco Silva perante este panorama, acusando-o de ter pura e simplesmente ignorado os problemas com que se debatem os deficientes.

Com efeito, de acordo com as suas palavras, os deficientes não só não viram as suas condições de vida melhoradas como, pelo contrá-

rio, viram degradar-se a qualidade dos serviços hospitalares e o acesso à reabilitação funcional.

«Não contente, o governo pôs fim às campanhas para a prevenção precoce da deficiência que vinham sendo encetadas e permitiu a generalização do comércio de sangue, com os riscos de propagação da SIDA daí decorrentes», disse ainda Octávio Pato que não deixou de se referir, por outro lado, às tentativas de asfixia financeira às CERCI's, o desrespeito pelas orientações internacionais e comunitárias no senti-

mento da regulamentação da «quota de emprego obrigatória», a recusa de ratificar convenções da OIT para a melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho e ainda as dificuldades que levantou à aquisição de veículos automóveis aos grandes deficientes.

«Também os deficientes têm razões de sobra — concluiu Octávio Pato — para querer varrer o PSD da área do Poder. O governo Cavaco Silva já teve tempo mais que suficiente para mostrar quanto vale. E a verdade é que já provou que seja em

escudos, em dólares ou em ECU's, o seu valor situa-se muito abaixo daquele mínimo exigível a um governo que não seja de uma república de bananas».

Já em Alhandra, no dia seguinte, o dirigente comunista apreciou detalhadamente as posições do PSD e do PS afirmando a este respeito que os dois partidos «têm tentado incutir no eleitorado a ideia de que as eleições se vão disputar entre estes dois partidos, na esperança de que tal sofisma ganhe raízes no espírito dos portugueses».

«Se se tratasse de dois partidos que pela primeira vez se apresentassem ao eleitorado — afirmou —, ainda seria possível esperar dos portugueses o benefício da dúvida. É todavia indecoroso que dois partidos que desde há dez anos têm presidido aos destinos do País, dois partidos que à frente do Governo sempre implementaram a mesma política de direita, apenas divergindo em questões de «timing», dois partidos que foram os grandes responsáveis pela crise em que estamos afundados, venham agora afirmar que é entre eles dois que o povo português deve escolher».

E concluiu: «é uma tese ridícula e facilmente desmontável, que só ao nível da brincadeira podemos aceitar. Nem eles próprios conseguem explicar em que é que são alternativa. É preciso Victor Constâncio vir prometer telenovelas melhores do que as de Nicolau Breyner para nós percebermos onde se situa a diferença: é ao nível da qualidade das telenovelas».

Debate em Braga

Realizou-se recentemente no auditório municipal «Galecia», em Braga, um debate promovido pelo PCP sobre «Os trabalhadores e a CEE», que contou com uma significativa participação de pessoas ligadas ao mundo do trabalho e em que intervieram o dirigente do PCP, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, Rosa Maria Marques e Óscar Jordão Pires.

Domingos Abrantes referiu na sua intervenção que a integração de Portugal na CEE marca já profundamente a vida dos portugueses, sem que, entretanto, tenham sido esclarecidos sobre as verdadeiras razões da adesão, nem sobre as suas consequências negativas para o País, pelo que responsabilizou, sobretudo, os partidos (PS, e PSD) que no governo comandaram tal processo de modo apressado, por motivações políticas e sem cuidarem dos interesses nacionais.

«A CDU não prescindirá do exercício das liberdades públicas incluindo do recurso à propaganda gráfica, não contemporizando com a tentativa de limitar ou mesmo impossibilitar o exercício de direitos e liberdades consagradas na Constituição e na lei».

A braços com uma profunda crise económica e social, a CEE com 17 milhões de desempregados, com largos excedentes na sua produção agrícola e em sectores industriais, não vai significar para Portugal o propagandeado mercado de 320 milhões de pessoas para os nossos produtos nem a oportunidade do rápido acesso a maiores níveis de vida e de desenvolvimento.

Ao contrário, está já a significar o défice acelerado das nossas trocas comerciais com a CEE. Representa o agravamento da nossa dependência e a travagem do nosso desenvolvimento económico, de que são exemplo a «reestruturação» de sectores básicos (segundo a lógica da CEE), conduzindo ao desemprego e à asfixia da Siderurgia, da construção naval, das pescas.

Representa a redução da nossa área agrícola cultivada e da nossa produção agrícola, para benefício do escoamento dos excedentes da CEE.

Multiplicam-se os apoios à CDU

Mulheres do distrito do Porto

Apoiar, divulgar e promover o voto das mulheres na CDU, são os objectivos da recém-constituída Comissão Democrática Unitária de Mulheres, que integra já um vasto conjunto de cidadãs destacadas em diversas áreas de actividade e intervenção social do distrito do Porto, entre as quais referimos hoje: Eduarda Ferreira, vereadora da Câmara Municipal de Valongo; Alda Carvalho, da Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta; Adelaide Jones, jornalista; Rosa Pilaço Moreira, arquitecta; Helena Cabral e Isabel Cabral, pintoras; Isabel Pires de Lima e Maria Helena Morgado, professoras universitárias; Teresa Ponce Leão e Rita Fernandes, engenheiras; Manuela Peixoto de Almeida, bancária; Maria do Céu Ferreira, Ana Maria Teixeira, Maria Teresa Madureira, Lurdes Barbosa, professoras; Manuela Praça e Irene Aragão, médicas; Domitília Batista, enfermeira; Helena Silva Pereira, técnica paramédica; Justina Oliveira, técnica dos CTT; Amélia Viegas, contabilista; Olga Pinto e Lurdes Saraiva, profissionais de seguros; Maria Rosa Pinto, da direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Amarante; Maria da Luz Sampaio e Fátima Aguiar, da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto; Regina Sousa e Castro, da direcção da Associação de Estudantes do Conservatório e Cristina Ribeiro, do Conselho Pedagógico da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; as dirigentes sindicais Ana Maria Mesquita, Amália Andrade, Palmira Peixoto, Amélia Pires, Glória Aureliano, Rosa Domingos; Graciete Fernandes, Rute Rodrigues, Alda Varla e Maria Isabel Machado, do Conselho de Mulheres do Norte; Anabela Andrade, Manuela Sousa Pereira, Agostinha Ferreira e Manuela Dias, da Comissão Unitária de Mulheres do Porto; e ainda Maria José Ribeiro, do secretariado nacional do Movimento Democrático das Mulheres, e Maria Eduarda Castro, Virgínia Sentleiro e Alda Gonzaga, da direcção nacional e distrital do Movimento Democrático de Mulheres.

Por todas estas razões, sublinhou ainda Domingos Abrantes, só a posição de firme defesa dos interesses de Portugal no seio das instituições da CEE e a não submissão à lógica «europeista» e supranacional da CEE, são o caminho para contrariar os aspectos mais gravosos decorrentes da adesão para promover a renegociação do acordo de adesão de Portugal à CEE, em numerosos aspectos lesivos dos interesses nacionais. É este o caminho que os comunistas portugueses reclamam e têm defendido no Parlamento Europeu.

«Tal revisão só será possível com a conjugação dos votos PSD/PS e que por isso só uma votação massiva na CDU impossibilitaria uma futura aliança do PS com a direita».

Dos dirigentes sindicais que subscreveram o abaixo assinado, destacamos: Carlos Cidade — empregado de escritório, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Carlos Ferro — médico, dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Centro; Cidália Rodrigues — educadora de infância, dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro; Fátima Janeiro — professora de Trabalhos Manuais, dirigente do Sindicato da Função Pública; Fernando Serra — operário gráfico, dirigente do Sindicato das Indústrias Gráficas; Manuel Palrinha — serralheiro, dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas; Maria Manuela Mira — médica, dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Centro; José Braga — bilheteiro, dirigente do Sindicato dos Rodoviários e membro da comissão executiva da União dos Sindicatos de Coimbra; José Gaspar — fiscal, dirigente do Sindicato dos Rodoviários e José Jorge — torneiro, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Juristas

Inúmeros juristas têm também vindo a dar o seu apoio à Coligação Democrática

Unitária. Entre os primeiros apoios chegados, salientamos os seguintes:

Albertino Almeida, Almiro Marques, André Machado Jorge, António Bica, Elio Suscena, Fernando Elísio Fontinha, Fernando Luso Soares, Inácio Fiadeiro, João Castro Neves, José Delgado Martins, Lia Viegas, Luís Carvalho Oliveira, Manuel Rodrigues, Martins Alves, Sequeira Zilhão, Vitor Miragaia, Alcina Bastos, Ana Merele, António Batista Candéias, Carlos Macedo, Eugénio Ramos, Fernando Silveira Ramos, Francisco Cunha Leal, Ivo Madeira, João Correia, José Lopes de Almeida, Luís Azevedo, Manuel Veiga, Mariano Roque Laia, Martins Ascensão e Vitor Costa.

Independentes de Braga

Entretanto, decorreu há dias num restaurante de Braga um jantar que reuniu personalidades independentes apoiantes da CDU com candidatos da lista que concorre, pelo distrito, ao próximo acto eleitoral.

A iniciativa, que contou com a presença de dezenas de democratas, considerou e estruturou a participação dos independentes da CDU na campanha em curso, permitindo o diálogo franco, a troca de pontos de vista e o debate de importantes temas nacionais e locais, revestindo-se de grande combatividade e espírito de confiança para os objectivos a alcançar.



Na última quarta-feira, dia 10, o Coliseu esteve em festa. Com a CDU. Com a juventude e o futuro. Foi uma festa vibrante. De unidade e de confiança, encerrando da melhor maneira o encontro nacional de candidatos que se realizou durante a tarde e onde foi aprovado o Manifesto Eleitoral da CDU

Nacional

Plataforma regional para o desenvolvimento do Algarve — propõe a CDU

Realizou-se no passado dia 6 no Cine-Teatro Silvense, em Silves, o Encontro Distrital de Faro da Coligação Democrática Unitária. Presente, entre os outros candidatos, o camarada **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e cabeça de lista por aquele círculo eleitoral.

Para além de outros assuntos, este encontro teve como objectivo fundamental a aprovação da proclamação dos candidatos CDU pelo Algarve. Documento de grande importância onde, para além da referência ao quadro político geral em que vão decorrer estas eleições e ao surgimento da Coligação Democrática Unitária «herdeira e sucessora da APU mas também renovadora da unidade democrática», se especificam as linhas que norteiam a actividade dos deputados da CDU pelo Algarve, afinal reivindicações de toda a região para o seu desenvolvimento.

A candidatura da CDU considera que «o Algarve atravessa uma situação preocupante, patente na crise nos sectores agrícola, das pescas e conservas, da cortiça e restante indústria, a que se junta o impacto nem sempre positivo do crescimento desordenado do turismo».

Em continuidade da acção anteriormente desenvolvida pelas candidaturas da APU e da intervenção dos deputados do PCP e outros eleitos da APU na AR, a CDU apre-

senta agora à consideração das populações uma plataforma regional de urgente execução, de forma a atacar frontalmente os graves problemas da região.

Assim, os candidatos da CDU entendem o «desenvolvimento económico do Algarve assente no aproveitamento integral dos seus recursos naturais, de molde a combater as profundas distorções e assimetrias em que hoje assenta a economia da região e nessa medida empenham-se na luta por uma política de emprego e por uma política social justa».

Medidas concretas

Em relação às medidas concretas tendo em vista o desenvolvimento equilibrado da região, os candidatos da CDU comprometem-se a tudo fazer para:

- dar andamento à rápida conclusão das obras de saneamento básico de que a região carece (em Lagos, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António e Vila do Bispo), suportadas no fundamental pelo OGE;



Carlos Brito

- promover a rápida conclusão das obras necessárias ao aproveitamento e regularização dos recursos hídricos (sistemas das barragens Funcho-Odelouca e Beliche-Odeleite);

- implementar a criação da rede de frio na região;

- promover e concluir as obras necessárias na rede viária e ferroviária e nas instalações de terra do aeroporto de Faro e remodelar e ampliar toda a rede de transportes das zonas suburbanas das várias cidades e vilas algarvias;

- estudar, com carácter de urgência, legislação adequada à protecção do solo agrícola face à pressão da especulação imobiliária;

- promover em conjunto com os órgãos responsáveis um Plano de Turismo para o Algarve (PTA) de molde a definir o ordena-

mento turístico do território;

- apoiar o relançamento da indústria na região, em particular os sectores com fortes tradições na região (conserveira, alimentar e corticeira);

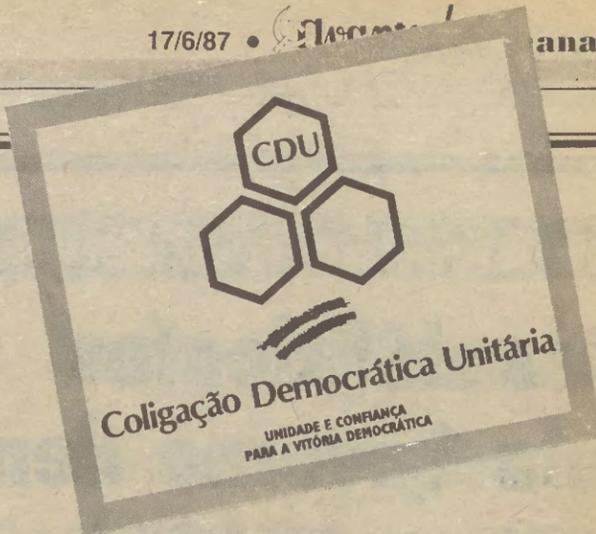
- promover a execução de medidas urgentes de molde a remodelar a frota pesqueira e que apoie a pesca artesanal;

- promover medidas tendentes a controlar as actividades económicas exercidas por estrangeiros, incrementando nomeadamente a rápida revisão da legislação que regula o «Timeshere» (direito de compra de habitação periódica);

- promover uma nova política de ensino e cultura que passa nomeadamente pela construção de novas escolas preparatórias e secundárias (Vila do Bispo, Aljezur, Portimão), a rápida conclusão das de Faro e da Fuseta e a construção urgente de instalações definitivas para a Universidade do Algarve.

Finalmente e como condição essencial para o pleno desenvolvimento da região, os candidatos da CDU «comprometem-se a continuar a luta pela rápida criação da Região Administrativa do Algarve».

No contexto da ruínosa integração de Portugal na CEE e das eleições para o Parlamento Europeu, os candida-



tos da CDU afirmam o seu compromisso de «perseguir o desmascaramento das consequências desastrosas da adesão e a luta em defesa dos interesses e da independência nacional, produzindo nomeadamente legislação que limite o acesso dos estrangeiros à propriedade da terra e condicione e regulamente o seu direito de estabelecimento na agricultura, pescas, indústria e comércio e turismo, como acontece aliás em outros países da CEE.

Os candidatos da CDU são bem conhecidos das po-

pulações do Algarve. «Contam-se entre eles dois dos actuais deputados pelo Algarve na AR, um ex-deputado à Assembleia Constituinte e à AR, dirigentes sindicais, eleitos em autarquias, dirigentes do PCP e activistas das outras componentes políticas da coligação (Os Verdes e a Associação Intervenção Democrática), militantes dos movimentos da juventude e da luta emancipadora das mulheres. São homens e mulheres em quem se pode confiar na luta pelo desenvolvimento da região algarvia.

Portugal e a CEE Pegue no telefone e coloque a sua questão

A CDU instalou um telefone de atendimento permanente do cidadão com o objectivo de dar resposta nos seus tempos de antena de rádio, que serão transmitidos no período de campanha eleitoral, às questões que forem colocadas no que respeita às consequências da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Com esta iniciativa, a Coligação Democrática Unitária pretende contribuir para um melhor esclarecimento dos problemas decorrentes da adesão à CEE.

O telefone, instalado desde a passada segunda-feira, faz a gravação de todas as chamadas e as respostas serão posteriormente dadas pelos candidatos da CDU e por outros técnicos e especialistas nas diversas matérias. O número deste telefone é o 77 91 48.

José Vitoriano: As eleições são para a AR e não para primeiro-ministro

«O que nós vamos eleger em 19 de Julho é uma nova Assembleia da República e não um qualquer primeiro-ministro. Não vamos escolher entre Cavaco e Vitor Constâncio como este vem repetindo. Vamos sim e apenas eleger deputados.» Proferidas numa festa-convívio realizada num pinhal próximo da Lançada, lugar da freguesia de Sarilhos Grandes, Montijo, as palavras são do camarada **José Vitoriano**, membro da Comissão Política do CC do PCP. Perante uma numerosa assistência que ocorreu ao tradicional convívio alentejano realizado naquele local o dirigente comunista desmontava na sua intervenção uma das mistificações que desde já se evidencia neste período de pré-campanha em toda a estratégia eleitoral do Partido Socialista.

Reflectindo o estado de espírito e a forma como a

campanha está a ser encarada pelos militantes comunistas e outros democratas seus aliados no quadro da CDU, José Vitoriano afirmou, por outro lado, que a batalha vai ser «dura», mas que existe «optimismo e confiança» em que a democracia vai vencer a reacção, em que a CDU vai conseguir um bom resultado, vai alcançar uma grande votação.

Depois de recordar as razões que levaram à ruptura da APU, o actual vice-presidente da Assembleia da República deteve-se sobre o projecto CDU, acentuando que no plano político é «um espaço unitário mais amplo», congregando para além do PCP e dos Verdes, numerosos ex-militantes do MDP e muitos outros democratas independentes.

Definindo para os presentes a posição do Partido relativamente ao que está em jogo em 19 de Julho próximo, José Vitoriano sublinhou

que o «que o eleitorado vai fazer não é apenas escolher entre a direita e o campo democrático, mas no campo democrático, escolher naturalmente quem lhe parece mais coerente, quem lhe merece mais confiança, quem pelo que diz e pelo que faz lhe parece dar mais garantias de defender a democracia e os interesses com que se sente identificado».

A destruição de milhares de postos de trabalho, as dificuldades dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, o aumento do desemprego e do trabalho precário, os salários em atraso, os problemas do ensino, habitação e saúde — alguns dos aspectos mais gravosos da nefasta acção de Cavaco Silva — foram também circunstancialmente analisados pelo dirigente comunista que se referiu ainda aos objectivos eleitorais do PCP e ao Parlamento Europeu.

«Queremos ser felizes» — Lema dos jovens CDU

«Queremos ser felizes!» Mais do que uma aspiração, um objectivo. Uma reivindicação. Uma exigência. Um projecto de luta. «Queremos ser felizes»: um tema de campanha. Um lema. O lema dos jovens candidatos CDU. São 33, por todo o País, e propõem-se fazer uma campanha própria, alegre, dinâmica, apostando nas formas directas de intervenção. Trazer mais jovens à CDU, segundo dizem, é o seu propósito.

Para tanto, têm na manga uma série de iniciativas, algumas das quais deram já a conhecer num breve encontro com os órgãos de comunicação social. Dois grandes festivais de juventude, com a participação de alguns dos mais importantes nomes da música que por cá se faz, têm já data marcada. Um, será no próximo sábado, dia 20, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, e nele participará Janita Salomé, Nana Sousa Dias, Peste & Sida, Go Graal Blues Band e Del-

fins. A festa decorrerá entre as 10 e as 24 horas, estando previstas muitas outras actividades e manifestações artísticas, do desporto ao teatro, passando pelas exposições e debates. Álvaro Cunhal, em hora a definir, terá também um encontro com os presentes.

No Porto, a festa será no dia 28, em local a designar, estando já asseguradas as participações da Brigada Vitor Jara, Mler Iffe Dada, Go Graal Blues Band, Pop Del'Arte e Nana Sousa Dias. No Seixal, a 11 e 12 de Julho, haverá também um grande acampamento, com um bem recheado programa de animação cultural, cujos pormenores continuam no entanto ainda guardados em segredo.

No encontro com os jornalistas, Rogério Moreira, Paula Coelho, António Filipe e Claro Cardoso, deram também a conhecer o conteúdo do seu compromisso eleitoral com a juventude, documento onde se sintetizam um conjunto de

propostas com vista a abrir novas perspectivas de vida para a juventude e a contribuir para o desenvolvimento e a modernização do País.

«É imperioso alterar a situação calamitosa para que a política de direita arrastou os jovens. É preciso acabar com a política do desemprego, do trabalho precário e mal pago, do numerus clausus e do 12.º ano, do insucesso escolar, da proibição da felicidade a que temos direito», afirmaram a propósito.

Antes de darem a conhecer algumas das medidas que consideram prioritárias para uma política democrática para a juventude, os jovens presentes na conferência de imprensa manifestaram ainda a disponibilidade dos candidatos da CDU para desenvolverem na Assembleia da República uma acção persistente e decidida para combater o desemprego e o trabalho precário, dignificar o ensino e torná-lo acessível, possibilitar «a felicidade e a realização humana».

Nacional

Manifesto apresentado em Évora

A população do distrito de Évora viu resolvidas muitas das suas carências ao longo destes treze anos, e isto devido ao trabalho desenvolvido pelo Poder Local democrático. Hoje as redes de esgotos estão lançadas, a água chega a casa de cada um, as ruas deixaram de ser autênticos lamaçais, construíram-se parques infantis em bairros, aldeias e vilas, praticamente não há sítio onde não haja um centro de convívio para idosos, as creches e os jardins de infância têm proliferado a um ritmo que ninguém poderia prever há dez ou doze anos. Agora uma nova etapa se inicia: a do desenvolvimento da região. Esta é, pelo menos, a perspectiva dos candidatos a deputados da Coligação Democrática Unitária, CDU, por Évora. As propostas que apresentam nesse sentido constituem a coluna dorsal do seu manifesto que foi divulgado publicamente pelo seu cabeça de lista, Lino de Carvalho, em sessão que decorreu recentemente no Palácio D. Manuel.

De acordo com esse manifesto, o primeiro passo a dar para desenvolver o distrito prende-se com a criação de regiões administrativas. A regionalização não tem avançado devido à oposição dos partidos de direita. Os candidatos da CDU, respondendo positivamente às conclusões do 2.º Congresso sobre o Alentejo, realizado recentemente em Beja, comprometem-se a desenvolver todos os esforços no sentido de, durante a próxima legislatura, serem criadas as regiões administrativas, desde que isso não retire poderes e competências às autarquias e as populações tenham intervenção activa no processo.

Reforma Agrária e desenvolvimento

O desenvolvimento da agricultura e a defesa da Reforma Agrária também têm a ver com o desenvolvimento do distrito de Évora. Nesse sentido, os deputados da CDU tudo farão para sustentar a destruição daquela conquista de Abril; estabilizar a situação fundiária; pôr termo ao abandono ou subaproveitamento das terras; garantir às unidades colectivas de produção e aos agricultores sem discriminação o acesso aos subsídios e créditos com juros adequados; estabelecer um plano de ordenamento agrícola e florestal; estimular, em solos adequados, a produção de culturas estratégicas de interesse para o País e para a região, como os cereais, as oleaginosas, as forragens e a pecuária; rever a legislação da cortiça e demais produtos florestais; apoiar a produção vitivinícola do distrito, garantindo a qualidade dos vinhos Borba, Redondo, Reguengos, Granja e outros; melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos agrícolas através da introdução de novas técnicas e de variedades seleccionadas.

O desenvolvimento do distrito passa também pelo estímulo ao investimento industrial e, nessa matéria, poder-

-se-á dizer que tem havido uma certa estagnação em resultado da acção negativa dos governos demitidos do PSD Cavaco Silva. Os candidatos da CDU entendem que é necessário criar condições para atrair, dinamizar, implementar e desenvolver novas indústrias ligadas ao aproveitamento e transformação dos recursos da região, designadamente dos agro-industriais, dos mármore e dos granitos. Daí que defendam que é necessário dinamizar os parques industriais; repor em laboração unidades importantes e que se encontram encerradas como a Hortícola do Divor e a FORE; aproveitar os recursos do subsolo como os granitos e os mármore; desenvolver a construção civil e as indústrias metalo-mecânicas e metalúrgicas; apoiar e proteger o artesanato e os artesãos.

O combate ao desemprego, a garantia de trabalho e a melhoria das condições de vida das populações fazem também parte das preocupações dos candidatos a deputados da CDU que sublinham no seu manifesto existirem no distrito de Évora 16 000 trabalhadores desem-

pregados, o que corresponde a 23% da população activa, sendo esta uma das mais altas percentagens do País. Desses desempregados, 73% são mulheres, 60% são trabalhadores agrícolas e só 44% recebem subsídio de desemprego. Nos últimos anos, encerraram 65 empresas agrícolas e industriais do que resultou a destruição de dez mil postos de trabalho.

A prestação dos cuidados de saúde no distrito de Évora degrada-se de dia para dia. Também aqui os candidatos a deputados da CDU defendem uma nova política que passará pela dotação dos serviços hospitalares de meios humanos e técnicos capazes de responder às necessidades da população; pelo funcionamento das urgências dos hospitais concelhios; pela gestão participada e democrática dos Serviços de Saúde; pelo fim do desemprego entre médicos; pelo esclarecimento do caso do Hospital do Patrocínio e seu aproveitamento como parte integrante do Hospital Distrital de Évora.

O manifesto, apresentado publicamente por Lino de Carvalho na passada quinta-feira no Palácio D. Manuel, contempla ainda o problema da habitação, salientando que, apesar dos esforços desenvolvidos pelo Poder Local democrático, a falta de habitação afecta hoje seriamente a população do distrito e chama a atenção para 418 fogos que se encontram por acabar na Malagueira, em Évora, e cuja construção é da responsabilidade do Governo.

A rede de transportes, o funcionamento dos tribunais, a comunicação social e rádios locais, as potencialidades turísticas, o ambiente, o desenvolvimento cultural e desportivo, os problemas da juventude, das mulheres e

dos deficientes constituem também preocupação dos candidatos da CDU por Évora que se propõem contribuir e lutar para a sua resolução.

Os candidatos da CDU

No histórico e bonito Palácio D. Manuel, com uma mesa constituída pelos candidatos, mandatários e representantes do PCP e de «Os Verdes», o amplo salão cheio de convidados, membros da CDU e jornalistas, para além da leitura das linhas gerais do manifesto, foi feita também a apresentação pública dos candidatos da Coligação Democrática pelo distrito de Évora. Lino de Carvalho, António Vidigal Amaro, Joaquim Teixeira e Celino Silva são efectivos e João Paulo, António Andrade, Miquelina Condeço e Jorge Araújo constam como suplentes. Custódio Gingão é outro candidato, que integra as listas da CDU para o Parlamento Europeu.

A divulgação da lista foi feita por José Ernesto, conhecido médico de Évora. A primeira intervenção coube a Jorge Araújo, biólogo, professor da Universidade de Évora.

A oradora seguinte foi Miquelina Condeço, enfermeira-parteira, que até há pouco tempo foi militante activa do MDP/CDE. A propósito da ruptura da coligação APU disse que isso lhe causou tristeza e que, a partir desse momento, a colaboração com aquele partido já lhe não dizia nada. Por isso saiu e por isso aceitou a sua inclusão nas listas da CDU como independente. Em seu entender, a CDU está na mesma linha da APU. «Entendo, concluiu Miquelina Condeço, que a unidade que ontem defendemos na APU hoje devemos defendê-la na CDU».



O Acto Único viola a Soberania Nacional

• Seminário do PCP

«Não nos estamos a guiar por objectivos estritamente partidários ou politicamente estreitos. Dirigimo-nos a todas as classes e camadas não monopolistas, independentemente de opções partidárias ou eleitorais, a todos aqueles que sentem necessária a defesa intransigente dos interesses económicos, sociais, culturais e cívicos dos portugueses frente à CEE, para garantir o desenvolvimento e a real modernização da economia nacional, para garantir a melhoria do bem-estar dos portugueses, para preservar e aprofundar a democracia e defender os interesses e a soberania nacional» — afirmou o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu durante um seminário promovido pela Comissão do PCP para as Questões da CEE e pelo Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, subordinado ao tema CEE, o Acto Único e a Soberania Nacional que decorreu no passado domingo no Novotel em Lisboa.

Ao longo de cerca de catorze comunicações de dirigentes do PCP, deputados do Parlamento Europeu e da Assembleia da República, professores e docentes universitários e outros técnicos e especialistas, abordaram um vasto leque de temas, implicados na problemática geral proposta, como sejam «a supranacionalidade e a democraticidade do processo de decisão política, as orientações do poder político interno e as suas consequências para a limitação da soberania, a influência da CEE na determinação do sistema económico dos Estados e a questão da propriedade dos meios de produção, as finanças da CEE e o orçamento nacional, a política externa independente e “cooperação política europeia”, a política social da CEE — desenvolvimento e planificação democrática, a investigação e desenvolvimento — transferências de tecnologia e dependência externa, ideologia-comunicação social e CEE, independência e interdependência das nações no mundo actual, dependência e independência na História portuguesa e na actualidade».

No encerramento de tão alargado debate — que contou ainda com a intervenção espontânea da assistência, acrescentando pontos de vista, colocando interrogações às comunicações apresentadas — interveio o camarada Ângelo Veloso que, em face desse facto considerou a sua intervenção «apenas mais uma contribuição».

Referindo-se à «enorme quantidade de factores envolvidos no processo de integração europeia», Ângelo Veloso considerou que se «na sua génese, o processo assenta em tendências objectivas da concentração e centralização monopolista na Europa post-plano Marshall», a CEE constitui, igualmente, «uma resposta integrada do grande capital, no plano político, ideológico e social, à crescente influência do socialismo real, ao ascenso da Europa do movimento operário e popular, à luta pelo progresso social, pela Paz e pelo socialismo».

Para o cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, o «sistema capitalista entrou na sua última fase». E sublinhou as «ciclópicas e impossíveis tarefas que o grande capital, roído e corroído de contradições, tem que fazer face, cercado pelo grande sistema socialista, pelo movimento operário dos países capitalistas, pelo movimento de libertação nacional, pela ascendente aspiração dos povos à igualdade, à liberdade e à Paz».

Neste sentido, «a CEE é a forma de associação, de concertação que visa, sem o conseguir, mas visa, superar contradições (internas ao capitalismo), encontrar respostas conjuntas à agudização da crise geral do capitalismo».

Sobre a posição do PCP, Ângelo Veloso recordou o relatório ao Comité Central de Maio de 1964 e o VI Congresso do PCP de 1965, onde já então se considerava que «os acordos de comércio livre não constituem uma forma de cooperação de economias nacionais, mas formas de associação e de luta de grupos monopolistas, formas de dominação de países mais pequenos e atrasados pelas grandes potências Imperialistas».

Sobre a adesão de Portugal à CEE e a aprovação do Acto Único, o camarada Ângelo Veloso considerou-a «mais um passo contra a modernização, a democracia e a soberania nacional», adiantando em seguida que essa submissão é desejada pelas forças de direita, com a conivência do PS e que ambos se servem da adesão para recrudescer a sua prática contra as conquistas do 25 de Abril. E acentuou «lamentavelmente o PS e o PRD não têm uma posição frontalmente contrária a esta política do Governo de Cavaco».

A concluir, o camarada Ângelo Veloso afirmou que a «única posição de princípio é a de combater a supranacionalidade e defender ao máximo, em todas as circunstâncias, a democracia e a soberania portuguesas». Disse, «os comunistas portugueses lutarão palmo a palmo contra tudo o que diminuir a capacidade e a possibilidade de serem os portugueses a decidirem dos problemas e da política do seu País, exactamente como lutarão em defesa da democracia».

Camarada Falecido



José Carlos

Faleceu no passado dia 11 o nosso camarada José Carlos, nascido a 6 de Outubro de 1921 em Santiago do Cacém, operário corticeiro, membro do PCP desde 1949, funcionário desde 1953.

Depois de diversas tarefas de direcção no distrito de Setúbal, nomeadamente em Alameda e Seixal, passou em

1955 a integrar o organismo de direcção do Alto e Baixo Alentejo.

Em 1957 foi preso próximo de Beja, tendo sido julgado e condenado a 7 anos de prisão. Em 1960 evadiu-se, com outros dirigentes do Partido, do Forte de Peniche, passando a integrar o organismo de direcção do Oeste e Ribatejo.

Três anos depois é novamente preso, tendo sido julgado e condenado em cúmulo jurídico a 16 anos e meio de prisão.

Em 1972 é posto em liberdade por motivo de saúde e em resultado da acção do nosso povo em prol da sua libertação.

No total cumpriu onze anos e meio de prisão.

Em 1973 voltou à luta na clandestinidade, passando a

pertencer ao Comité Local do Porto, do qual fazia parte em 25 de Abril de 1974 e em Setembro de 1974 passou a integrar a Direcção da Organização Regional, de Setúbal, tendo sido responsável pelas organizações concelhias do Montijo e Alcochete.

O camarada José Carlos só abandonou as tarefas do Partido quando a doença o forçou a isso.

Como sublinha a DORS do PCP, extremamente humilde, o camarada José Carlos teve uma vida de intensa actividade ao serviço do povo e da pátria, que é justo motivo de orgulho do PCP.

Apresentando condolências à família, a DORS garante que a luta do José Carlos continuará, reforçada pelo seu digno exemplo.

Trabalhadores

CGTP promove semana de luta

Juventude pelo emprego

**De 22 a 27 de Junho
iniciativas
em vários distritos**

O departamento de juventude da CGTP-IN vai realizar de 22 a 27 deste mês uma série de acções pelo emprego, contra o desemprego e o trabalho precário. Estão também previstas iniciativas que pretendem chamar a atenção para os problemas da habitação, dos direitos dos jovens, do trabalho clandestino e infantil.

Na semana passada realizou-se em Lisboa uma conferência de imprensa onde foram divulgados os objectivos e o programa geral desta campanha e onde foram divulgados alguns números das estatísticas oficiais. Não são um retrato a corpo inteiro, mas são sem dúvida um alerta para quem ainda tenha algumas dúvidas.

Desemprego e trabalho precário: ainda mais entre a juventude

O Instituto Nacional de Estatística considera empregados todos os activos que tenham trabalhado pelo menos uma hora na semana de referência do inquérito.

A CGTP-IN divulgou a média dos inquéritos trimestrais de 1986: havia em Portugal 461 800 desempregados (segundo aquele conceito do INE), dos quais 300 900 (64,2%) tinham menos de 30 anos. A taxa de desemprego entre os jovens com menos de 30 anos era de 19,4%, enquanto a taxa de desemprego nacional era de 10,2%.

Se em lugar do critério aci-

ma referido fosse utilizado aquele que o INE seguiu até 1983 — em que se considerava empregado quem tivesse trabalhado 15 horas ou mais — o total de desempregados subiria nas estatísticas para 563 800 e a taxa de desemprego nacional seria de 12,4%.

Apenas onze por cento dos jovens que procuram o primeiro emprego terminaram os seus estudos. A esmagadora maioria (80%) tem necessidades económicas e não tem outra saída senão abandonar a escola para procurar trabalho.

Metade dos jovens que procuram um novo emprego fazem-no por terem cessado os seus contratos a prazo. Muitos (17%) apontam como causa da sua situação de desempregados os despedimentos.

Três quartos dos contratos a prazo são celebrados com jovens.

Por tudo isto o departamento de juventude da CGTP-IN conclui que «os jovens continuam a ser as principais vítimas do desemprego, como são cada vez mais as principais vítimas do emprego precário».

A CGTP-IN lembra que dos jovens sem emprego «apenas cerca de 4,5% recebe subsídio de desem-

prego, esperando-se que esta cifra seja aumentada após a promulgação do diploma da Assembleia da República relativo ao subsídio juvenil de desemprego».

Devido a esta falta de apoio material «os jovens são presa fácil do patronato sem escrúpulos» e são forçados a aceitar empregos sem qualquer relação com as suas capacidades e colocações profissionais, pagos

cas, limitar o recurso aos contratos a prazo, combatendo a sua generalização.

Esta iniciativa surge assim num momento oportuno, como afirmou António Pedro: «Com a campanha eleitoral vai-se assistir outra vez a uma chuva de promessas para a juventude.» É oportuno denunciar os problemas, apontar os responsáveis e lembrar outras promessas passadas que não mudaram para melhor a situação dos jovens portugueses.

Concerto pelo emprego

A temática destes seis dias de luta abrange todo o País, mas as iniciativas variam conforme as regiões. No distrito de Lisboa o dia 22, segunda-feira, será marcado por uma acção de pro-

testo junto à secretaria de Estado da Habitação, na Praça do Comércio, onde irão ser montadas tendas de campismo. Em Setúbal está prevista a construção de um bairro de papelão na Avenida Luísa Todt.

«É o que esta política tem para nos dar, quando pedimos habitação» — comentou um dos responsáveis do departamento de juventude da CGTP-IN.

Quanto aos direitos dos jovens, reconhecidos juridicamente mas violados no dia-a-dia, será elaborado um documento a entregar ao Provedor de Justiça.

Os dias 25 e 26 serão dedicados à denúncia da exploração de trabalho precário clandestino e infantil, nomeadamente com contactos nas empresas. Será feita ainda uma petição, a entregar na

Assembleia da República logo após as eleições de 19 de Julho, para que seja alterada a legislação que regula o recurso aos contratos a prazo.

No dia 24, jovens desempregados do distrito de Setúbal vão, com ferramentas, pedir trabalho junto do Governo Civil.

No dia 27 realiza-se na Costa da Caparica, «das 18 horas até às tantas» — segundo os organizadores —, um concerto em que participam os grupos portugueses Mier lfe Dada, Sétima Legião, Pop dell'Arte, Ena Pá 2000 e Peste & Sida e também o músico espanhol Guillermo de la Torre.

Quatro dezenas de rádios locais apoiam esta iniciativa e algumas delas vão mesmo transmitir em directo o concerto de dia 27.



42 mil pessoas moram em barracas no distrito de Lisboa, segundo o departamento de juventude da CGTP-IN

Os músicos e o emprego

«O que tem a vossa música a ver com a luta pelo emprego» — perguntámos aos grupos presentes na conferência de imprensa. A complementar uma resposta que já apontava para a grande instabilidade de emprego que atinge os músicos portugueses, o baixista Nuno Rebelo, fundador dos Mier lfe Dada, contou-nos uma história, a sua:

— Estou com oito anos como músico profissional, já papel mais de duzentos concertos, tenho vários discos editados. Estou certo que, dos que aqui estão, muito poucos vivem da música. Eu só este ano é que saí de casa de meus pais e, mesmo assim, para casa de uma tia. Já houve alturas em que fazia quatro concertos num dia para ganhar o meu. Chegava ao fim do dia com bolhas na mão de segurar a viola. Este mês fiquei muito contente por ter conseguido ganhar cinquenta contos. Agora o que me preocupa são os duzentos contos de dívidas. Tivemos que comprar instrumentos, percebes...

com salários que, segundo um documento distribuído aos jornalistas, estão «muitas vezes abaixo dos mínimos legais».

Tais condições de trabalho, recorda o documento, seriam agravadas se a direita e o patronato conseguissem «os seus intentos de liberalização da legislação do trabalho».

Com outra política há soluções

«Os jovens não estão condenados ao desemprego permanente» — sublinhou Maria da Luz Nogueira, do departamento de juventude da CGTP-IN. E apontou as linhas gerais de uma política que tenha em vista a solução do problema: criação de postos de trabalho, condições para que os jovens não tenham que abandonar os estudos por razões económi-

Médicos em Moscovo

A direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, que esteve recentemente representada em Moscovo na Conferência Mundial dos Trabalhadores da Saúde Pública, transmitiu à imprensa o plano de acção que aí foi aprovado por unanimidade.

Sob o lema «Bem-estar social, saúde e paz», aquela Conferência aprovou, segundo o SMZS, o seguinte plano de acção:

«1. Celebrar, com variadas acções em todos os países, a data de 1 de Outubro, como Dia Internacional da Paz, como jornada de mobilização de todos os trabalhadores da saúde.

«2. Difundir e recolher assinaturas para a exortação de Hiroshima e Nagasaki, para a proibição completa e

destruição de todas as armas nucleares.

«3. Utilizar todos os meios de informação — TV, rádio, cartazes, conferências de imprensa, audiências com responsáveis a todos os níveis — com o fim de informar e mobilizar a opinião pública.

«4. Ampliar e fortalecer a cooperação internacional, por acções unitárias de todas as organizações de saúde pública.

«5. Cooperação com todas as organizações internacionais, com o fim de partici-

par na rede de informação sobre a luta contra a corrida aos armamentos, pelo desarmamento e desenvolvimento.

«6. Cooperação com a Organização Mundial de Saúde e outros departamentos da ONU, pela causa da paz, desarmamento, saúde pública, bem-estar social e desenvolvimento».

Nos trabalhos da Conferência Mundial dos Trabalhadores de Saúde Pública, efectuada em Moscovo entre 29 de Maio e 1 de Junho findo, participaram 140 representantes sindicais de 51 países de todos os Continentes, incluindo Portugal, que esteve representado pelo membro da direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, dr. Falcato Simões.

Função Pública

Frente Comum com o Provedor

Os sindicatos da Frente Comum da Função Pública foram recebidos no passado dia 8 pelo Provedor de Justiça a quem apresentaram um projecto de alteração ao diploma que regulamenta a negociação colectiva para os trabalhadores daquele sector.

A Frente, com cerca de trinta sindicatos, tem actuado principalmente no campo da contratação colectiva.

Segundo nota do passado dia 8, o projecto apresentado ao Provedor «visa fundamentalmente três aspectos: 1.º, Alargar o âmbito das matérias negociáveis; 2.º,

Tornar vinculativas as resoluções assumidas pelas partes nas reuniões; 3.º, Institucionalizar a figura jurídica da arbitragem existente para o sector privado, tendo como **terceiro árbitro, para além dos representantes das partes, o Provedor de Justiça**».

O projecto daquela organização sindical unitária mereceu a aprovação do Provedor, cujo papel, refere a Frente, como «mediador da relação Governo/cidadão», seria «mais eficaz se colocado em termos colectivos».



Nacional



Praça da Liberdade

Sombra e claridade

Para Fernando Carvalho, gerente da metalúrgica Facar, «a única pessoa que poderá salvar a empresa é o dr. Mário Soares»... O gerente Carvalho é um exagerado, embora se compreenda a referência ao actual Presidente da República — foi um governo chefiado por Mário Soares que entregou a Facar aos irmãos Carvalhos, já lá vão 10 anos, depois de um período de intervenção estatal.

Os manos Carvalhos regressaram à empresa com foguetório, discursos de panque e muitas promessas. Prometeram emprego para todos, paz, salários dignos e etc., tudo isto condimentado com um insuportável paternalismo que incluiu lágrimas a sério, abraços e afagos.

Houve quem não embarcasse na telenovela, quem desconfiasse das intenções e capacidades dos Carvalhos, e sobretudo das promessas de paz e prosperidade... Um pequeno grupo de operacionais da confiança dos Carvalhos, comandado pelo «public relations», Manuel Moreira, tratou de uniformizar vontades e comportamentos, coisa impossível de conseguir mas relativamente fácil de tentar. As «tentativas» incluíram agressões, insultos, perseguições, suspensões de activistas, boicote a eleições para a CT, impedimento de Plenários e reuniões e outras «pacíficas» formas de relacionamento.

As coisas corriam assim, na santa paz dos cemitérios, quando acontece o que já se adivinhava há muito — em finais de Janeiro deste ano, a Facar paga apenas 15 contos de salário. E em 21 de Fevereiro, realiza-se o primeiro plenário de trabalhadores desde o regresso dos Carvalhos — um acontecimento, que marca o início das movimentações conjuntas dos mais de mil trabalhadores da Facar.

A partir daí, a «paz» dos mares é substituída por uma massiva e quase permanente contestação à gerência, com plenários e reuniões e, em 29 de Maio, com corte de trânsito em frente à empresa.

A Facar é uma das mais importantes empresas do concelho de Matosinhos, já empregou 1500 trabalhadores, hoje emprega 1000 e fala-se que «amanhã» poderá empregar menos 300 ou 400. Tudo indica que o Belmiro de Azevedo, da Sonae, os Mellos e outras trutas de calibre semelhante cobiçam o controlo da empresa.

A cobiça entende-se, porque a Facar tem encomendas com fatura, é monopolista de vários produtos, é com certeza rentável desde que bem administrada.

Para já a metalúrgica de Leça deve salários aos trabalhadores, está praticamente paralisada por falta de material, viu a energia eléctrica cortada um destes dias, deve milhões de contos. Dificuldades reais, ou encenadas? Há dúvidas, há grandes zonas de sombra no negócio em curso. Mas há duas certezas — a primeira, é que a existência de empresas rentáveis à beira do colapso, constitui uma das peculiaridades da «notável» gestão económica de Cavaco e antecessores; a segunda, é que os trabalhadores da Facar e outros não vão assistir a isto de braços cruzados.

■ C. R.

Protesto contra a RTP

Um plenário da máxima representatividade no âmbito sindical e social do distrito de Aveiro protestou contra a «política informativa» da RTP, que favorece o Governo e os «partidos do patronato». Promovido pela União dos Sindicatos de Aveiro, o plenário de dirigentes, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores (CT's), depois de apelar ao voto certo e de recordar a necessidade de «os partidos democráticos esclarecerem a sua política de alianças «pós-eleições», uma vez que nenhum terá a maioria absoluta», aprovou, entre outras conclusões, a seguinte moção, que se transcreve na íntegra:

Moção

«Considerando que a RTP é indelutavelmente o órgão de comunicação social com mais elevada audiência e que é pago com o dinheiro dos portugueses com os mais diferenciados posicionamentos sociais, políticos e ideológicos;

«Considerando que a RTP discrimina escandalosamente todas as organizações sindicais, políticas e sociais que não alinham com o Governo, com o PSD e com o patronato, quase não lhes dando a mínima cobertura nos seus serviços informativos;

«Considerando que a RTP praticamente esquece os inúmeros problemas e lutas dos trabalhadores;

«Considerando que a RTP não tem sido um serviço nacional, mas sim um órgão partidário ao serviço do Governo e dos partidos que o apoiam;

«Considerando que a RTP manifesta o maior desprezo pelas directivas emitidas pelo Conselho de Comunicação Social;

«Considerando que a RTP está empenhada deliberadamente na promoção da política do Governo e do PSD, dando a mais descarada cobertura à demagogia eleitoralista de um Governo com meras funções de gestão;

«Considerando ainda que, a continuar assim, a RTP é um perigoso veículo de manipulação da opinião pública, com graves repercussões na consciente e livre decisão eleitoral do Povo Português;

«Considerando a proximidade da realização das eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

«O Plenário de Dirigentes, Delegados Sindicais, CT's e Activistas Sindicais, reunido em Aveiro, no dia 3 de Junho de 1987, decide:

«1.º Protestar energicamente contra este estado de coisas;

«2.º Reclamar da Presidência da República, da Comissão Permanente da Assembleia da República, do Conselho da Comunicação Social e da Comissão Nacional de Eleições, a tomada pública de posições que corrijam tal situação contrária à Constituição e ofensiva dos direitos de todos os cidadãos.»

Pelas quarenta horas nos supermercados

Uma importante «proposta reivindicativa para os supermercados» acaba de ser apresentada pela Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES). Além da tabela salarial, a convenção inclui treze cláusulas das quais uma das mais importantes diz respeito ao horário semanal naqueles estabelecimentos (cláusula 4.ª). De acordo com a sua redacção, o período normal de trabalho é de oito horas diárias e quarenta horas semanais, «sem prejuízo de horários de menor duração que estejam a ser praticados». Ainda segundo a mesma cláusula «o dia de descanso semanal é obrigatoriamente ao domingo, havendo um dia de descanso semanal complementar ao sábado ou à segunda-feira, em regime de alternância mensal». Apresentada à Associação Nacional de Supermercados, a proposta de convenção sindical sublinha, segundo a FEPCES, na cláusula 5.ª, que «as escalas dos horários diversificados» vigorarão pelo período mínimo de um mês». De realçar que, «nos horários fixos, só com o acordo escrito dos trabalhadores são permitidas mudanças de horário». A proposta reivindicativa para os supermercados inclui, além dos subsídios mais conhecidos e comuns a outras convenções colectivas de trabalho, um subsídio de horário diversificado e um subsídio de turno (cláusula 8.ª), segundo a qual «a prestação de trabalho em regime de turnos rotativos confere ao trabalhador o direito a um subsídio de 25 por cento da sua retribuição». As associações sindicais do comércio continuam a bater-se pelo horário semanal de quarenta horas para o comércio retalhista em geral.

Petroquímica: conflito por resolver

Depois da 14.ª reunião de negociações de revisão do acordo de empresa, a parte sindical continua a responsabilizar o Governo pelo eventual agravamento do conflito na Petroquímica e Gás de Portugal. Na terça-feira da semana passada, a comissão executiva do conselho nacional da Federação da Química e Farmacêutica (FSTIQF) revelava que o conselho de gerência daquela empresa pública continuava a não sair dos 9 por cento de aumento para as tabelas salariais e não respondia sequer às «restantes matérias constantes das propostas sindicais». Depois do plenário geral de trabalhadores efectuado nas instalações da empresa no passado dia 8, os sindicatos anunciavam que voltariam a insistir na audiência com o ministro da Indústria, no sentido de desbloquear o processo negocial, pois o conselho de gerência continua a não corresponder à «abertura ao diálogo» manifestada pelos sindicatos, que baixaram a sua proposta de aumentos de 14,5 para 13,5 por cento sem reacção da parte da gestão da Petroquímica e Gás de Portugal.

Governo não dialoga com os metalúrgicos

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) acusa o Governo de fechar as portas a uma delegação sindical que pretendia transmitir-lhe os resultados de um debate que promoveu no passado dia 30 sobre a indústria naval. A Federação sublinha que esse debate realizado no Forum Picoas, em Lisboa, proporcionou «a mais profunda análise até hoje realizada sobre aquele sector no nosso país». A FSMMMP tinha pedido audiências, por escrito, ao primeiro-ministro e aos ministros do Trabalho e da Indústria.

Caderno reivindicativo do grande capital

Numa deslocação que fez recentemente a empresas da Marinha Grande e Vieira de Leiria, Manuel Carvalho da Silva, coordenador nacional da CGTP, afirmou, segundo nota da Central, o seguinte: «A realidade na generalidade das empresas demonstra que os projectos com que o PSD e o CDS se apresentam às eleições de 19 de Julho são, pura e simplesmente, o caderno reivindicativo do grande capital nacional e estrangeiro, representado pelos dirigentes da CIP, da CAP e da CCP». Disse ainda aquele dirigente da Central, segundo nota à Imprensa do dia 9, que «os interesses nacionais exigem que seja encontrada rapidamente uma alternativa à actual política, um projecto democrático de desenvolvimento e progresso assente na modernização do País, que naturalmente não pode ser executado pelas forças de direita». Em contactos com empresários, Manuel Carvalho da Silva disse ainda que «muitos e muitos empresários reconhecem, partindo da realidade com que se debatem no dia-a-dia, que é este o caminho que tem que ser encontrado e aplicado com urgência, sob pena de se destruir mais ainda o aparelho produtivo nacional e de se comprometer o futuro do País».

Internacional

África do Sul

Estado de emergência não impede luta popular

À hora do fecho desta edição desconheciam-se ainda o resultado do apelo da Frente Democrática Unida (UDF) a uma paralisação geral na África do Sul para assinalar mais um aniversário da revolta de 16 de Junho de 1976 no Soweto, bem como o nível de adesão da Igreja Anglicana ao apelo do arcebispo Desmond Tutu para que soassem os sinos em todo o país no primeiro aniversário da imposição do estado de emergência, no passado dia 12, lembrando assim que «durante esses doze meses sofrimentos indescritíveis foram infligidos ao povo sul-africano».

O que não se desconhece é a causa dessa falta de notícias: o governo racista de Pretória assinalou o 12 de Junho com a prorrogação por tempo indefinido do estado de emergência, impondo medidas ainda mais restritivas à actividade da imprensa.

A decisão de prorrogar o estado de emergência, ao abrigo do qual foram detidas mais de 25 mil pessoas, incluindo crianças e adolescentes, a maioria das quais sem culpa formada, foi anunciada pelo presidente Pieter Botha no dia 10 e justificada com a «necessidade de evitar o sério e real perigo interno de se verificar uma escalada de violência». No peculiar conceito de «paz social» do *apartheid* a medida foi acompanhada de novas restrições à imprensa e pela mobilização geral das forças policiais, na tentativa de evitar as previsíveis acções de protesto da população negra com o recurso à intimidação e à repressão.

Enquanto isso, o ministro dos Negócios Estrangeiros, «Pik Botha», procurava através do programa internacional da BBC, «É o Vosso Mundo», dar uma imagem cor-de-rosa do regime racista, afirmando que Pretória deseja «uma nova África do Sul assente na partilha do poder e no respeito pelos direitos das minorias». Não explicando qual o modelo que presidiria a tal «partilha», e a

avaliar pela prática, não é difícil concluir que os direitos das minorias que Pretória defende são os da minoria branca. É que não há demagogia que resista aos factos e a prorrogação do estado de emergência, pretendendo ser uma manifestação de força, é na verdade a maior evidência da fraqueza do *apartheid*.

As vitórias da maioria negra, se ainda longe da liqui-

dação do regime que as Nações Unidas classificaram como um crime contra a humanidade, reflectem-se de resto de variadas formas. É o caso, por exemplo, da cédência de Pretória face à luta dos 16 mil trabalhadores dos transportes públicos que, despedidos em Abril último, foram agora reintegrados incondicionalmente, vendo satisfeitas algumas das suas principais reivindicações, como a equiparação aos trabalhadores brancos no que se refere à estabilidade de emprego.

Não menos significativo da força crescente dos trabalhadores é a recente criação do sindicato dos operários negros da metalurgia e indústria automóvel. Representando 130 mil operários, o sindicato é o segundo do país, a seguir ao poderoso NUM (dos mineiros). De salientar

que a nova organização sindical decidiu adoptar a Carta da Liberdade, documento histórico aprovado pelo Congresso Nacional Africano (ANC) em 1955 e considerado desde então pela maioria da população negra como base constitucional em que deverá assentar uma África do Sul não racista e democrática.

A adopção da Carta da Liberdade, cujo aniversário se comemora igualmente este mês, no dia 26, constitui com o aniversário do massacre do Soweto o lema das duas semanas de luta propostas pelas organizações anti-*apartheid*. A escassez de notícias da África do Sul não impedirão o povo sul-africano de prosseguir a sua luta, como o não impedem a brutal repressão do governo de minoria branca.

Ministros dos cinco países africanos de língua portuguesa em Lisboa

Os ministros das Relações Exteriores dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) que se deslocaram a Lisboa numa «missão de boa vontade junto do Estado e do povo português», receberam do Presidente da República, Mário Soares, a promessa de que «Portugal jamais será santuário para actuação contra os governos legítimos de Angola, Moçambique e dos outros países africanos de língua oficial portuguesa». Uma promessa que, juntamente com as manifestações de boas intenções do Governo de Cavaco Silva, repete outras anteriormente feitas mas até à data sem concretização prática, a avaliar pela liberdade com que actuam no

País reconhecidos elementos da Unita e da Renamo e pela persistente ambiguidade da política externa portuguesa em relação a África.

Se só o tempo pode, com segurança, atestar os resultados desta missão ministerial dos PALOP — que à chegada a Lisboa não deixaram de render homenagem à memória de todos aqueles que, em Angola e Moçambique, foram vítimas da sanha assassina do banditismo armado a soldo do regime do *apartheid* — importa salientar que os motivos de preocupação se mantêm. As afirmações do Presidente da República sobre a necessidade de «distinguir entre o domínio da opinião pública (...) e actividades contra governos legítimos» parece desde já indicar que a Unita e a Renamo não irão encontrar obstáculos às suas acti-

vidades propagandísticas e às que à sua sombra desenvolvem em Portugal; as declarações de membros do Governo apontam no mesmo sentido, sendo notória a tentativa de retirar importância aos diferendos existentes nas relações com os Cinco, derivados do apoio e conivência dados aos bandos da Unita, Renamo e outros e agravados pela política seguida em relação à África do Sul, sempre ao compasso das directivas da administração Reagan.

A recente decisão dos EUA de continuar a apoiar a Unita durante o próximo ano, por exemplo, não mereceu de Lisboa qualquer comentário. O que confirma a ideia de que com este Governo e esta política a distância entre as promessas e os actos é cada vez maior, tanto a nível interno como externo.

Adiada Cimeira Centro-Americana

A cimeira dos países da América Central prevista para o fim deste mês, na Guatemala, foi adiada devido a pressões de El Salvador e à conivência dos presidentes das Honduras e da Costa Rica. Proposta pelo presidente guatemalteco, Vicencio Cerezo, o encontro dos chefes de Estado centro-americanos tinha como objectivo contribuir para o processo de paz na região, na base das propostas do grupo de Contadora. A Nicarágua havia anunciado na semana passada que se faria representar na cimeira por Daniel Ortega.

Embora não tenham sido avançadas explicações sobre o adiamento da cimeira, para que não é apresentada qualquer data alternativa, é significativo que o mesmo ocorra após uma série de manobras que visam frustrar o diálogo regional ou, no mínimo, tentar impor à Nicarágua «soluções de paz» que não têm em conta os legítimos interesses da revolução sandinista e do povo nicaraguense.

O controverso plano que o presidente da Costa Rica, Oscar Arias, andou recentemente a promover por vários países da Europa ocidental, incluindo Portugal, e as manobras políticas e militares dos EUA na América Central, são dois exemplos que merecem reflexão. No primeiro caso, é de salientar que o plano de Arias não recolheu na digressão europeia o desejado apoio, já que a generalidade dos países contactados não deixaram de referir, com maior ou menor ênfase, a necessidade de coordenação de todas as iniciativas de paz com os esforços que de há muito vêm sendo desenvolvidos por Contadora e o seu Grupo de Apoio; também na América Central o projecto foi alvo de várias críticas, com os mais fiéis aliados de Washington (Honduras e El Salvador) a propor modificações e precisões na tentativa de isolar e desarmar a Nicarágua sem qualquer contrapartida ou garantia da sua parte.

Se por um lado se pode dizer que o Plano Arias não agradou nem a gregos nem a troianos, por outro lado há que reconhecer que lançou a necessária divisão para que novos impedimentos fossem evocados para o protelar do encontro de Esquipulas, na Guatemala. O que interessa em primeiro lugar aos EUA, cuja política tem sido a de impedir o diálogo e semear escolhos no processo de paz para a América Central, enquanto continua a apostar na desestabilização e agressão da revolução sandinista. Na Nicarágua existe de resto a convicção de que o tempo que resta à administração Reagan no poder será o mais difícil para a revolução sandinista, já que os EUA não abandonarão as tentativas para a sufocar.

Segundo afirmou recentemente o dirigente nicaraguense Bayardo Arce, os da-

nos causados à Nicarágua em consequência da agressão norte-americana são estimados em cerca de três mil milhões de dólares, o que ultrapassa todas as receitas da exportação desde que a revolução sandinista triunfou.

Se a Nicarágua tem todas as razões para desejar um acordo de paz para a América Central, os EUA têm todos os motivos para o procurar evitar, uma vez que uma solução favorável à defesa dos interesses latino-americanos porá sempre em causa as aspirações hegemónicas de Washington.

É de admitir que os receios da administração Reagan de uma eventual unidade ou pelo menos consenso na reunião na Guatemala tenham contribuído também para o seu adiamento. Sabe-se que a Nicarágua ia apresentar na cimeira de Esquipulas uma proposta de nove pontos que incluía o reatamento das conversações com Washington (suspensas pelos EUA em 1984), a assinatura de um tratado de não agressão, a eliminação das acções de desestabilização e um acordo global de desarmamento, entre outros.

Como se compreende, qualquer acordo centro-americano sobre aqueles temas representaria para a administração Reagan dificuldades acrescidas em «justificar» o apoio aos anti-sandinistas, a ingerência e presença militar nos países da região, numa altura em que se torna cada vez mais claro que a política norte-americana é o principal factor de desestabilização na América Central.

Como afirmou recentemente o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, numa carta enviada aos dirigentes dos países que fazem parte do Grupo de Contadora e do seu Grupo de Apoio, a paz só será estabelecida na região se for posto fim ao apoio externo às forças não regulares, à presença militar estrangeira e às bases militares na América Central e se as cinco Repúblicas centro-americanas se comprometerem a impedir a agressão. Os EUA sabem disso; por esse motivo se servem dos seus peões para bloquear qualquer possível acordo regional, como agora voltou a suceder em relação à cimeira da Guatemala.

Saudação ao PC Tunisino

O Partido Comunista Tunisino realizou, de 12 a 14 deste mês, o seu 9.º Congresso, que se revestiu da maior importância pois foi o primeiro efectuado em liberdade após longos anos de ilegalização do Partido.

Na saudação enviada a propósito pelo CC do PCP ao PCT salienta-se a luta que tem sido travada pelos comunistas tunisinos em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, contra o regime antidemocrático e a política autoritária e repressiva de sucessivos governos e em particular contra as brutais tentativas para liquidar a autonomia do movimento sindical e submeter a União Geral dos Trabalhadores Tunisinos.

Manifestando a sua solidariedade com a luta do PCT em prol da unidade das forças patrióticas e democráticas, pela democracia, o progresso social e o socialismo, o PCP expressa ainda na sua saudação a vontade de continuar a agir pelo fortalecimento das relações de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos.

Encontro com ministros africanos

Uma delegação do Partido Comunista Português composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional, encontrou-se no dia 15 de Junho com os ministros dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, respectivamente Pascoal Mocumbi, Afonso Van-Dunen, Silvino da Luz, Julio Semedo e Posser da Costa. Durante o encontro procedeu-se a uma ampla troca de opiniões em ambiente de amizade e solidariedade.

Internacional

Eleições na Espanha e Grã-Bretanha

Grã-Bretanha, Espanha, Itália — três consultas eleitorais sucederam-se nestes últimos dias na Europa capitalista. Em situações diferentes e até por razões diferentes. Mas num quadro com traços políticos idênticos.

Tratou-se, no caso de Espanha, de uma tripla votação: para o Parlamento Europeu, para 13 das 17 comunidades autónomas e para os municípios. Na Grã-Bretanha, Margaret Thatcher antecipou eleições gerais, no momento que mais propício lhe pareceu (uma sintomática prática, que bem ilustra o carácter de jogo com o voto, que a democracia burguesa assume...). Em Itália é, uma vez mais, a crise política.

Thatcher, terceiro mandato

O Partido Conservador obteve a maioria absoluta com 43 por cento dos votos. Os Trabalhistas alcançaram 32 por cento dos votos, o que representa uma subida de 16 lugares e 4 pontos percentuais em relação a 1983. A Aliança Centrada sofreu ligeira quebra.

O facto de ser possível obter maiorias absolutas com 43 por cento dos votos e ainda o de nunca um partido ter ganho eleições na Grã-Bretanha sem ser com maioria absoluta, testemunha das distorções do sistema eleitoral britânico, o que aliás não é

propriamente uma originalidade no âmbito da democracia burguesa. Bastará referir o caso da França, em que a eleição de um deputado comunista exige muito mais votos do que a de um deputado de direita. Ou o dos Estados Unidos, país em que na prática ganha o candidato que tiver disposto de mais dólares para a campanha eleitoral.

Mas nem só de sistemas eleitorais se trata. A verdade é que, sendo a política socio-económica de Thatcher por vezes mesmo dramaticamente lesiva dos interesses de largos sectores da população trabalhadora, grupos sociais há que têm ganho com ela. E sobretudo as alternativas que se apresentam, no quadro da tão gabada «alternância», são bem pobres e difusas.

Roy Hattersley, dirigente trabalhista, afirmava pouco antes da marcação do acto eleitoral: «Se não és negro, se tens um posto de trabalho, se não vives no noroeste do país, se não és reformado nem doente, então não te deste mal durante os anos Thatcher». Vai-se tornando cada vez mais difícil preencher estas condições. O número de desempregados sal-

tu de 5,5% da população activa em 1979 para 13% no início de 1987. Em oito anos, a produção industrial e o número de postos de trabalho na indústria não cessa de descer. Em 1983, a Grã-Bretanha importou mais produtos manufacturados do que os que exportou. Em 1986, pela primeira vez desde 1979, a balança comercial registou um saldo negativo.

Entretanto, importa não ignorar outros fenómenos pa-

não há um claro programa político alternativo, no quadro da «alternância» britânica.

No campo económico e social, os trabalhistas apresentam um plano de contornos vagos para recuperação nacional, falando entretanto da necessidade de medidas de austeridade. É muito pouco explícita também a sua atitude quanto às posições a adoptar em relação aos sindicatos, cujos direitos foram brutalmente atingidos pela le-

capacidade combativa das forças convencionais».

Um outro factor importante na definição dos resultados eleitorais: o papel dos meios de comunicação. Um exemplo apenas: à excepção de uns cinco jornais, com 7 600 000 exemplares de tiragem no seu conjunto, toda a outra imprensa — 23 milhões de exemplares — «votou» Thatcher.

PSOE, maioria abalada

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) de Filipe Gonzalez, sofreu quebras significativas no triplo acto eleitoral de dia 11, em relação aos 44 por cento dos votos obtidos nas eleições gerais do ano passado: 39,1 por cento nas eleições para o Parlamento Europeu e 37,3 nas autárquicas. Resultados a que se soma a perda da maioria absoluta nas principais cidades, como Madrid, Valência, Saragoça, Sevilha, Valladolid. Justamente grandes centros onde nos últimos três meses se registaram importantes acções de luta contra a política económica e laboral do governo.

A coligação da Esquerda Unida, que integra o Partido Comunista de Espanha, registou uma subida significativa. Nas eleições autárquicas atingiu os 7,1 por cento, a maior subida percentual rela-

tivamente às eleições gerais de 86 (em que obteve 4,3 por cento dos votos).

As alterações registadas nos resultados eleitorais em Espanha reflectem não só o agravamento dos problemas sociais, como ainda o crescendo de lutas nestes últimos meses.

Hoje, em Espanha, há três milhões de desempregados (22% da população activa), 8 milhões de pobres. 92% dos novos contratos de trabalho são de trabalho temporário. Por outro lado, e em nome da adaptação da economia ao Mercado Comum, o governo de Gonzalez lança um novo plano de reconversão industrial que poderá vir a desertificar zonas inteiras do país, como as Astúrias, Santander, Reinosa, Galícia, Cádiz.

E assim se sucedem as vagas de luta. Primeiro os estudantes liceais: três meses de greve contra a selecção no acesso às universidades. Seguiram-se os agricultores: dezenas de milhar, com os seus tractores, barraram estradas para protestar contra os pesados custos da adesão à CEE. A terceira vaga é a vaga das greves operárias: contra a política de austeridade do governo, contra o tecto salarial de 5% em 87, quando a inflação já atinge o ritmo anual de 6,3%. E ainda a vaga de lutas pela Paz, contra as bases militares norte-americanas em território espanhol.

A seguir ao conhecimento dos resultados eleitorais em Espanha, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, enviou ao camarada Gerardo Iglésias, secretário-geral do PCE, o seguinte telegrama:

Camarada Gerardo Iglésias:
Felicitações ao PCE e outras componentes da Esquerda Unida pelo significativo êxito eleitoral. Sinceros votos para novos sucessos do PCE e o aprofundamento da unidade dos comunistas espanhóis.
Pelo Secretariado do CC do Partido Comunista Português
Álvaro Cunhal

ralelos. Por exemplo, os projectos trabalhistas de renacionalização de empresas públicas, nomeadamente da British Telecom ou da British Gas, não são fáceis de admitir pelos milhões de pequenos accionistas que ganham com a alta vertiginosa destes títulos na Bolsa. Muito embora não passem de migalhas no contexto do domínio do grande capital.

Mas o fundamental é que

gilação anti-operária de Thatcher.

Mesmo no domínio da política externa — um programa que tão atacado tem sido por Washington, sob formas que chegaram a assumir o carácter de ingerência política em período eleitoral — se sublinha que a renúncia à estratégia nuclear deverá ser acompanhada do «reforço da NATO» e da «elevação» da

A importância da unidade na luta do povo palestino

A convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação, esteve em Lisboa na passada semana, Abdullah Hourani, membro do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina, com o objectivo de informar as forças políticas, órgãos de soberania e opinião pública sobre a recente reunião do Conselho Nacional Palestino em Argel e as perspectivas abertas para a luta do povo palestino e para a realização de uma Conferência Internacional sobre a paz no Médio Oriente. Abdullah Hourani participou ainda num colóquio no Hotel Roma.

Aproveitando a estada no nosso país de um destacado representante da OLP, o nosso jornal procurou ouvir algumas das suas opiniões sobre a situação actual da luta do povo palestino.

Sobre a importância das conclusões da recente reunião do Conselho Nacional Palestino, disse-nos Abdullah Hourani: «a unidade das organizações políticas dentro da OLP é o caminho justo para o povo palestino e a OLP, mas também para unir as forças árabes em torno do povo palestino. Deste ponto de vista, penso que a unidade da OLP torna possível a unidade dos árabes.

«Os círculos reacclonários e imperialistas esperavam, por outro lado, destruir a OLP e quebrar a luta do povo palestino. Quan-

do nós perguntávamos porque não nos deixam tomar parte numa Conferência Internacional, porque não reconhecem a OLP, eles respondiam, «qual OLP querem vocês que reconheçamos? Esta em Damasco, ou na Tunísia, Amã...» Agora, eles não podem dar esta resposta, porque existe só uma OLP, unida e forte. Pela primeira vez o Partido Comunista está dentro da OLP e isto é muito importante, porque tal nunca aconteceu. A unidade das forças democráticas e progressistas e das forças patrióticas dentro da OLP, torna as suas posições políticas mais claras, mais fortes e mais apoiadas pelas forças progressistas em todo o mundo.»

Acerca da questão da Conferência Internacional sobre o

Médio Oriente, Abdullah Hourani, referiu-nos que «nós defendemos a realização dessa Conferência, tentamos mobilizar a opinião pública árabe e em geral em torno desta questão, mas trabalhamos por uma verdadeira Conferência Internacional, e não como cobertura para soluções parciais fabricadas pelos EUA e Israel, como os acordos de Camp David.

«O imperialismo recusa esse tipo de Conferência e procura antes um lugar para negociar separadamente com as partes envolvidas, sem tempo limite e sem interferência dos membros do Conselho de Segurança da ONU. Mesmo quando os americanos e os israelitas falam por vezes em Conferência Internacional, eles falam numa conferência sem a OLP e isso para nós é inaceitável. Não pode haver uma conferência sobre a crise do Médio Oriente sem os reconhecidos representantes do povo palestino, o problema central do Médio Oriente é a questão palestina e por causa dessa questão existe o conflito israelo-árabe. Portanto que tipo de conflito querem resolver se não vão resolver

o conflito sobre a questão palestina, e como podem resolvê-la sem a presença deste povo, sem a OLP?

«O imperialismo insiste que só a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU deve ser considerada nessa conferência. Nós não estamos contra a Resolução 242, mas ela não é a única resolução da ONU sobre o Médio Oriente e o problema palestino, há muitas outras desde 1947 até hoje. Nós concordamos com a Conferência Internacional onde participem os membros do Conselho de

Segurança da ONU e que ela deve basear-se nas resoluções da ONU, de todas as resoluções mas não apenas a 242. Porque esta resolução encara a questão palestina apenas do ponto de vista dos refugiados e a questão palestina é a questão dos direitos do povo palestino, do direito a ter um país, uma nação.

«Nós não esquecemos que a Assembleia Geral da ONU decidiu em 1947 que deve haver dois estados na Palestina, um estado judeu e um árabe palestino. O Estado judeu constituiu-se



Abdullah Hourani, membro do Comité Executivo da OLP, em declarações ao nosso jornal

em 1948 mas até agora, 40 anos depois, o Estado árabe palestino está por formar-se.»

Revista Internacional
 revista dos partidos comunistas e operários

problemas da paz e do socialismo

à venda

Internacional

Veneza e Reykjavik

Declarações «tímidas»

«A Europa continua a ser a primeira linha de defesa da América». Isto foi dito por Reagan em Veneza, na cimeira dos 7 — a reunião anual dos ricos do mundo capitalista. Mas podia ter sido afirmado em Reykjavik, onde também nestes dias se reuniu o Conselho da NATO. O que importa é o que traduz da persistência do anacrónico espírito imperial, duramente confrontado com a realidade dos factos, mas ainda bem viva.

Na rede de contradições em que os vários países capitalistas se confrontam, a cabeça está bem em Washington, com todo o seu poderio militar, de par dessa importante arma que é o dólar. Contradições de um lado e esforços comuns de outro, apresentam-se como duas facetas de uma mesma e complexa realidade.

Política e economia em Veneza

A pobreza das decisões aprovadas, leva a que mesmo nas páginas do «Le Monde» se comente: «Tudo ou quase tudo é consagrado ao espectáculo e à segurança, como se o mais importante fosse poder dizer que o encontro se realizou, independentemente do que lá foi dito».

Em síntese, foi adoptada uma **declaração política** com afirmações deliberadamente vagas quanto à guerra Irão-Iraque e o problema da navegação no Golfo; um ponto dedicado ao desarmamento e relações Leste-Oeste, onde de par da afirmação de que são hoje mais favoráveis as perspectivas de redução das forças nucleares, se sublinha a «**importância permanente da dissuasão nuclear**» que o mesmo é dizer que se não pretende o desarmamento nuclear, e

ainda um enunciado de pontos sobre o «terrorismo» (as medidas práticas para a coordenação de polícias e serviços secretos, haviam sido tomadas na reunião de Maio, em Paris — medidas de que naturalmente há que esperar um agravamento dos atentados às liberdades e direitos democráticos).

A **declaração económica** que se reduz a um acordo sobre reuniões a realizar no quadro do FMI, para coordenação dos objectivos da política económica — mas que não poderão ter carácter vinculativo.

A pobreza do balanço de Veneza salta à vista, mas não surpreende. Se os objectivos de classe são comuns, as contradições, os confrontos, mesmo as guerras, são igualmente inerentes à natureza de classe do capital.

Acresce que, no plano económico, a evolução técnico-científica e a militarização da economia, de formas diferentes e por razões diversas, veio acrescentar dificuldades, e agravar contradições e crises.

No plano político não é possível ignorar sistematicamente importantes movimentos de massas por uma diferente política e relacionamento internacional, ou tão só as imposições do mais elementar realismo.

Assim, e no que respeta

ao **Golfo**, onde os EUA estão entretanto a aumentar de forma provocatória e prigosa a sua presença militar, a pretensão da administração Reagan seria a redacção conjunta de um texto militar, a pretexto da liberdade de navegação nesta zona.

Tornaram-se depois os objectivos mais modestos. Carlucci (ex-embaixador em Lisboa, e depois director da CIA), hoje conselheiro de Reagan para questões de Segurança, afirmou que os EUA se contentariam com «um apoio diplomático, mesmo esse apoio parece ter falhado. A declaração aprovada apenas contém uma promessa de «prosseguir as consultas» sobre o assunto. E não será demais relembrar que ainda o ano passado, aquando da Cimeira de Tóquio, foi aprovado um texto sobre «terrorismo internacional», em que expressamente era referida a Líbia. Não há que retirar conclusões simplistas, mas tão pouco se pode ignorar o peso de uma realidade que cerceia campo de manobra ao capital.

O peso das realidades fez-se sentir com particular evidência no plano económico. Aqui os desentendimentos e limitações saltam bem à vista. **Um relatório sobre perspectivas económicas apresentado pelo FMI em Maio último**, o crescimento no mundo capitalista industrializado deverá reduzir-se este ano, caindo para 2,25%. Aumentadas as dificuldades, a guerra é aberta — a renúncia à introdução de limitações comerciais complementares e de abolição das já introduzidas ilegalmente, proposta como

condição para a nova ronda de conversações no âmbito do GATT, não são cumpridas por nenhum dos grandes países capitalistas. Agigantam-se problema socioeconómicos insolúveis no quadro da lógica de desenvolvimento capitalista, como o do desemprego e a dívida dos países subdesenvolvidos — para o que nenhuma resposta minimamente credível é tão pouco abordada, apesar de os próprios bancos credores começarem a ter prejuízos de milhões com pagamentos não efectuados.

Acresce que os 2,5 por cento de desenvolvimento previstos para este ano, estão em grande medida ligados à produção de armamentos, circunscrevendo-se assim ao complexo militar-industrial, o que priva de recursos a indústria civil e se salda num maior desequilíbrio financeiro.

Reykjavik, que há de novo

«Querla que eles souberem que o meu coração está com eles, que também eu aspiro ao dia em que a Humanidade poderá viver livre do medo do aniquilamento nuclear». Este o discurso de Reagan, indirectamente dirigido ao movimento pacifista na RFA!

Esta as — quase inacreditáveis! — palavras.

e os factos?
 Os dezasseis ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da NATO, reunidos na Islândia, deram o seu acordo à «dupla opção zero», que prevê o desmantelamento dos mísseis nucleares de médio e de curto alcance na Europa. Reagan

vangloriou-se de que as decisões do Conselho do Atlântico constituem um «consenso decisivo» em matéria de desarmamento, que poderá permitir um «acordo histórico» com a União Soviética, e que tal foi possível graças à «firmeza e unidade» da Aliança Atlântica. Tudo se passa como se a NATO houvesse assumido a iniciativa de promover o desarmamento.

Entretanto a agência soviética Tass faz um comentário bem diverso, afirmando que **em Reykjavik a NATO «deu um primeiro passo mas ainda muito tímido» no sentido do desarmamento.**

Qual a razão de ser desta abordagem?

É que muito embora aceitando a proposta soviética de «dupla opção zero» em termos gerais, a NATO nem por isso aposta no caminho do desarmamento. Como «contrapartida», propõe-se reforçar o armamento convencional, aumentar o arsenal nuclear a bordo de navios, submarinos e aviões estacionados na zona. E finalmente — como obstáculo imediato mais significativo — pretende-se excluir de um tratado soviético-americano sobre a libertação da Europa de mísseis nucleares, dos dois países os 72 mísseis Pershing 1 na RFA, a que têm acesso tanto os oeste-alemães como os norte-americanos.

Assim as demagógicas e cínicas palavras de Reagan, com os passos que apesar de tudo estão a ser dados, correspondem a uma manifestação impossibilidade de ignorar as propostas de desarmamento da URSS e dos países do Tratado de Varsóvia, face ao crescente movimento popular pela paz, que mesmo directamente as apoia.

Reagan foi recebido em Berlin Ocidental por significativas manifestações de protesto. As dezenas de milhar de pessoas que sábado passado se concentraram em Bona exigindo o desmantelamento dos mísseis nucleares — foram inequívocas na posição assumida: «atirar os mísseis para o ferro-velho». O governo de Bona foi directamente acusado de tentar torpedear o acordo possíveis através de «condições delirantes». E o prémio Nobel da Física Klaus von Klitz propôs Gorbachev para o prémio Nobel da Paz.

As palavras de «paz» de Reagan têm aqui a sua razão de ser. Testemunham da força do movimento da paz, do impacto da política soviética de paz. Um maior impulso e esforço mobilizador de todas as forças da paz abrirá finalmente os caminhos para o processo de desarmamento. Com todas as suas limitações e ambiguidades, a decisão da NATO em Reykjavik é um testemunho de que é possível abrir tais caminhos.

«Na lição que deu aos representantes dos municípios de todo o País no passado dia 21 de Maio, na cidade do Porto, sobre o Estado, o sr. M. Caetano a certa altura disse:

«E por isso que defendo um Estado social — mas não socialista, na medida em que coloque o interesse de todos acima dos interesses dos grupos, das classes ou dos indivíduos».

Como demagogia não há melhor, deve reconhecer-se.

(...)
 Segundo números de 1962, que de então para cá pouco devem ter variado a favor das massas populares, 2,3% da população recebe cerca de 50% do rendimento português, enquanto que 97,7% recebe os outros 50%.

(...)
 Segundo a insuspeita revista «Vida Mundial» de 11 de Abril de 1969, à custa da maior das misérias «de alguns milhões de pessoas, umas centenas de indivíduos acumularam fortunas superiores ao milhão de contos. 300 indivíduos contavam-se, não há ainda muito tempo, nestas condições».

Quer dizer, a fortuna conjunta deste pequeno grupo de indivíduos ultrapassa em mais de 15 vezes o valor dos salários e ordenados anuais de um milhão de trabalhadores.

(...)
 («O «Estado social» do sr. Caetano — «Avante!», VI série, n.º 403, Junho de 1969)

ANO 29 - MAI - VI - Nº 253 - ACCIÃO DE 1960 - PREÇO: 1000
 Publicação de todos os dias - UNICVOS!
Avante!
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Quem acredita que...
 Em Aljustrel, onde mais de 4 mil pessoas aclamaram o candidato da oposição dr. Arlindo Vicente, somente 91 votos tenham sido dados à oposição?

Em Beja, onde 30 mil pessoas votaram o gen. Humberto Delgado, apenas tenham votado nele 305 eleitores?

Em Braga, onde 40 mil pessoas lutaram corajosamente contra as forças repressivas, somente tenham votado na oposição 4143?

Em Coimbra, onde 15 mil pessoas aguardaram o candidato da oposição, só tenham votado neste 484 eleitores?

Não é difícil acreditar que houve por aqui grossa patifaria.

Onde estarão as eleições «honestas» que os fascistas apregoaram?»

(«Avante!», VI série, n.º 256, primeira quinzena de Junho de 1958)

ANO 29 - MAI - VI - Nº 253 - ACCIÃO DE 1960 - PREÇO: 1000
 Publicação de todos os dias - UNICVOS!
AVANTE!

(...)
 «Muitos artistas, escritores e compositores portugueses recusaram-se a participar com as suas obras nas exposições, recitais e programas elaborados pela propaganda salazarista, pois não quiseram participar numa burla, não quiseram colaborar com os piores inimigos da cultura portuguesa. Mesmo assim, algumas das obras expostas, das peças representadas, etc. nas comemorações dos «30 Anos de Cultura» são da autoria de cientistas e de artistas democratas e foram apresentadas sem sua autorização, tendo alguns deles exigido que as suas obras fossem retiradas da referida exposição. Esses artistas e cientistas têm visto a sua obra mutilada pela censura salazarista e sentem-se asfixiados no ambiente de pressões, represálias e perseguições policiais que o salazarismo lhes criou. (...)

(«A crise da cultura nacional» — «Avante!», VI série, n.º 215, segunda quinzena de Junho de 1956)



Na foto, uma manifestação pacifista em Hamburgo

Em Foco

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 703

17 de Junho de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



CDU em marcha na emigração

Não. Paris ainda não está a votar. Mas quase. Dentro de dias começarão a chegar às residências dos emigrantes portugueses, em França ou em qualquer país estrangeiro, os boletins de voto por correspondência, cujo reenvio para escrutínio em Portugal irá eleger dois deputados pelos círculos da Emigração — um pela Europa, outro pelo Resto do Mundo — e os deputados para o Parlamento Europeu (aí também com os votos em Portugal). No que toca ao círculo europeu, mais de metade dos eleitores encontram-se em França e, desse imenso todo, a maioria na região de Paris. A capital gaulesa continua, assim, o mais decisivo território eleitoral europeu na escolha do deputado por esse círculo, o que não é novidade para ninguém, a começar para as forças políticas portuguesas concorrentes.

Entre estas, três estarão particularmente atentas: a CDU, o PS e o PSD. Foram elas que, nos três actos eleitorais anteriores, sempre hegemonizaram votações e vitórias, a ponto de se tornar claro, mesmo para um invisual político, que o deputado da emigração pelo círculo da Europa só pode sair de uma destas formações. Com um pormenor: das três, a CDU é agora inequivocamente a favorita — são os resultados anteriores que o afirmam. Em 1980 a APU (coligação de que a CDU é legítima continuadora, na tradição do trabalho, da honestidade e da competência)

Paris

já está a votar?

*Do nosso enviado especial
Henrique Custódio*

ficou a 14 364 votos da força vencedora, a AD; em 1983 a diferença entre a Aliança Povo Unido e o novo ganhador (o PS) desceu espectacularmente para os 5870 votos; em 1985 o PSD beneficiou do afundamento do PS, mas só por uns periclitantes 1295 votos conseguiu adiar a vitória da APU. Ou seja: em cinco anos e três escrutínios sucessivos, **os comunistas e seus aliados encurtaram de 14 000 para 1000 votos a distância que os separa da conquista do deputado pela Europa**, enquanto os até agora vencedores PS e PSD têm alternado em sucessos pírrnicos, inapelavelmente indiciadores quer da desagregação do prestígio destas forças entre os nossos emigrantes europeus, quer da sua inevitável derrota. Em favor da CDU — concomitantemente à beira de conquistar a representação pelo círculo da Europa, como única força que tem merecido o respeito e a crescente confiança do eleitorado.

Respeito e confiança que também merecem ser observados com algum detalhe. Por isso fomos a Paris, lá onde tão perto e tão longe dos «Moulin Rouge» e «banhos de elegância», os nossos compatriotas habitam de corpo inteiro o contraditório território da emigração. Com gerações antagonizando-se entre o apelo do regresso e o instinto da fixação; sob o aguilhão de um governo pátrio que lhes cobiça os francos e lhes despreza os interesses; no vértice dum quotidiano raiado de xenofobias e urgências crescentes de solidariedade de classe; na abnegação que gera o desenrascanço e a criatividade; no labirinto da desinformação e demagogia pátrias, percorridas em dédalos alheios; com uma comovente capacidade de esperança.

Foi essa emigração que visitámos. Com ela percebemos por que é que, tal como a APU no passado, a CDU está hoje em marcha na emigração. **E para a vitória!** — garantiram-nos. ■

Paris
já está
a votar

?

No reino da confiança

A palavra de ordem eleitoral da CDU em qualquer país estrangeiro onde trabalhem e vivam portugueses é «Levar a voz da Emigração à Assembleia da República». Um nosso compatriota retorquiu-nos a propósito, enquanto mirava entre duas goladas de «Sagres» o folheto de propaganda da Coligação Democrática Unitária: «se os outros todos só nos têm levado as remessas, talvez não seja má ideia levarem-nos agora a voz!». Era um sarcasmo bem disposto, mas por trás dele ficou acesa a curiosidade: A mirada ao folheto tornou-se leitura. Estavam ali, bem alinhadas, as preocupações que o faziam dizer pouco antes que «quem se lixa sempre é o

pequenino». Alinhados, também, os responsáveis por tal situação — sucessivos governos de direita partilhados por PS, PSD e CDS. «São todos os mesmos!», desabafou deslocando o olhar do papel para mim. «Olhe que não», retorqui-lhe, «esses aí da CDU não são dos mesmos. Repare que nunca estiveram no Governo em Portugal e se calhar o mal é esse...». Ficou a olhar-nos um bocado, absorto atrás de uma ideia qualquer que lhe começou a viajar lá dentro.

Acabou por nos sorrir e dizer, em jeito de despedida: «o diabo é que a gente sabe aqui as coisas já muito tarde e muito torcidas!» E afastou-se em direcção ao espectáculo de música portuguesa que prosseguia no interior da sala (estávamos no «foyer»)

guardando cuidadosamente o folheto no bolso. Trata-se, em certa medida, de um episódio exemplar, ilustrando perfeitamente o que os camaradas da emigração que nos receberam em Paris nos haviam já dito: detecta-se na nossa emigração na capital gaulesa um generalizado descontentamento em relação aos partidos de direita portugueses, uma grande desconfiança em relação aos socialistas e um evidente agastamento pela maneira como tem sido conduzida a política em Portugal. A dificuldade está na identificação dos responsáveis, na tradução política de tal desagrado, dada a enorme desinformação com que são bombardeados quer pela quase generalidade da Comunicação Social francesa, quer pelos canais informativos

controlados pelo governo português. Isto, aliado à desconfiança acossada, num mundo estranho onde a crise capitalista reaviva xenofobias, faz com que parte da emigração portuguesa, já claramente desiludida com os partidos que há mais de 10 anos ocupam ininterruptamente o poder em Portugal, oscile entre o desencantamento da abstenção e a aceitação das propostas da CDU.

CDU que é, também claramente mesmo para um visitante de cinco curtos dias, a única força que ganha prestígio no terreno eleitoral da emigração. A sua campanha é a única que não surge eleitoralista, no sentido estrito da caça ao voto, mas como o prolongamento de uma acção quotidiana de esclarecimento sobre os

problemas da emigração. Os activistas da CDU não aparecem ao eleitorado emigrante só quando há eleições: eles são também emigrantes, mas emigrantes activos que lutam todos os dias, todo o ano, pela resolução dos problemas comuns, em todas as frentes possíveis: nas associações, nos consulados, nos sindicatos, nos organismos oficiais quer estrangeiros quer nacionais, promovendo iniciativas, dinamizando lutas, esclarecendo, esclarecendo sempre.

Por isso a campanha da CDU assenta fundamentalmente no contacto directo com as pessoas. Tivemos oportunidade de assistir a uma dessas acções — entrega de propaganda à entrada de um grande espectáculo promovido

Entrevista com João Ramos

As burlas da CEE

É um dinamizador sindical nato. Vimo-lo no «chantier» de Bercy a ser cumprimentado efusivamente por trabalhadores de sete nacionalidades, a quem desatou logo a lembrar uma data de coisas relacionadas com as suas reivindicações — isto apesar de ter lá passado apenas para nos possibilitar a visita à obra. Já na «Bourse du Travail», a sede de todos os sindicatos de Paris, contaria com simplicidade como ele próprio conduziu as espectaculares lutas do ano passado neste «chantier», informando-nos, ainda, da importância do trabalho sindical na defesa dos interesses dos emigrantes. Falo de João Coutinho Ramos, de 39 anos, radicado em Paris há mais de 15, actual secretário da Organização da União Sindical da Construção da CGT — a maior organização sindical de França — e n.º 2 na lista da CDU pelo círculo da Europa como membro do PCP.

Enquanto o aguardávamos numa luminosa sala do 4.º andar da «Bourse du Travail» reparámos num quadro da CGT — onde os nomes, no seu conjunto, tinham qualquer coisa de extraordinário. Lemo-los de uma ponta à outra e acabámos por os apontar: Rebocho, Pires, Grillo, Sanchez, Ferreira, dos Santos, Bênhahia, Duares, Martins, Lemouelle

Lasni, Bouquetta, Deprot, Miranda e Garcia. Já perceberam qual a involgaridade que nos prendeu a atenção: é que a maioria dos nomes era portuguesa!

João Ramos riu-se, quando lhe referimos o facto:

«Ah, sim! Temos muitos delegados sindicais portugueses na CGT! Nesta Organização Sindical

da Construção, allás, a percentagem mais elevada de dirigentes é de portugueses! E temos conduzido por aqui belas lutas. A do «chantier» de Bercy, que acabaste de visitar, é um bom exemplo!»

E começou a contar a história, como se não tivesse sido ele próprio a dar gás aquilo tudo:

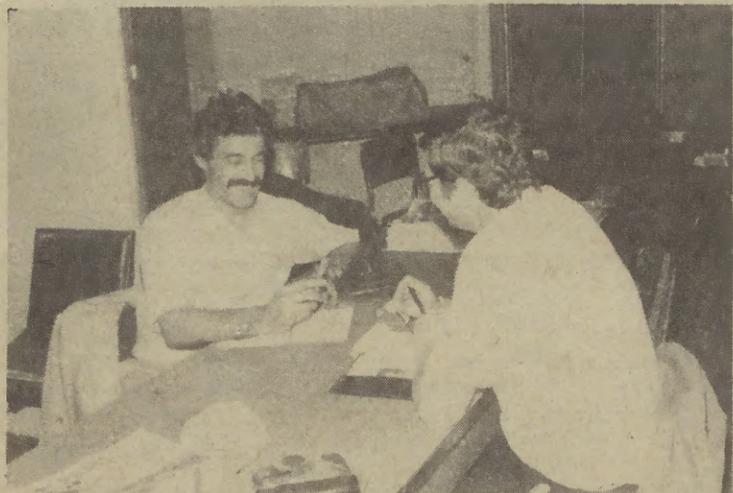
«Em 1985 a CGT mandou para lá meia dúzia de sindicalistas, o que deu logo os seus frutos: quando o ministro socialista das Finanças lá foi em finais desse ano lançar a primeira pedra, com palanque, tapete, banda de música, imprensa, etc., tinha à sua espera mais de 100 trabalhadores com um pano a dizer: «CGT — para construir um bom ministério são precisos bons salários e boas condições de trabalho». Já não houve inauguração nenhuma, a polícia desistiu de empregar a força quando viu o pessoal pronto a atirar-se a eles com máquinas pesadas e tudo e o ministro safou-se dali o mais depressa que pôde, após nos receber e fazer uma data de promessas. Que não foram cumpridas, é claro. Mas entretanto a sindicalização da CGT, que era apenas de 12 trabalhadores, pulou rapidamente para 86. O que no ano seguinte, ou seja em Abril do ano passado, também, deu os seus frutos.»

E que frutos! Ora veja-se:

«Em Abril desencadeámos uma greve de seis dias. A administração continuava a não ceder e então ocupámos o escritório central da empresa em Nanterre. Vieram logo negociar! Mais tarde, em 10 de Dezembro de 1986, todo o «chantier» parou em solidariedade com a luta dos estudantes. A 11 decidiu-se: «agora vai ser pelas nossas reivindicações!» Apresentámos um caderno delas logo

pela manhã, a administração tentou de novo uma posição de força e desencadeámos nova greve, desta vez de cinco semanas. Saldou-se numa estrondosa vitória: mais 3% sobre o salário, mais dois francos para o subsídio de refeição, mais 3% para o subsídio de transporte e o pagamento de 75% dos dias de greve. Todo o processo judicial que a empresa tinha posto aos delegados sindicais, foi anulado: os trabalhadores foram por duas vezes, em massa, acompanhar os seus sindicalistas ao tribunal.»

Veio à baila o desprezo do Governo Cavaco Silva pela emigração: «O fim do apoio jurídico foi uma decisão gravíssima. Já houve aqui jovens portugueses que passaram desnecessariamente pelas prisões, quando uma simples informação jurídica por parte das autoridades portuguesas desfazia os equívocos. Na verdade as autoridades do nosso país só se preocupam com os emigrantes a nível de remessas e votos. E há outros casos graves provocados pelo corte do apoio jurídico: portugueses despedidos com 17



João Ramos, sindicalista na CGT e n.º 2 na lista

MINISTÈRE DU TRAVAIL ET DE LA PARTICIPATION
Direction départementale du Travail et de l'Emploi
DIRECTION DÉPARTEMENTALE DU TRAVAIL ET DE L'EMPLOI
Adresse: 60, Avenue de la République - 92000 NANTERRE
Téléphone: 1 47 31 10 00

CONTRAT D'INTRODUCTION DE TRAVAILLEUR AGRICOLE SAISONNIER
TITRE TEMPORAIRE DE TRAVAIL
Ann. R 341-7-2 du Code du travail

CONTRAT DE TRAVAIL N.º 100/87

TRAVAILLEUR
NOM et prénoms (1): M. Saugéio Ramalho Manuel João
Situation de famille (2): marié - célibataire - veuf ou divorcé
Nationalité (3): Portugaise
Date et lieu de naissance: 15/3/61 - Faide - Povo de Lourosa Portugal
Adresse (préciser la province et le pays): Povo de Lourosa - Portugal

EMPLOYEUR
est engagé pour de 6 mois souscrits page 4
N.º: 09
Nationalité: M
Numéro d'immatriculation: 7730
Désormais à: 60
Téléphone: 60
Lieu effectif d'emploi: Povo de Lourosa Portugal

TELEGRAMA
N.º: 09
Date: 16/10/87
Lieu: Povo de Lourosa Portugal
Destinataire: Manuel João Saugéio Ramalho
Adresse: Povo de Lourosa Portugal
Téléphone: 60

Uma burla de CEE: este trabalhador firmou em Portugal, através da secretaria de Estado da Emigração, um contrato para trabalhar seis meses em França e, ao chegar, foi despedido após duas horas de laboração. O que o patrão francês queria, ao aceitá-lo, era apenas a isenção de impostos por ter criado «mais um posto de trabalho». Entretanto o Governo português alheou-se do caso

Entrevista com António Topa

Uma lista com provas dadas

pela «Sagres» na sala «Zenith», na Porte du Pantin (onde decorreu o diálogo atrás reproduzido com um emigrante de Castelo Branco, a trabalhar há 15 anos em França).

Presente, o cabeça de lista da CDU, António Topa (lista que, sublinhe-se, tem um carácter muito aberto, com dois independentes e a presença de uma mulher — todos emigrantes). E o que vimos foi a acção frequentemente efusiva dos materiais, sem uma única recusa por parte dos largos milhares de pessoas abordadas e com muitas delas — apesar da ligeireza com que se dirigiam às portas de acesso ao espectáculo, lendo à pressa o que lhe haviam dado.

Só tivemos tempo de visitar uma associação, a APA, mas foi o suficiente para nos

apercebermos de outra coisa: a incompreensão pela candidatura de alguns pequenos partidos, nomeadamente do MDP, num círculo eleitoral onde não têm qualquer hipótese de eleger alguém para o único lugar de deputado em disputa.

Entretanto a CDU está apenas a 1000 votos da vitória...

Uma coisa é certa: reina grande confiança entre os activistas e apoiantes da CDU na eleição do seu deputado, que não se cansam de citar uma outra palavra de ordem — «Vamos a isto!». Confiança sem dúvida confirmada pela generalizada receptividade às propostas da CDU, que tivemos oportunidade de constatar nos contactos que fizemos na nossa breve deslocação a Paris. Vamos a isto, pois! ■

anos de casa, acidentes de trabalho com mortes, mutilações e doenças profissionais, tudo isso ficou «entregue aos bichos», sem ninguém a velar pelos interesses dessas pessoas.»

E depois temos as burlas da CEE. Ora atente-se no episódio que se segue:

«Hoje as autoridades ibéricas desunham-se a procurar convencer portugueses e espanhóis de que isto da CEE é óptimo. E há quem embarque. O caso mais recente é o de um trabalhador português que chegou aqui há três semanas ao sindicato a queixar-se que veio para cá com um contrato de seis meses arranjado em Portugal pela Secretaria de Estado da Emigração, com viagem paga pelos Serviços de Emigração e que, chegado à empresa francesa, o patrão deixou-o trabalhar apenas duas horas e despediu-o de seguida. Não percebes? Pois olha que é fácil perceber: é que o patronato, aqui em França, tem uma isenção de 50% dos encargos por cada posto de traba-

lho criado. Daí que nada melhor que aceitar a vinda de gente dos «parentes pobres» da CEE com contratos destes, que depois podem ser chutados com facilidade, dado que ninguém se interessa por eles, a começar pelo Governo português. É claro que neste caso tiveram azar: mal o nosso sindicato se meteu no assunto este trabalhador, João Manuel Sampaio Ramalho, foi logo readmitido pelo patrão. Mas quantos há que não vêm aqui (mesmo este fê-lo porque alguém lho sugeriu), e acabam burlados pelas próprias autoridades portuguesas, últimas responsáveis, dada a leviandade e o desprezo com que tratam os problemas dos seus emigrantes?»

E a terminar:

«Por isso se sabe cada vez mais aqui na emigração que o único voto seguro é na CDU, porque ela é, sem dúvida, a única força que honesta e perseverantemente serve os interesses da emigração. Confiante na vitória? Mas é claro!» ■

A nossa lista é inteiramente composta por emigrantes, que nunca estiveram alheados dos problemas da emigração e têm provas dadas na luta pelos direitos das nossas comunidades na Europa.

São palavras de António Barbosa Topa, o independente que encabeça a lista da CDU pelo círculo da Europa. Natural do Porto, tem 38 anos e está em França há 18. Possui formação de animador sócio-cultural, de 1975 a 1984 teve a responsabilidade do sector de apoio ao movimento associativo na delegação de Paris da Secretaria de Estado da Emigração, donde foi ilegalmente despedido por telegrama pelo então embaixador do Governo PS/PSD Valter Rosa, num saneamento (que está em tribunal) inspirado pelo facto de António Topa ser, ao mesmo tempo, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE). Por isso nos acrescentava: **Dos quatro que integram a lista da CDU, os dois primeiros conhecem por dentro os serviços oficiais da emigração; sabem o que se faz de mal, o que se devia fazer de bem e têm propostas concretas.**

É a segunda vez que António Topa concorre às eleições pelo círculo da Emigração da Europa, tendo anteriormente encabeçado a lista da APU, também como independente. Hoje diz:

Somos gente de palavra, o que avançamos ao eleitorado é para cumprir. Aliás os nossos emigrantes sabem-no, não é por acaso que as nossas listas são as únicas a registar, de eleição para eleição, consolidação e aumento de posições. Um deputado é um procurador dos interesses daqueles que o elegeram, não uma figura que apanha boleia para o Parlamento. Nós prestamos contas do trabalho efectuado; criar-se-ão comissões de apoio por países, que transmitirão regularmente as preocupações, queixas e problemas dos emigrantes ao nosso deputado em Lisboa.

Visivelmente confiante na vitória da CDU, António Topa recordou não ser por acaso que as remessas dos emigrantes diminuíram 10% só nos três últimos meses de 1986:

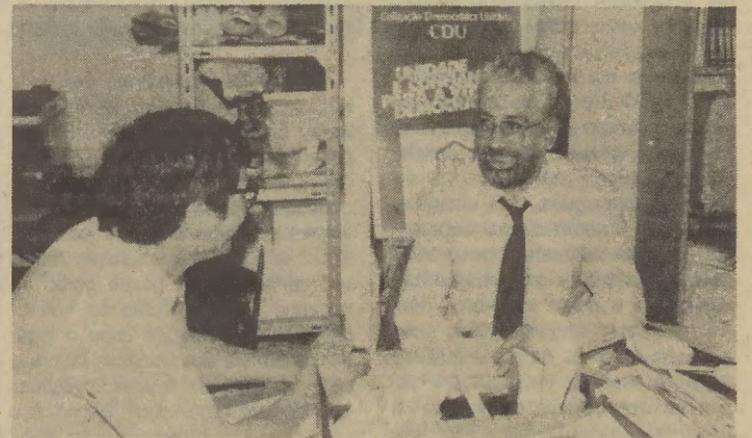
«É óbvio que os emigrantes perderam a confiança no Governo PSD/Cavaco Silva, que lhes alterou o sistema de envio de remessas, acabou com as consultas gratuitas dos advogados, degradou o ensino do Português, quer fechar o consulado em Osnabruck/RFA — tem, no fim de contas, continuado e agravado a má política de emigração dos governos anteriores.

(Permita-se-me aqui um parêntesis a propósito: nos meus diversos encontros com portugueses durante a breve visita a Paris, quer no «chantier» de Bercy, quer na festa do Zenith, quer na Casa dos Sindicatos, quer na APA ou na Étoile — o que somou dezenas de contactos e muitos dedos de conversa — um sentimento comum e generalizado vinha sempre à tona através de uma frase que até parecia combinada, apesar da pulverização geográfica em que ocorreram as conversas: «São todos os mesmos, andam de poleiro no governo há uma data de anos, trocam uns com os outros e só fazem é aldrabá-los»).

Entretanto o nosso entrevistado prosseguia:

O grande problema é a ausência de uma verdadeira e dinâmica política de emigração. As questões do ensino do Português e dos serviços oficiais no estran-

geiro são exemplos incisivos dessa ausência.



António Topa, cabeça de lista da CDU pelo círculo da Europa

Se este desprezo do Governo de Cavaco Silva pelo legítimo anseio da comunidade emigrante portuguesa em garantir o ensino da língua pátria aos seus filhos num país estrangeiro é, no acto concreto do despedimento de 50 professores, um escândalo chocante, a sua atitude face aos serviços oficiais de apoio à emigração não lhe fica atrás:

Conheço bem por dentro essa questão, já que sou um funcionário desses serviços oficiais despedido ilegalmente. Há muitos anos que o sindicato representativo do sector — o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE), de que até há dias fui secretário-geral — luta pela obtenção de

um estatuto profissional de integração na Função Pública, dado que os serviços oficiais no estrangeiro são o prolongamento da administração pública portuguesa. Não faz sentido a situação anacrónica em que se encontra todo o pessoal do MNE português (cerca de 1500 por todo o mundo), que trabalham no estrangeiro, para o Estado português, sem qualquer vínculo à Função Pública. Na presente situação não têm qualquer espécie de segurança, a começar pela do emprego.

É claro que tal situação não ocorre por acaso. Ora veja-se:

O MNE português, aliás, continua interessado apenas em recrutar pessoas na base do compadrio, obtendo assim, além do mais, a docilidade dos funcionários. Em França há casos publicamente conhecidos de autênticos comissários políticos do Governo de Cavaco Silva, que estão aqui apenas para responder à «voz do dono».

O quadro da prepotência governamental portuguesa — que, na emigração, se repercute com gravidade sobre os interesses das nossas comunidades no estrangeiro — atingiu níveis inconcebíveis com o executivo de Cavaco Silva:

A Assembleia da República aprovou o Decreto-Lei 451/85, que dota o pessoal consular de um estatuto profissional no quadro da Função Pública — diploma que, não respondendo a todas as exigências dos trabalhadores em questão, constitui de qualquer modo um 1.º passo para a alteração da situação. Pois o Governo de Cavaco Silva, através do MNE,

Mas o despedimento dos 50 professores de Português, além de escandaloso, foi feito sem sequer tomar em consideração a competência provada dos profissionais abruptamente «dispensados». Um exemplo, entre vários, ilustra-o:

Uma jovem licenciada, após ser despedida pelo Governo português, entrou num concurso nacional francês, disputando com milhares de concorrentes locais a regência da disciplina de francês, para franceses e nas escolas francesas. Ficou em 5.º lugar!

O que diz a CDU

Na Coligação Democrática Unitária Defendemos:

- A valorização das poupanças dos cidadãos e a protecção dos seus bens.
- A melhoria dos serviços de apoio aos emigrantes, nomeadamente reforçando e alargando as consultas gratuitas dos advogados e os serviços externos dos consulados.
- A intensificação do ensino da língua portuguesa no estrangeiro e a defesa da nossa cultura.
- A equivalência e o efectivo reconhecimento dos estudos feitos no estrangeiro.

- O apoio às Associações e ao Conselho das Comunidades.
- O apoio aos professores, o reconhecimento do Estatuto Profissional dos trabalhadores consulares e a correcção das injustiças praticadas.
- A continuação do Consulado em Osnabruck/RFA, a reabertura do de Zurick/Suíça e a reabertura de um em Grenoble/França.
- A criação de programas especiais de apoio aos jovens e às mulheres emigradas.
- O efectivo apoio aos que regressam.

Paris
já está
a votar

?

Era uma vez um «chantier»...

recusa-se liminarmente a cumprir esta lei.

Mas não se julgue que este problema é apenas do interesse dos trabalhadores consulares:

O sindicato sempre aliou as suas reivindicações sectoriais às questões gerais dos emigrantes. O seu estreito relacionamento com o movimento associativo da nossa comunidade permite que os trabalhadores consulares nele integrados não só conheçam em pormenor os problemas com que se debatem os emigrantes, como obter deles a solidariedade necessária para os problemas que, no fim de contas, são do interesse de todos. Nesta linha, em 1983 o sindicato enviou ao MNE uma proposta no sentido de se estudar e resolver um grande problema dos emigrantes: a abertura dos consulados aos sábados. Até hoje, nem acusaram a recepção da carta. O mesmo se passou em relação a outra proposta que fizemos — a criação de uma comissão integrando representantes do Governo português, dos emigrantes e dos trabalhadores consulares para se debaterem os problemas. A resposta governamental, sobretudo a deste executivo, tem ido noutra direcção: fechar consulados quando há necessidade de abrir mais, e desencadear vagas de despedimentos dos trabalhadores consulares, atingindo, curiosa e quase exclusivamente, sindicalistas... E mais: quando devia haver cada vez mais reuniões programadas entre funcionários consulares e associações de emigrantes (uma das reivindicações do sindicato e das associações), o actual Governo ordenou o corte de verbas para as deslocações dos funcionários consulares, mandou vender viaturas e rescindiu contratos com os consultores jurídicos de todos os consulados de França.

E a rematar:

São estas e outras questões centrais que só a CDU está em condições de alterar em relação à emigração, através do seu deputado que — sem qualquer dúvida para ninguém, a começar pelos partidos que até agora têm obtido a representação, o PS e o PSD — por elas se irá bater sem vacilações nem dependências. ■



Distribuição de propaganda da CDU frente ao «Zenith», à entrada de um espectáculo com artistas portugueses. O contacto directo com a comunidade está a ter um grande acolhimento.

A letra, «chantier» é um estaleiro. No quotidiano dos trabalhadores emigrados identifica o tipo de trabalho que se faz — a dureza da construção civil — a que só basta acrescentar o nome da obra para ficar tudo dito. Se os códigos do mundo do trabalho são lacónicos e avessos a floreios de linguagem, na emigração engravidam a palavra estrangeira de significados. O fruto é dizer-se, por exemplo, «trabalho no chantier de Bercy» e isso bastar para se saber de imediato que o português, argelino, marroquino, espanhol, italiano, cipriota ou turco que tal afirma trabalha na construção civil, numa obra que o Ministério das Finanças francês está a construir em Paris, no bairro de Bercy, junto do Sena. Visitámos exactamente o «chantier de Bercy» numa manhã que começou muito formal à porta das instalações, com o responsável das relações públicas da obra a distribuir charme e capacetes de protecção, e terminou num dos quatro «refeitórios» de tábua pregada onde trabalhadores de meia Europa capitalista, sem protecções de qualquer espécie, abriam as «gamelles» (marmitas) trazidas de casa para poupar os cobres do subsídio alimentar. Aliás recentemente aumentado graças a uma greve.

Entrámos exactamente pelo portão que, há meio ano, os trabalhadores bloquearam com maquinaria pesada e total indiferença pelo aparato policial que a administração convocara. O jovem técnico de relações públicas que nos acompanhou às zonas de laboração devia, em certa medida, o seu posto de trabalho a essas lutas do «chantier»: a administração criou o lugar na sequência dos conflitos laborais, para «almofadar» futuras investidas do sindicato e dos seus filiados. E o jovem era suficientemente hábil para o reconhecer sem, no entanto, bulir na competência com que desempenhava as suas funções: convicto e até polidamente irónico, todo ele era «concertação», «necessidade de atender aos pontos de vista económico-produtivos da administração» sem os quais, etc., etc. Pelo meio umas referências à vitória do FC Porto e à sua condição de francês nascido perto dos Pirinéus — portanto, de certa forma um «vizinho ibérico»... — mostrava como o capitalismo desenvolvido sabe fazer contas e investir na urbanidade, um moinho bem mais adequado para atrair águas que barbarismos do género salários em atraso, indefensáveis para o mais diligente relações públicas, mesmo dos Pirinéus.

Os trabalhos de Bercy são, na verdade, imponentes. Dali vai sair um gigantesco complexo que abrigará diversos ministérios governamentais, presentemente espalhados por Paris, estando ainda previstos blocos residenciais para ministros, que se erguerão do outro lado do braço do Sena, bem em frente. Os trabalhadores são quase todos emigrantes. Franceses, só os quadros técnicos e de chefia de pessoal.

«Mas depois vão dizer que isto é obra de franceses!», ironizava o delegado sindical da empresa, argelino, que nos acompanhou na visita, a mim e ao João Ramos, secretário da Organização da União Sindical da Construção da CGT, enfiando o olhar para o jovem relações públicas que, mais à frente, espreitava um despenhadeiro onde, suspensos por andaimes, alguns operários trabalhavam com a colher e o cimento. E acrescentava: «Em França não é o trabalho que falta, é uma política de trabalho.»

Comecei a encontrar portugueses. A tal «política de trabalho» da França começou a vir ao de cima. O primeiro cumprimentou-me com

uma mão a que faltava o dedo minidinho, o que não o impedia de manejar com destreza o martelo e o escopro. Era de Leiria e lá para o Outono regressava a casa. «Para o ano talvez ainda venha, se me derem a «séjour». Mas só mais um ano. Estou farto disto, ando aqui há 12 anos, tenho 33, e já chega. Lá em baixo também não querem saber da gente, são todos uns vigaristas que só querem é as nossas divisas mas estão-se nas tintas para as nossas coisas. Votar? Só quando lá estou.»

«Lá em baixo» fica Portugal,



O refeitório do «chantier» de Bercy. Onde sete nacionalidades se entendem através da luta comum... e a língua francesa estranha a todos

onde «não querem saber da gente» mas onde se volta. Ou não? Mais à frente três outros compatriotas, um pai e dois filhos, levantaram a contradição em carne viva num andaime de Bercy:

«Tenho uma casa e umas territas em Braga, dinheiro não me falta e os 22 anos que aqui andei garantiram-me a reforma. Os meus filhos é que me estão a emerdar (galicismo do verbo «emmerder»-contrariar). Um já namora aí uma francesa, o outro para lá caminha, vai ser um problema arrancá-los daqui. Também é verdade que lá em baixo é uma miséria e só nos têm enganado. Mas eu

tenho umas territas, podemos ter uma lavoura...»

Aquele «podemos» arrancou um olhar de viés aos filhos, que retornaram ao trabalho com redobrada energia. Uma resposta que o pai não viu. Ou não quis ver.

«Dava um livro...»

Aproximava-se a hora do almoço, o simpático relações públicas despediu-se ainda dependurado das argumentações de João Ramos sobre a política de subsídios da em-

«Aqui estação»

Isto tem de fechar! Por vossa culpa já nem mando em minha casa! «Isto» é o Rádio Clube Português (RCP), uma rádio livre posta a funcionar por portugueses em Villejuif, Paris, já lá vão quase cinco anos. Quem a queria encerrar era um nosso compatriota, que se deslocou de propósito ao estúdio para protestar contra o facto de um dos programas — «Página Feminina» de seu nome — ter «dado a volta ao miolo» à mulher, a ponto «dela agora até querer que a lida da casa seja a meias, onde é que já se viu!». Esta e outras histórias, significativas da importância de uma rádio feita para e por emigrantes no país de acolhimento, foi-nos contada pelo homem que, praticamente sozinho, teimou e levou por diante a aventura: Carlos Duarte, desde sempre o director do RCP de Paris.

Encontrámo-lo ao telefone recebendo a oferta de um ouvinte francês para fazer a cobertura para o RCP das «24 horas de Le Mans». Na secretária, um bloco de notas povoado de referências, em frente uma banca cheia de jornais regionais portugueses.

Mais tarde dir-nos-ia serem as publicações nacionais, todas sem excepção, as fontes que alimentavam os noticiários e, antecipando-se à eventual estranheza por tanto liberalismo informativo, acrescentaria: «Trabalham hoje, graciosamente, para o RCP qualquer coisa como 82 pessoas e a todas dizemos — por favor deixem os partidos à porta, porque no dia em que um partido entre aqui, parte-nos a rádio; e por favor não se esqueçam também de os levar quando saírem, para não ficarmos com a entrada congestionada!»

Mas isto foi mais tarde. Primeiro começou por contar a história do RCP enquanto subíamos ao terraço

para vermos os emissores e as antenas:

Havia uma rádio livre francesa neste mesmo local. Tudo começou em 1982, comigo a trazer discos de casa e a pagar 800 francos por cada emissão de duas horas. Mas eis que a rádio francesa salu daqui. Ficámos sem emissão. Então perguntámos uns aos outros: então a gente não é capaz de fazer uma rádio sozinho? Comprámos material em 2.ª mão e em Dezembro de 1982 surgiu o Rádio Clube Português, que rapidamente foi considerado por boa parte da comunidade portuguesa a «estação de todos nós» — expressão que adoptámos como slogan.

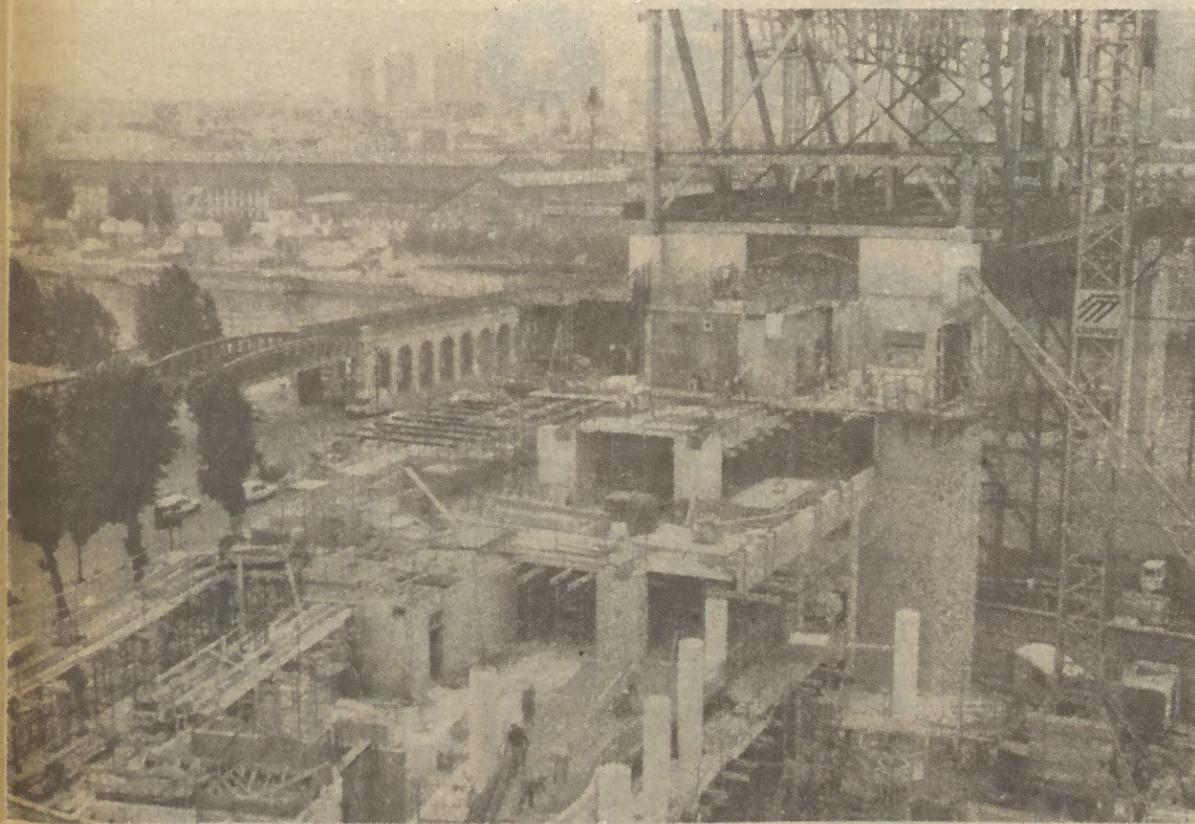
Vimos os emissores — dois, potentes e bem instalados numa casota no terraço «feita numa tarde por malta portuguesa, no meio de uma petiscada» — e descemos ao café-restaurant do rés-do-chão. Foi no meio de uma outra petiscada,



Carlos Duarte, director da RCP de Paris

desta vez a dois, que surgiu o relato das dificuldades:

Tivemos problemas com a autorização para o funcionamento legal. O material chegou mesmo a ser apreendido pela polícia e eu julgado em tribunal, como director da estação. Após ouvir-me expor a legitimidade da existência de uma rádio que serve uma comunidade de 600 000 portugueses na região de Paris, o próprio



O «chantier» de Bercy é, na verdade, uma obra imponente. Feito quase em exclusivo por emigrantes, não terá, contudo, e, certamente, qualquer referência aos seus construtores quando um dia abrir as portas cheias de placas laudatórias ao engenho gualês

presa e, finalmente, rumámos para um dos «refeitórios», semelhantes, por fora, a gigantescos contentores com rasgões «à la fenêtre» (já agora...). Por dentro, quatro fileiras de mesas compridas ladeadas de bancos corridos recebiam o fragor dos termos, tachos e painéis que a multidão de operários extraía dos sacos. Ao fundo, uma única decoração: cartazes da CGT em corpo suficiente para se verem logo da única porta de entrada.

João Ramos, que daquela vez estava ali apenas por nossa causa, foi recebido com invulgares manifestações de afecto. Vozes de todo o lado elevaram-se num francês inludivelmente aprendido à força, mas mais que suficiente para transformar aquela babilónia operária numa exaltante assembleia fraterna. «No

chantier não há racismos», haviam-nos dito. E lá estavam lado a lado, partilhando a mesma garrafa de vinho e às vezes a mesma «gabelle», turcos e cipriotas, portugueses e espanhóis, italianos e marroquinos, pretos e brancos. Uma nota curiosa: portugueses que logo a seguir identificámos como tal, enquanto falavam do meio da multidão para João Ramos, fizeram-no sempre em francês...

Mas comigo falaram em português, um português às vezes demasiado povoado de galicismos ou de expressões francesas «tout court» (como dizia o outro...). Era o caso de Tavares Francisco, um raiano de Foios que a família levou para Paris com três anos de idade:

«Estou naturalizado francês há 20 anos, estou casado com

uma francesa e tenho dois filhos que nem sequer sabem falar português. Por mim, continuo a gostar que aquilo lá em baixo melhore, mas não é comigo que deve falar, eu sou mais daqui que de lá.»

Já António Augusto Pereira, da Póvoa do Lanhoso, emigrante em França há 23 anos («com 16 anos vim a salto!»), era um dos que achava que devíamos falar. Que eu devia falar com ele:

«A minha vida dava um livro melhor que o da Linda de Suza! Era ganapo e já andava à pedrada à GNR no Porto, na campanha do Humberto Delgado! Vim a salto com 16 anos, depois voltei a Portugal para regularizar a situação e o meu nome nem existia nos papéis da tropa! Convinha-lhes que

eu fosse emigrante mas não queriam oficializar a coisa, uma cambada! Foi uma luta para provar que existia, que tinha direito a ser português! Ficar aqui? Nem pense nisso! Filhos? Julga que eu não previ a coisa? Foram à escola em Portugal, ali como deve ser, a mulher também é de lá, está claro. Volto, sim senhor, apesar da porcaria de governos que lá tem havido, são todos o mesmo,

mas ali é a minha terra, a minha gente... Votar?! Se lá estivesse ainda podia ser, a ver se corria com aqueles gajos, que puxam para um barco muito grande mas são tão pequeninos...»

Ficou surpreendido quando o informámos que se podia (e devia) recensear lá para votar para cá. Afinal não tinha previsto tudo... Mas pode prever para a próxima, não é amigo Pereira? ■

Peço desculpa

Afinal acontece: anda um homem todo lampeiro com a máquina atafalhada de película — que entretanto gastou várias vezes a despropósito — quando de repente lhe aparece a tal fotografia para que já não tem um disparozinho disponível.

A mim sucedeu-me exactamente em frente ao n.º 187 da Rua de Chevaleret, 13.º Bairro de Paris — miudeza geográfica que, convenhamos, não está no lote das coisas que põem a respiração do leitor aos pulos.

No entanto há quem, leitor ou não do «Avante!», se ponha quase aos pulos na dita Rua Chevaleret porque, ao quase fazê-lo, está fazendo o quase tudo que lhe é possível para um desabafo. Um desabafo português em rua estrangeira, mas não contra ela, que não tem culpa de no seu n.º 187 haverem instalado o Consulado Geral de Portugal, fora de mão e dentro de um funcionamento que não pede desculpa nem nada. A culpa, no entanto, não é de quem por lá trabalha e, à sua maneira, também anda quase aos pulos para dar vazão a solicitações que muitas vezes transcendem os meios e as competências disponíveis.

Trata-se de um edifício de dois andares — uma pequenez compridinha entre as massas arquitectónicas que definem a rua. Quem lá chega apercebe-se primeiro da sugestão de jardim que lhe disfarça a postura recuada em relação ao passeio. Depois vê-se a bandeira e uma porta geralmente atalhada de gente. Portugueses, num lado e no outro dos batentes: cá fora mastigando esperas em grupinhos de ocasião, iludindo o enfado com uma vista de olhos pelas bugigangas vagamente lusitanas que vendedores ambulantes aproveitam para impingir; lá dentro domesticando impaciências em bichas com uma vontade enorme de se amalgamarem, de atracão, nos dois postigos de serviço.

Passaportes, certidões de registo civil, de casamento, de notariado, tradução e oficialização de documentos vários, apoio social, assistência a problemas com o ensino ou as associações de emigrantes — tudo e mais alguma coisa passa pelo Consulado Geral da Chevaleret. Só que nem tudo se passa como devia ser. A ausência de projectos de trabalho e de diálogo por parte dos dois cônsules, somada ao desprezo manifesto do Governo de Cavaco Silva pelos problemas da emigração (não ouvindo, sequer, as recomendações das associações e até do CCP — o Conselho das Comunidades Portuguesas, um organismo oficial), produzem soluções legislativas aberrantes (tomadas como se os emigrantes estivessem todos no país de origem, ao virar da esquina das repartições e dos prazos burocráticos) e esquemas de funcionamento consular que põem a cabeça em água quer a funcionários, quer a utentes.

Lá os vimos, uns e outros ocupando os seus lugares nos dois lados da «barricada», tensos e febris como ocorre em qualquer relação inflacionada de atendimento público.

Algo está mal. Isto para além da excentricidade geográfica com que já há vários anos decidiram a deslocação do Consulado para a Rua de Chevaleret (colocando-o numa ponta de Paris, no lado oposto da maior concentração de emigrantes), alugando aquele cochicho pela estranhíssima soma de 1500 contos/mês. Aos anos que aquilo ali está, a única dúvida reside em apurar quantas vezes é que o prédio já foi pago pelo Estado português, se quatro, se sete.

Por mim, que não posso gabar-me de ser números o meu negócio, limito-me a abandonar o estado de perplexidade face às palavras dos patrícios que, à porta do Consulado e apalpando a textura vitoriosa das bandeiras do FC Porto que um jovem, com apurado sentido empresarial, lhes estendia às carradas, me rematarem: «Oh homem! Então você queria que eles comprassem isto e estragassem o negócio?».

Peço desculpa. Eu só queria mesmo era um pedaço de película para uma fotografia. Daquilo. ■

de todos nós...»

acusador público se voltou para o juiz e disse: «não percebo porque é que este caso vem aqui. Limite-me a pedir a V. Exa. que faça justiça». E o juiz fé-la, ordenando a devolução de todo o material e o encerramento do processo. Isto em 1984. Continuámos, mas «ilegais», de qualquer modo...

E o governo português? Não podia e não devia ele intervir de modo a facilitar o aval da administração francesa?

Sem dúvida. Seria mesmo decisivo, dado que as autoridades francesas o que querem mesmo é que os governos dos países de origem formalizem o seu apoio às rádios livres para emigrantes. Só que, até agora e apesar dos múltiplos pedidos que fizemos a Lisboa, ninguém nos ligou nenhuma. Apenas no mês passado o embalador português em Paris, Luís Gaspar da Silva, foi entrevistado durante mais de duas horas na estação. Sem dúvida que se trata de um gesto público com significado. Veremos se se traduzirá em alguma coisa prática, agora que enviámos um novo dossier fundamentando o pedido de legalização do RCP.

Um pedido que se fundamenta na importância de uma intervenção radiofónica verdadeiramente notável, servindo uma comunidade gigantesca com programações multifacetadas:

Começamos a emitir às 7.00 e vamos ininterruptamente até à

meia-noite. Às sextas e sábados estamos no ar as 24 horas. As emissões são todas em português. Os noticiários compreendem dois grandes blocos informativos diários e «flashes» horários, privilegiando sempre as notícias de Portugal. Uma vez por semana produzimos um grande magazine de informação de duas horas, tendo como fonte os jornais portugueses. Temos programas culturais (um literário), de artes plásticas (entrevistas a artistas plásticos da emigração), de desporto (cobertura dos acontecimentos desportivos nacionais e da comunidade portuguesa em França), infantis (com a participação das crianças), de jovens para jovens, de tauromaquia, uma página feminina com a participação das ouvintes, em directo pelo telefone, debatendo os seus problemas, etc. Além disso temos programas semanais de duas horas cada em espanhol (para a comunidade espanhola, claro) e para as comunidades brasileira, cabo-verdiana e angolana. A audiência anda pelas 400 000 pessoas por dia.

Com tudo isto, não há quaisquer subsídios ou incentivos. O Governo de Cavaco Silva, que tanto enche a boca com os emigrantes, mostra aqui, mais uma vez, o que valem as suas palavras:

Não, subsídios ou incentivos, não nos vem nada, de parte nenhuma! Os nossos 2500 sócios, com as quotas e donativos, con-

seguem pagar as contas correntes. As receitas da publicidade vão para investimentos. Toda a gente trabalha de graça, mas no nosso projecto de alargamento prevemos a semiprofissionalização, sem a qual não haverá aumentos qualitativos.

Este o breve esboço do RCP de Paris feito por um homem que nasceu em Angola onde apanhou o «bichinho» da rádio, que só passou por Portugal quando, há 25 anos, viajou para França para lá se fixar em definitivo com a família e que hoje, já reformado no quadro da assistência social francesa, insiste, com muitos outros, em preservar e dinamizar as raízes portuguesas na comunidade emigrante.

Ah! Querem saber como acabou a história do amigo que exigia o encerramento do RCP, não é? Pois foi assim, no diálogo que se segue:

— Se a estação lhe virou «o miolo» da mulher, desligue-lhe o rádio!

— Ela não deixa!
— Então esconda-lho!
— Comprava outro! Ganha mais do que eu...

— Ah... Ela trabalha também fora de casa... Então por que há-de fazer tudo dentro, sozinha?

Parece que o nosso patrício percebeu a situação. À saída já não queria fechar a rádio, embora continuasse a resmungar contra este mundo de pernas para o ar. O que certamente o não levou a fazer o pino quando, mais tarde, se estreou a lavar a louça. ■

Lixo nuclear e político

Mais um episódio nesta história, que promete continuar, foi cumprido. Nos últimos dias, alguns órgãos de comunicação social fizeram-se eco de decisões do Conselho de Segurança Nuclear espanhol, autorizando aquilo que oficialmente é designado por «construção de um laboratório experimental de resíduos radioactivos», em Aldeadavilla de la Ribera.

Ao mesmo tempo, o director geral de energia da Comissão das Comunidades Europeias afirmava que a decisão quanto ao financiamento pela CEE do projecto só será tomada em Outubro/Novembro, isto depois de terem sido apontados, sucessivamente, os meses de Junho e Setembro como datas prováveis para o facto.

Por seu lado, o Governo português multiplica as tomadas de posição contra o projecto da Empresa Nacional de Resíduos Radioactivos espanhola, mas diz que «estão esgotados os mecanismos oficiais de protesto por parte do Estado português».

Numa altura em que, a propósito das eleições para o Parlamento Europeu, tanto se fala da CEE o surgimento desta questão, pode dizer-se, vem em boa altura. É que a instalação deste cemitério nuclear numa das mais desfavorecidas e atrasadas zonas da Europa Ocidental, pelas afirmações que já despertou pela parte de altos responsáveis da CEE, pelo que se sabe sobre os projectos comunitários de investigação nesta área e dos contornos da política energética comum põe a claro quais os mecanismos de funcionamento da CEE, a forma como é encarada, no contexto daquela organização, a posição de Portugal, e quem, em Portugal, está na realidade empenhado na defesa dos interesses do nosso país.

Tudo começou quando um funcionário português que trabalhava na análise dos programas comunitários, verificou a justificação do pedido de empréstimo entregue à Comissão das Comunidades pela Espanha, no valor de quatro milhões de ECU's, correspondentes a um terço do custo total do projecto.

Na sua fundamentação, a Espanha afirma pretender desenvolver um projecto de investigação sobre as condições de depósito de resíduos radioactivos em massas graníticas de grande dimensão. O país vizinho possui oito centrais nucleares que já produziram 37 889 bidões de resíduos. Neste momento, as suas centrais não têm já capacidade para o armazenamento destes detritos e o governo espanhol apontou 1999 como a data limite para a resolução do problema.

Se é compreensível que a Espanha queira urgentemente resolver este problema, é-o menos que o queira fazer à custa de Portugal. Daí que as reacções deste lado da fronteira (como das populações das regiões de Salamanca e Zamora do lado espanhol) não se fizessem esperar.

Logo em 28 de Fevereiro, o deputado do PCP no Parlamento Europeu, Barros Moura, depois de uma recomendação da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta perguntava à Comissão Europeia se tinha conhecimento do projecto IPES (Instalação Piloto Experimental Subterrânea) e, nomeadamente, se estava informada sobre os efeitos no ambiente da região, na vida das populações e da agricultura, em particular no que concerne à produção vinícola e ao afamado vinho do Porto.

Mais tarde, a 13 de Maio, outro deputado do PCP no PE, Joaquim Miranda, apresentava uma proposta de resolução adoptada depois por todos os deputados portugueses em que se solicita à Comissão Europeia que reconsidere o financiamento do projecto e que tenha em conta as

reclamações apresentadas pela parte portuguesa.

De 28 de Janeiro a 13 de Maio vai um espaço de tempo em que o Governo de Cavaco Silva nada disse sobre o assunto, enquanto na imprensa nacional e estrangeira o assunto era já largamente debatido. Só recentemente, por alturas de Maio, quando no horizonte se avizinhavam já as eleições, o secretário de Estado do Ambiente veio a ter-reiro considerar o projecto inaceitável para, dias depois, dizer que «o Estado português esgotou todas as vias diplomáticas». Este comprometer atraso na posição do Governo português levou mesmo o embaixador da Espanha em Lisboa a afirmar que «o assunto em Portugal agudizou-se, por se ter desenvolvido em período eleitoral».

O silêncio do Governo português era acompanhado também pelo

A hesitante posição que o Governo de Cavaco Silva tomou relativamente a este assunto atingiu o ridículo, mais recentemente, quando foi tornado público um relatório por si apresentado junto da CEE onde, a propósito da política energética nacional, o governo demitido aponta para o ano 2000 a construção em Portugal de uma central nuclear.

Surgida nesta altura, precisamente, esta posição, da parte de um governo demitido é duplamente grave. Subscrita por um secretário de Estado que tem sido porta-estandarte propagandístico em matéria de ambiente é inadmissível. ■

anúncio, feito por Juan Gonzalez da coordenadora antinuclear do Douro, de que os índices de radioactividade na zona de Ciudad Rodrigo, num rio que vem desaguar no Douro, junto a Barca d'Alva, estavam muito acima dos limites aceitáveis devido aos depósitos de detritos de baixa e média radioactividade provenientes das centrais espanholas.

Os protestos

De um lado e do outro da fronteira, não têm faltado as manifes-



tações de protesto, umas mais pacíficas que outras mas todas perfeitamente compreensíveis dada a natureza do problema. Do outro lado da fronteira é a ameaça de desertificação completa de toda uma região, já de si empobrecida. De facto, este cemitério nuclear, por agora travestido de «projecto de investigação», vem juntar-se às minas de urânio em Ciudad Rodrigo, à fábrica de combustíveis de Juzbado e à instalação (projectada) de uma fábrica de reprocessamento, compondo aquilo a que se chama um ciclo nuclear completo. A manifestação de 17 de Maio na Praça Mayor de Salamanca, em que também participaram muitos portugueses, foi a mais significativa afirmação da vontade de, por todos os meios, impedir a instalação do cemitério.

Foi, entretanto, do lado português, em Freixo de Espada à Cinta, que pela primeira vez o problema foi colocado, quando em 23 de Fevereiro a Assembleia Municipal aprovava por unanimidade uma moção contra o projecto, posição que, como já referimos, levaria o deputado comunista Barros Moura a dirigir

tado publicamente algum descontentamento pelo facto de «alguns presidentes de câmara estarem a pretender controlar o processo, mais para o desvalorizar do que propriamente para lhe dar força», («o diário», 21/5/87).

Recentemente a Comissão Ambientalista contra o Projecto de Instalação de um Laboratório de Resíduos Nucleares junto ao Douro Internacional constituída no início do mês no Mogadouro anunciou o lançamento de uma campanha que passa, nomeadamente, por um abaixo-assinado que irá correr a Europa para ser entregue na CEE, tendo em vista que esta não apoie financeiramente o projecto IPES. Tudo indica por isso que a luta não vai ficar por aqui e que, pelo menos até Setembro, irá conhecer outros desenvolvimentos.

E os interesses da CEE?

As autoridades espanholas têm-se esforçado por dizer que o projecto IPES é apenas e só, um projecto de investigação («do ponto de vista nacional e comunitário é necessário fazer pesquisas e a CEE está a ajudar, o que pretendemos é fazer pesquisas» — embaixador da Espanha em Portugal). Há contudo fortes razões para desconfiar e pode mesmo dizer-se que, quanto mais o tempo tem passado, mais dúvidas se têm levantado sobre as intenções do governo espanhol.

Assim, quando o Conselho de Segurança Nuclear da Espanha diz que «o local escolhido é bom porque tem especial configuração geográfica caracterizada pelas grandes profundidades que atinge a partir dos leitos dos rios — os rios cavam vales profundos — pelas extensas formações graníticas em regiões com actividade tectónica e grau de sismicidade muito baixos», deve acrescentar-se que estas são, nem mais, nem menos, as condições exigíveis para um local onde se pretende instalar um cemitério de resíduos radioactivos.

Acresce que há todas as razões para crer que a CEE estaria fortemente interessada neste projecto de investigação do comportamento da rocha granítica. A questão dos resi-

duos é neste momento um dos maiores problemas que a energia nuclear cobre. Até ao momento foram seleccionados três tipos de terrenos onde os detritos são armazenáveis, a saber, minas de salgema (mais utilizado até ao momento) os xistos e os granitos. Se em relação aos xistos existem já projectos apadrinhados pela CEE de estudo do seu comportamento quanto ao armazenamento de detritos, o mesmo não acontece relativamente ao granito. É, por isso, provável que a CEE queira assumir como seu o projecto de Aldeadavilla, concedendo-lhe o financiamento pedido pela Espanha.

E aqui começam os problemas. Se, para a Espanha, a questão dos resíduos nucleares tem que estar resolvida até 1999 e o projecto IPES estende-se até ao mesmo ano, é ou não óbvio que o projecto de investigação se transformará em construção de um cemitério nuclear? E, além disso, tendo ainda em atenção o mesmo considerando, como justificar que a Espanha gaste somas tão avultadas num projecto de 12 anos, quando tem um problema para resolver com séculos de vida, como são os detritos? Como justificar que o projecto seja destinado à fronteira com Portugal, na margem de um rio internacional e não no maciço central da Meseta Ibérica onde existem igualmente solos favoráveis, se não pela razão de que a haver um desastre (nada improvável) ele teria consequências catastróficas, mas só para Portugal? Aliás, os próprios peritos da CEE admitiram já que o projecto IPES, tal como foi apresentado, tem mais características de desenvolvimento industrial do que de investigação científica.

As afirmações para consumo interno bombásticas do secretário de Estado do Ambiente, em período eleitoral, não escondem a passividade do Governo português em todo este assunto. Enquanto o Governo espanhol movimentava os seus interesses e a CEE se prepara, quiçá, para armazenar, também ela, a parte dos seus detritos em Aldeadavilla, Cavaco Silva e o seu Governo aquietam-se, dóceis. A sua função, o seu papel não é defender os interesses de Portugal. ■

O Sudão hoje: problemas e esperança

Mohamed Ibrahim Nugud, secretário-geral do Partido Comunista do Sudão, que na semana passada visitou o nosso país tendo-se encontrado com Álvaro Cunhal e uma delegação do PCP, concedeu uma entrevista ao «Avante!», que passamos a reproduzir.

«Avante!»: **Pode caracterizar a situação política no Sudão, emergente do golpe militar de Abril que depôs Numeiry?**

Mohamed Nugud: Em primeiro lugar, não foi um golpe de Estado que derrubou Numeiry. Ele foi derubado por uma greve política e um levantamento de massas. Os soldados e os jovens oficiais que simpatizavam com o levantamento de massas recusaram-se ir para as ruas salvar o regime de Numeiry e pressionaram os generais para intervir, declarando a sua queda e a dos órgãos políticos do seu governo, negociando com a Aliança Nacional com o objectivo de se formar um novo executivo e se declarar um período de transição de um ano, no final do qual se realizariam eleições e se estabeleceria um governo civil, após demissão do governo militar e da própria qualidade de generais das altas patentes envolvidas no compromisso.

E foi o que aconteceu. Era impossível aos generais continuar no poder após o período de transição.

A Aliança Nacional é uma frente que inclui quer os partidos, quer as organizações sindicais que conduziram a greve política. No final do período de transição realizaram-se eleições e neste momento existe uma democracia parlamentar civil. Por isso podemos caracterizar a situação política com a queda da ditadura militar de Numeiry e o restabelecimento da liberdade política. Naturalmente que o Conselho Militar dos generais de Numeiry constituiu um travão ao desenvolvimento do movimento de massas, instituindo (por exemplo) uma lei eleitoral de características tradicionalistas e conservadoras, ou opondo-se à revogação de leis antidemocráticas instituídas por Numeiry, nomeadamente as leis islâmicas de Setembro de 1983, o «código de trabalho», etc.

Agora, globalmente, existem no país liberdades democráticas, de livre expressão e reunião, o Partido Comunista está legalizado e representado no Parlamento, etc.

«Av.»: **Antes do derrube de Numeiry a situação económica do país era grave, nomeadamente pela sua sujeição aos ditames do FMI. Como estão hoje as coisas, neste campo?**

M.N.: A situação económica era de facto séria, como consequência dos ditames do FMI, mas também por causa da seca e da fome. Infelizmente as medidas tomadas nos últimos dois anos não foram à raiz dos problemas: continua a inflação, escasseiam os bens essenciais, os salários continuam abaixo dos níveis de subsistência, o desemprego alastra. O perigo da fome foi afastado devido ao facto de ter chovido nos últimos dois anos e a produção agrícola ter sido adequada — embora, devido às dificuldades de transporte, não houvesse sido possível coordenar convenientemente os fluxos para os mercados abastecedores.

Mas, para além disto, verificou-se uma quebra nos preços internacionais de importantes produtos que exportamos, o que desemboca em défices nas balanças comercial e de pagamentos. A nossa dívida externa continua a ser um pesado fardo de mais de 11 000 milhões de dólares. Só na importação de petróleo gastamos mais que todas as receitas realizadas na exportação. Entretanto a indústria está em mau estado, encerraram muitas fábricas e as que ainda se mantêm em laboração, fazem-no a 25% da sua capacidade. Carecemos de energia eléctrica, de sobressalentes, de parte das matérias primas. O FMI tem vindo a pressionar para que se desvalorize a moeda, o que tem provocado forte oposição, enquanto estão em curso negociações como FMI no sentido

de se obter algum alívio na pressão das suas exigências.

«Av.»: **O Sudão de Numeiry era um peão da estratégia dos EUA na região. Qual o papel que hoje tem ou pode ter o vosso país?**

M.N.: Após o levantamento de massas, o Sudão proclamou uma política de não-alinhamento. Os EUA perderam muitas das concessões que Numeiry lhes havia cedido — por exemplo, há dois anos que a Força de Intervenção Rápida não efectua manobras no nosso território. Foi igualmente interrompido o envio de armas para Hissan Habré a partir das nossas fronteiras, tal como o território nacional deixou de ser utilizado como campo de treino dos inimigos da Líbia, Yemen do Sul e Etiópia (pelo menos no que respeita aos dois primeiros países, já não existem estes campos).

No conjunto, o Sudão pratica uma política externa equilibrada, as

Entrevista com secretário-geral do Partido Comunista do Sudão

maior perigo que enfrenta hoje a democracia no Sudão?

M.N.: O país enfrenta problemas muito sérios. Exemplos: guerra civil no Sul, dívida externa, colapso total do sector produtivo da economia, crise económica e financeira, paralisação das infra-estruturas, o arsenal de leis antidemocráticas do regime de Numeiry, etc.

O governo de coligação dos dois principais partidos não tem sido capaz de enfrentar estes principais problemas mas, por outro lado, as massas populares continuam a exigir o cumprimento das medidas que inspiraram o levantamento de 1985,

gostaríamos que comentasse as actuais relações do Sudão com a Etiópia e o Egipto.

M.N.: Após o levantamento de massas, o nosso povo tornou claro que defende relações de boa convivência com todos os nossos vizinhos. O Sudão tem fronteiras com oito países africanos; de entre todos, são as relações como Egipto que têm particular significado histórico. Estas relações deterioraram-se pelo facto de o regime egípcio ter sempre apoiado o regime de Numeiry e de lhe ter concedido abrigo após o seu derrube. De qualquer forma estão a ser feitos esforços



«O Sudão enfrenta problemas muito sérios. Exemplos: guerra civil no Sul, dívida externa, colapso total do sector produtivo da economia, crise económica e financeira (...)»

relações com a União Soviética e os restantes países socialistas foram melhorados, tal como aconteceu em relação aos países não alinhados.

Mas os EUA esforçam-se por recuperar a sua posição preponderante, utilizando como instrumentos de pressão quer a assistência que prestam ao Sudão em trigo e farinha, quer as instituições do FMI e do Banco Mundial. O peso estratégico do Sudão cresceu muito nos últimos 15 anos no que respeita à estratégia dos EUA para o Mar Vermelho, o Oceano Índico, a África Austral, Central e Oriental.

Acrescente-se que foi descoberto petróleo no Sudão durante o período do regime de Numeiry. Uma camada de capitalistas parasitários, de especuladores e de burocratas corruptos, em ligação com os monopólios estrangeiros, constituem uma camada social que funciona como cavalo de Tróia do imperialismo norte-americano.

«Av.»: **E quanto à situação política? Como evoluiu ela? Qual o**

em particular a solução pacífica para a guerra civil do Sul, a reabilitação da economia, a melhoria das condições de vida e uma mais ampla democratização.

As massas atribuem grande importância à convocação de uma Conferência Nacional Constituinte que possa resolver o problema da guerra civil por meios pacíficos e decidir do futuro político, económico, étnico e social do Sudão, com base na igualdade de todas as nacionalidades e numa justa atribuição das riquezas nacionais.

A última crise governamental ocorreu há duas semanas, culminando com uma remodelação, e constitui a expressão do fracasso dos dois partidos do governo de coligação na resolução dos problemas do país. A remodelação não constitui solução. A questão reside na política do governo e, a menos que este tome posições mais firmes na solução destes problemas, não haverá remodelação que os possa resolver.

«Av.»: **Uma última questão:**

para a melhoria das relações com o Egipto.

Relações de vizinhança com a Etiópia, são da maior importância. Existem obstáculos resultantes da guerra no Sul do Sudão e da guerra na província da Eritreia, na Etiópia. Defendemos soluções pacíficas para ambos os problemas e pensamos que existem possibilidades para a concretização de tais soluções.

Para terminar, gostaria de transmitir a nossa solidariedade fraternal com os comunistas, democratas e patriotas portugueses e com todas as forças que defendem a Revolução do 25 de Abril.

Também gostaria de exprimir o nosso apreço pela solidariedade do vosso partido, da classe operária e do povo português para com a luta do povo sudanês, tal como gostaria de exprimir os agradecimentos à direcção do vosso partido pelo acolhimento muito caloroso e precioso tempo que nos dispensaram. E esperamos, no futuro, ver um correspondente do «Avante!» no Sudão! ■

No dia 8 de Junho encontrou-se de visita a Portugal uma delegação do Partido Comunista do Sudão, composta por Mohamed Ibrahim Nugud, secretário-geral do PCS, e Mohamed Mahjoub Osman, secretário das Relações Internacionais.

A delegação do Partido Comunista do Sudão foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, e encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Durante os encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, aspectos da situação internacional e outras questões de interesse comum.

A delegação do PCP sublinhou o apreço dos comunistas portugueses pela luta desenvolvida pelo PCS em defesa dos interesses da classe operária e do povo sudanês e pelo seu importante papel no levantamento popular em conjunto com outras forças democráticas e patrióticas que pôs termo à ditadura de Numeiry. Expressou a solidariedade do PCP à luta dos comunistas sudaneses, em conjunto com todas as forças patrióticas, pela democratização do país e a solução dos complexos problemas do Sudão.

A delegação do PCS pôs em evidência a repercussão internacional da revolução portuguesa e exprimiu a solidariedade dos comunistas sudaneses à luta do PCP em defesa das conquistas do 25 de Abril e do regime democrático que as consagra.

Foi manifestada a vontade comum de fortalecer as relações de fraternal amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCS. ■

Pontos Cardeais

Fazer jornais

Na última edição do semanário «Expresso», Vicente Jorge Silva prossegue a sua europeísta e modernista cruzada (e nós a pensar que elas eram medievais) em prol da «clarificação da esquerda», e dos resultados bipolarizantes nas próximas eleições legislativas.

A propósito de um documento subscrito por algumas personalidades apelando à «formação de uma maioria de esquerda democrática» e sobre o qual nem sequer vem ao caso julgar, diz Vicente Jorge Silva que, entre outros partidos o PCP não estaria interessado numa «clarificação da paisagem política da esquerda, onde o PS tenderá (o sublinhado é nosso) a aproximar-se de uma representação mais efectiva da sua base eleitoral tradicional». Aqui, ainda um pouco envergonhado, mas vejamos mais adiante. Diz quase a terminar Jorge Silva que os subscritores desse documento procuram «domesticar e descaracterizar os futuros resultados eleitorais em nome desse complexo de terceira idade que é o frentismo antifascista». Aqui a vergonha

perde-se. Não vem ao caso falar do referido documento, já o dissemos. O que choca é a forma como, com o ar mais convicto deste mundo se procura tornar real aquilo que é uma inverdade. Vicente Jorge Silva, aliás como é apanágio de alguns «modernistas» prosadores da nossa praça, fala dos resultados eleitorais, não como se eles estivessem para ser, mas antes como se eles já fossem, porque mais ninguém vê e todos os outros são anquilosados. Quando a direita fala de mudanças do sistema eleitoral de forma a desvirtuar, aí sim, os resultados, Vicente Jorge Silva aplaude e diz que é moderno e tem que ser. Quando, ainda que de forma ambígua como é o caso se apela à convergência então aqui del-rei que estão a «descaracterizar» e a «domesticar» (esta é boa) resultados que ainda por cima nem se conhecem mas a que, a julgar pela certeza com que sobre eles discorre, o articulista por certo já teve acesso. Afinal, o que se pretende é tentar o velho truque da «mentira tantas vezes repetida que se torna verdade». e assim se fazem jornais.

Identidades

O «Semanário» continua a espremer as meninges. Como continuar a publicar sondagens, em tempo de proibição? Primeiro foi aquela de fazer de uma sondagem uma espécie de apanhado de opinião «entre os jornalistas». Agora é o truque de «ter acesso» a uma sondagem «realizada em Maio»... Com o título de que a «Maioria do eleitorado do PSD queria Freitas» e com alguns números a provar essa vontade «social-democrata» pela «democracia-cristã», o artiguinho mostra, porém, outros motivos de interesse. Então não é que acaba por concluir que o PCP é o mais identificado de todos os partidos? Para quem, como a direita, não se cansa de dizer que os comunistas se escondem atrás de outras siglas, os números apresentados deveriam constituir uma lição. Segundo

os números, o PCP é identificado «como comunista» por mais de 72 por cento de inquiridos; do PSD, no entanto, pouca gente sabe o que ele é, há pelo menos 41 por cento que não o sabem identificar. Uns dizem que é da «direita europeia», outros liberal e outros democrata-cristão. Alguma destas coisas será. Social-democrata é que não parece. Saberá Cavaco que partido dirige?

Trânsitos

A direita também sabe ser franca, sobretudo quando perora, muito analítica e penteadinha, sobre os «rumos da Nação». No citado «Semanário» um esforçado preenchedor de colunas de análise põe logo esta, em antetítulo: «Constância vai pela esquerda. Ainda bem. Devia derrotar Eanes. Seria bom». Estão a ver como a direita está contente com a estratégia eleitoral do PS? Tão contente está que até ajuda a compor o ramalhete, garantindo que «estais a ir pela esquerda». Já agora — e pegando na alegoria do trânsito — se isso é ir pela esquerda, só se for para se encontrar com a direita que vem em sentido contrário. E isso pode dar outra vez desastre...

Bandeirinhas

Diz assim o judicioso «Semanário», a propósito dumas bandeiras azuis da CEE a espetar nas praias portuguesas como «prémio de bom comportamento»: **Prorrogado o prazo para a entrega de candidaturas das praias à «Bandeira Azul Europeia», só no próximo mês se saberá, ao certo, quais as que, em Portugal, vão merecer o troféu. Com o juízo feito pela Fundação para a Educação do Ambiente na Europa (eles ajuizam — eles — sobre se prestamos ou não prestamos, veja-se bem!), as praias portuguesas premiadas terão, com o mapa da Europa cravejado de bandeiras azuis espalhado pelo mundo turístico, a maior campanha de promoção de borla com que Portugal nunca sonhou.** Quer dizer: os portugueses, cada vez mais desempregados, sobreexplorados e empobrecidos com o rico negócio da CEE, passam cada vez mais as férias em casa (quando as têm — as férias e as casas), pelo simples facto de que não têm um tusto para se deslocarem às praias do seu País; em compensação a Europa da CEE resolve apropriar-se das nossas praias, decidir as que prestam e não prestam (eles, que não têm praia que preste) e espetar-lhe bandeirinhas como quem escolhe a presa. E há gente por cá que exulta, contente por tal coisa que «Portugal nunca sonhou». Nem podia sonhar. A não ser em pesadelo.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

A TVÍGARA

Todo o dia a gente vê o Cavaco na TV não se sabe bem porquê e a dizer não sei o quê...

Anda como governante o paleio leva e traz vai de trás para diante vai de diante para trás. De caixeiro viajante anda como governante...

Todo o dia a gente vê o Cavaco na TV não se sabe bem porquê e a dizer não sei o quê...

Outras vezes vê-o a gente em reuniões de fadário falar como dirigente particular, partidário dá à língua dá ao dente dirigente, é o seu fadário...

Todo o dia a gente vê o Cavaco na TV não se sabe bem porquê e a dizer não sei o quê...

Muita vez não se sabe a gente vendo-o no écran sinistro se está como dirigente ou se está como ministro viaja como ministro fala como dirigente...

Todo dia a gente vê o Cavaco na TV não se sabe bem porquê e a dizer não sei o quê...

É um eleitoralão é uma eleitoralice. Onde é que está a isenção de que já tanto se disse?

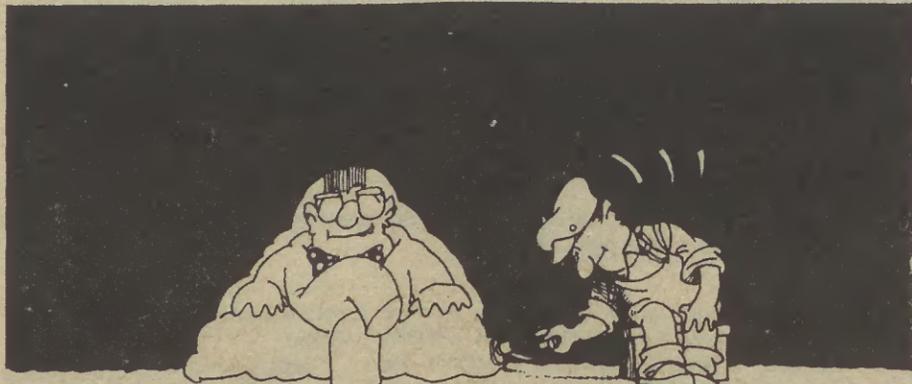
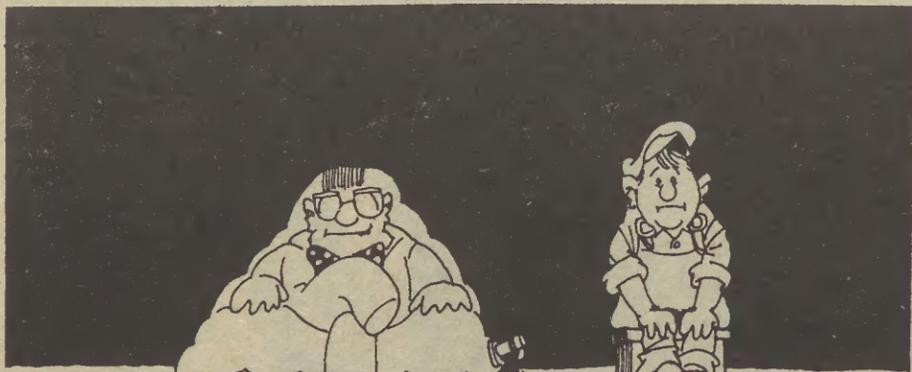
Mas que grande confusão! Mas que grande vigarice!

Mais uma barretice

Por conta não se sabe bem de quê (não se sabe por enquanto, já se vê...) Barreto, contra quem tudo reclama mandou que se entregasse a uma dama grossa maquia que seria de grande utilidade a quem quisesse trabalhar, mas de verdade.

Pobre deste País embarretado onde o pobre empobrece onde o rico enriquece e onde, quem nada tem, só tem cuidado onde se tira o ar a quem quer trabalhar para o dar a quem só o quer gastar...

Vai-te Barreto, que nos dás azar!



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 703

17 de Junho de 1987

4.º Caderno

Não pode, ser vendido
separadamente

Álvaro Cunhal

Quinta 18

Distrito de Évora

- Arraiolos — 11.30 — Festa do Campo.
- Estremoz — 12.30 — Almoço-convívio na Escola Secundária.
- Borba — 14.30 — Encontro com a população no Jardim.
- Alandroal — 15.00 — Encontro com a população na Praça da República.
- Santiago Maior — 15.50 — Encontro com a população no largo da Casa do Povo de Pias.
- Monteito — 16.40 — Encontro com a população junto ao Parque Infantil.
- Aguiar — 17.30 — Encontro com a população junto ao abrigo da Rodoviária Nacional.
- Viana do Alentejo — 18.15 — Encontro com a população no Rossio.
- Alcáçovas — 19.00 — Encontro com a população no jardim Alexandre Herculano.
- Montemor-o-Novo — 21.30 — Comício junto ao Teatro Curvo Semedo.

Sexta 19

Concelho da Amadora

- 16.00 — Encontro com trabalhadores da Sorefame.
- 17.30 — Encontro com trabalhadores da zona industrial da Venda Nova, junto à Cometna.
- 18.00 — Encontro CDU com intelectuais, artistas e dirigentes associativos, na Quinta de S. Miguel (Tivoli).
- 19.30 — Jantar-convívio com os trabalhadores da Heska.
- 21.30 — Comício CDU no Parque Central (Polidesportivo). Com Álvaro Cunhal Secretário-Geral do PCP, Herculano Pombo de «Os Verdes», Salvado Sampaio da Intervenção Democrática e Armando Romão, vereador da Câmara Municipal da Amadora.

Sábado 20

Lisboa

- 10.00 — Encontro com a população em Olivais Sul, junto ao Pão de Açúcar.
- 10.45 — Encontro com a população dos Olivais Norte, na Quinta do Morgado (Marvila).
- 11.30 — Encontro com a população do Bairro Chinês (Marvila).
- 13.00 — Almoço-convívio em Marvila no salão do Vale Formoso.
- 18.30 — Encontro com a Juventude, no Parque Eduardo VII.

Barreiro

- 21.30 — Comício no Parque Catarina Eufémia.

Domingo 21

Lisboa

- Encontros com as populações de:
- 10.00 — Galinheiras, na praça junto ao Centro de Trabalho.
- 10.30 — Musgueira Norte.
- 10.45 — Musgueira Sul.
- 11.30 — Bairro da Boavista, largo dos Reformados.
- 12.15 — Casal Ventoso, na Meia-Laranja.
- 13.00 — Almoço-convívio, na escola da Mata da Ajuda.
- 16.00 — Comício, Póvoa de St.ª Iria, largo do Grémio.
- 17.00 — Mini-comício em A-dos-Loucos, no Largo 1.º de Maio.
- 18.00 — Comício em Vila Franca de Xira, no jardim.
- 19.30 — Jantar, na Sociedade Euterpe Alhandense.
- 21.30 — Odivelas (Loures), comício.

Terça, 23

Lisboa

- 22.30 — Hotel Roma — Participação no Encontro de Candidatos CDU Trabalhadores da Função Pública

Quarta 17

- Venda Nova (Amadora) Sessão, às 21.30, no largo da Escola, com Vasco Gonçalves.
- Vila Franca de Xira Sessão, às 21.30, com Jerónimo de Sousa
- Real (Braga) Sessão-festa, às 21.00, na Junta de Freguesia. Intervenção de candidatos e do conjunto Cantares da Terra.

- S. Domingos (Estremoz) Sessão, às 21.00, na sala da Junta de Freguesia, com Lino de Carvalho.
- Ermesinde Sessão-debate, às 21.30, sob o tema «Portugal e a CEE — Um Ano de Balanço», na Casa do Povo, com António Osório.

- Porto Debate, «A Voz e a Vez das Mulheres», às 21.30, no Hotel Tuela. Também aqui, realiza-se uma reunião sobre «Saúde — as Propostas e a Campanha da CDU no Porto».

- Sé (Porto) Noite de Fado, às 21.30, no Largo Actor Dias.

- Armamar Festa-convívio, no Largo do Jardim, com Carlos Fraião.

- Bobadela (Loures) Sessão, às 21.30, com Rosa Coutinho

- Ponte da Barca Festa para a Juventude, às 21.00, com o Conjunto Arco Iris.

Quinta 18

- Paredes A partir das 09.00, acção de propaganda na Feira.

- Peniche Convívio-jovem com discoteca, a partir das 10.00, na Escola Secundária.

- Malveira da Serra Sardinhada, a partir das 13.00, frente ao posto médico, com Joaquim Labaredas.

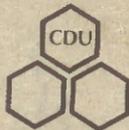
- Vila Franca de Xira Almoço, às 13.00, com Vasco Gonçalves.

- Ourorela (Oeiras) Sessão, às 21.30, com Rosa Coutinho

- Trafaria 4.ª Assembleia de Organização, às 10.00, na SRM Trafariense (Verbena), com a presença do camarada Domingos Abrantes, seguido de espectáculo com Luisa Basto, Jorge Lomba e João Fernando.

Sexta 19

- Viana do Castelo Arraiol CDU, com três palcos, no Jardim D. Fernando.



Eleições para o parlamento europeu
tempos de antena
CDU na rádio

FAÇA-NOS PERGUNTAS
SOBRE A CEE
E SOBRE
O QUE HÁ A FAZER
PARA DEFENDER
OS INTERESSES NACIONAIS

Poderá contactar-nos todos os dias úteis, a partir de 15 de Junho, pelo telefone 77 91 48. As suas perguntas serão gravadas e respondidas ao longo das emissões dos Tempos de Antena da CDU, a serem transmitidos na RDP/Antena Um e R. Renascença a partir do dia 29 de Junho

CONTACTE-NOS!

- Carnaxide Sessão, às 21.30, na Sociedade Filarmónica, com Jorge Lemos.

- Vila Franca de Xira Sessão, às 21.30, na colectividade da Sub-Serra, com Veríssimo Silva.

- Loures Sessão, às 21.00, no Centro da Terceira Idade, com Luisa Amorim.

- Moscavide As 21.00, sessão na Casa da Cultura, com Jerónimo de Sousa e Blasco Hugo Fernandes.

- Queluz/Sintra Porta-a-porta, a partir das 15.00 com Octávio Teixeira.

- Pero Pinheiro Sessão, às 21.00, com José Casanova.

- Cascais O camarada Octávio Pato, visita o concelho: 15.00, Matosinhos; 18.00, minicómio em Trajouce; 19.00, Carcaelos; 21.30, Tires, comício na colectividade 1.º de Maio.

- Vila Franca de Xira O camarada Dias Lourenço estará: às 10.00, visita a empresas; 12.00, almoço-convívio na Argibay; 18.00, minicómio, junto à Previdente; 19.00, jantar na Arceira.

- Cabeção Debate, às 21.00, com João Paulo.

- Brotas Debate, às 21.30, na Casa do Povo, com António Gervão.

- Granja Sessão, às 21.00, na Casa do Povo, com Celino Silva.

- Vendas Novas Sessão da Juventude, às 21.30, no Centro Cultural, com Lino de Carvalho.

- Nogueiro (Braga) Sessão, às 21.00, na Escola Primária.

- Panoias (Braga) Sessão, às 21.00, na Junta de Freguesia.

- Oliveira do Douro (Gaia) Festa CDU, às 21.30, no Largo da Lavadeira, com Carlos Costa.

- Povidém Festa, às 21.00, no Jardim Público.

- Famalicão Festa, às 21.00, na Praça de Miranda.

- Reguengo Festa da CDU, às 21.30, com João Paulo.

- Bencatel Sessão, às 21.00, com Lino de Carvalho.

- Murteira Minicómio, às 17.30, com Fernanda Mateus.

- Brandão Sessão, às 21.30, na Escola Primária n.º 1, com António Barga.

- Magreia (Lamego) Sessão e filme, às 21.00.

- Carvalho Encontro de candidatos CDU com a Junta de Freguesia, às 21.30.

- Abrantes 2.ª Assembleia de Organização Concelhia, às 15.00, no 1.º andar do convento S. Domingos, intervenção do camarada Dias Lourenço.

- Maia Festa, às 16.30, no Bairro do Sobreiro, com Carlos Costa.

- Avintes (Gaia) Festa Popular, às 21.30, no Palco Auditório, com Carlos Costa.

CDU

Jantar-convívio

promovido por uma comissão de apoio de intelectuais de Lisboa

Participação de Álvaro Cunhal

Casa do Alentejo
26 de Junho — 20.30 h

Inscrições no CT Vitória/Sectores Intelectuais

- Pedroso (Gaia) Sessão, às 21.30, no armazém da Junta de Freguesia.

- Santa Marinha (Gaia) Festa Popular, às 21.30, no Jardim do Candal, com Ilda Figueiredo e José Batista.

- Valongo Noite de Fado, às 21.30, no Largo Machado Santos, com Alberto Andrade e Oliveira Dias.

- Amarante «A CEE e os Problemas dos Agricultores», às 10.00, debate com Rogério de Brito, na Escola Primária de S. Gonçalo.

- Santo Tirso Debate, sobre «a CEE e os Problemas dos Agricultores», às

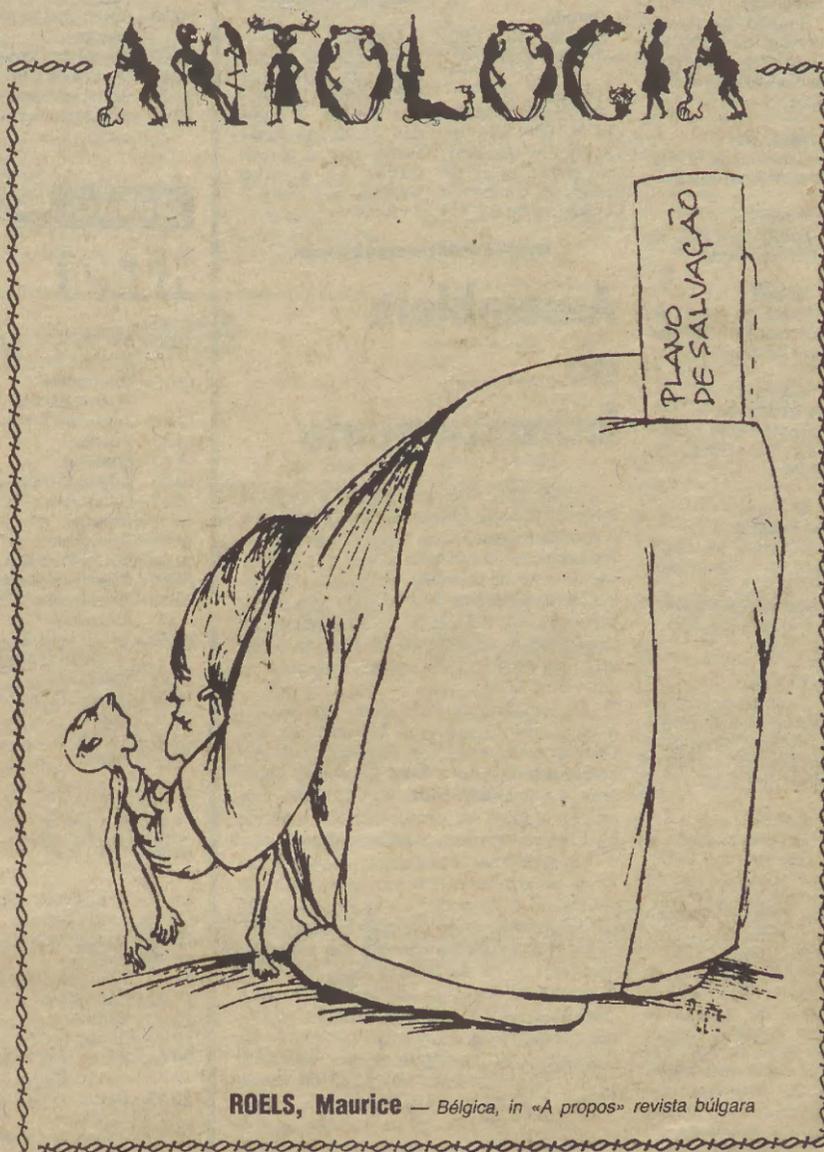
- 15.00, na Escola Primária do Conde S. Bento, com Rogério de Brito.

- Porto Caravana CDU, concentração às 10.00 na Praça da Liberdade. Das 13 às 15.00, piquenique no Parque da Cidade (à Circunvalação), com a presença de candidatos da CDU.

- Roriz Sessão, às 21.30.

- Campanhã (Porto) Festa da CDU, às 21.30, na Comissão de Moradores do Bairro de Contumil.

- Santo Isidoro Festa da Juventude, às 21.30 no Lugar do Cruzeiro, junto à Igreja.



ROELS, Maurice — Bélgica, in «A propos» revista búlgara

Agenda / *Avante!*

• **Parada**
Sessão, às 21.30.

• **Rio Mau**
Festa Popular, às 21.30, com Helena Medina.

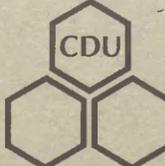
• **Paços de Ferreira**
A partir das 09.00, acção de propaganda na Feira do Cò.

• **Murtal (Cascais)**
Sessão, às 2130 com José Casanova.

• **Lisboa**
O camarada Octávio Pato, terá encontro com a população de Sapadores, às 10.30; 11.00, mercado de Arroios. Em Alenquer, às 15.00, minicomício em Aldeia Galega; 15.45, Palos; 16.30, Armelro; 17.45, Vale Benfeito; 18.00, Aldeia Galega; 19.00, Meca; 20.00, jantar com jovens em Alenquer; 21.30, comício no Carregado.

Também no Parque Eduardo VII, Grande Festa da Juventude, com o seguinte programa: 10.00, jogos tradicionais, desporto, pintura de painel, decoração do Parque; 13.00, piquenique, animação, chegada da caravana; 15.00, início do espectáculo A Música da Malta; 17.30, início do Grande Espectáculo; 18.30, intervenção do camarada Álvaro Cunhal; 19.30, continuação do espectáculo; 24.00, encerramento da Festa.

19 Junho Comício



CDU

com **ÁLVARO CUNHAL**
Secretário-Geral do PCP

HERCULANO POMBO
Candidato e Membro do Cons. Nacional do Partido "Os Verdes"

SALVADO SAMPAIO
Candidato e Membro da Intervenção Democrática

ARMANDO ROMÃO
Vereador da Câmara Municipal da Amadora

19 JUNHO • 6.ª FEIRA • 21,30 H.
PARQUE CENTRAL
(POLIDESPORTIVO) • AMADORA

• **Lousada**
Festa Popular, às 15.30. Intervenção política por Edgar Correia e a presença de Samuel.

• **S. Tomé de Negreiros**
Visita aos cafés da freguesia seguida de debate, na Escola Primária da Mourinha às 15.00.

• **Vila do Conde**
Porta-a-porta a partir das 10.00.

• **Amarante**
Almoço-convívio, às 13.00 no Mercado do Povo com Vasco Gonçalves.

• **Vila do Conde**
Encontro, das 17.00 às 20.00 com Vasco Gonçalves, Raul de Castro e Joaquim Cancela, no restaurante Praia Azul.

• **S. Domingos de Rana**
Sessão, às 16.00, com Rosa Coutinho.

• **Paredes**
Sessão, às 21.00, com Rosa Coutinho.

• **Lisboa**
O camarada Octávio Pato, terá às 13.00 um almoço, com comerciantes da Baixa, na Guilherme Cossul. Às 16.00, encontro com a população da freguesia do Castelo.

contro com a população da freguesia do Castelo.

• **Azambuja**
O camarada Dias Lourenço, estará às 12.30 num almoço no pinhal da Azambuja; às 17.00, encontro com jovens na Arrifana; 18.30, minicomício em Quebradas; 19.30, minicomício em Tagarro.

• **Amarante**
Debate: Portugal e a CEE — um ano de balanço. Com Barros Moura, deputado e candidato da CDU ao Parlamento Europeu. Às 21.30.

• **Santarém**
A partir das 21.00, festa popular da CDU no Lg. Manuel António das Neves com a participação de candidatos pelo distrito.

• **Lisboa**
Encontro de candidatos da CDU com trabalhadores da Função Pública. A partir das 21.00, no Hotel Roma, com a participação de Álvaro Cunhal, que intervirá às 22.30.

Assembleia no Entroncamento

Tendo como principais objectivos melhorar a organização do Partido, o trabalho político e a ligação às massas, e dinamizar em melhores condições a luta pela defesa dos interesses do povo do concelho, a Comissão Concelhia de Abrantes do PCP marcou para o próximo sábado, dia 20, a 2.ª Assembleia da Organização, também ela inserida na acção dos comunistas para a vitória da democracia em 19 de Julho.

Os trabalhos da Assembleia vão decorrer a partir das 15 horas no Convento de São Domingos (1.º andar). A intervenção de encerramento caberá a Dias Lourenço, membro da Comissão Política do PCP, que também participará no almoço-convívio marcado para as 12.30 horas, no mesmo local.

Os problemas económicos, sociais e culturais do concelho têm sido profundamente estudados e discutidos na fase preparatória da Assembleia, assim como as tarefas necessárias para o desenvolvimento da actividade partidária. A 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Abrantes apresentará propostas concretas para a resolução desses problemas, como refere ao Avante! a comissão organizadora da importante reunião, assumida com «responsabilidade acrescida devido ao período em que se vai realizar».

Como sublinham os camaradas do Entroncamento há que preparar ainda melhor o Partido para a campanha eleitoral.

Domingo 21

• **Soajo (Arcos de Valdevez)**
Festa para a Juventude, às 16.00, com o conjunto «Barra de Cá».

• **Glória (Estremoz)**
Sessão, às 21.00, na sala da Junta de Freguesia, com Lino de Carvalho e Celino Silva.

• **Alcanena**
Convívio, às 21.00, com António Conde.

• **Povollite**
Festa da CDU, às 17.30 no Largo.

• **Routar**
Festa, às 16.00 na Associação, com Jaime Gralheiro.

• **Canas de Senhorim**
Sessão com projecção de filme, às 21.00.

• **S. João da Pesqueira**
Convívio, às 16.00, com sardinha assada.

• **Lentelous do Rio**
Piquenique CDU, às 15.00.

• **Ucanha**
Sessão-festa, às 16.00, com o Grupo «Trigal», intervenções de Carlos Fraião e Mário Ferreira.

• **Campo (Valongo)**
Sessão, às 15.30, no salão da Junta de Freguesia, com Carlos Costa.

• **Valadares**
Piquenique, a partir das 11.00, junto à praia de Valadares (em frente à colónia de férias da CP). Levar farnel. Durante a tarde, festa com sardinha e caldo verde, com a presença do camarada Carlos Costa.

Quarta 17

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho», 116.º epis.
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 — Telejornal
20.00 — Bolsa Dia a Dia
20.05 — Boletim Meteorológico
20.10 — Vamos Jogar no Totobola
20.30 — Telenovela: «Palavras Cruzadas», 112.º epis.



21.15 — Lotação Esgotada: «O Candidato», real. Michael Ritchie (EUA/1972, 110m)
23.20 — 24 Horas
23.50 — Remate

RTP2

14.15 — Telenovela: «Os Imigrantes», 21.º epis.
15.00 — Agora, escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.00 — Simon Show
20.05 — Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Montra de Livros
21.35 — Série: «Paródia»
22.00 — O Som da Surpresa — Jazz

Quinta 18

RTP1

10.00 — Às Dez
11.00 — Missa
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Exodus
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 — Telejornal
20.00 — Bolsa Dia a Dia
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 — Série: «ALF—Uma Coisa do Outro Mundo»
21.25 — Telemundo
22.00 — Série: «Primeiro Entre Iguais»
23.05 — 24 Horas
23.35 — Remate

RTP2

13.15 — Telenovela: «Os Emigrantes»
15.00 — Agora, escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.00 — Simon Show
20.05 — Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Montra de Livros

TV O Programa



O Som da Surpresa — Jazz

21.35 — Série: «O Tempo e o Vento»
22.15 — Série: «Soldados»

Sexta 19

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 — Telejornal
20.00 — Bolsa Dia a Dia
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 — A Arte de Bem Cozinhar
21.00 — Noites de Gala
22.55 — O Programa das Festas
23.35 — 24 Horas
00.05 — Remate



00.15 — Pela Noite Dentro: «Os Amores de Uma Adolescente»

RTP2

14.15 — Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 — Agora, escolha!
16.00 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.00 — Simon Show
20.05 — Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Montra de Livros
21.35 — Série: «O Optimista»
22.00 — Troféu
22.30 — Série: «O Soldado Schultz»

Sábado 20

RTP1

09.00 — Juventude e Família
10.00 — Série: «He Man»
10.30 — Série: «David o Gnomo»
11.00 — Série: «Os Amigos do Tejo»
11.25 — Outros Mundos
11.55 — Série: «O Tempo e o Vento»
12.35 — Documentário
13.00 — Jornal de Sábado
13.10 — Série: «Luky Luke»
13.35 — Série: «As Vagas do Tempo»
14.05 — Videopolis
14.50 — Série: «O Mar e a Terra»
15.25 — Concurso: «Quinta do Dois»
18.05 — Série: «O Ano das Bestinhas»
18.35 — Série: «V-A Batalha Final»
19.45 — Totoloto

RTP2

09.00 — Compacto Countdown
13.00 — Compacto Combalacho
16.00 — Troféu
20.00 — Série: «Quem Sai aos Seus...»
20.25 — Série: «O Século Americano»
21.15 — RTP/Dia 30
22.50 — Troféu

Domingo 21

RTP1

09.00 — Juventude e Família
10.15 — TV Mulher
11.00 — Terra de Santa Maria
11.15 — Missa
12.05 — 70X7
12.30 — TV Rural
13.00 — Jornal de Domingo
13.10 — Série: «Portugal de Faca e Garfo»
13.35 — Série: Os Roberts»
14.00 — Arco Íris
15.05 — Primeira Matinée: «O Rebelde Aventureiro», real. William Keighley (Grã-Bretanha/1953, 89m).
16.40 — Clube Amigos Disney
18.55 — Série: «O Justiciero»
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Boletim Meteorológico
20.45 — Uma Vida de Artista — Yves Montand
21.45 — Série: «Dallas»
23.00 — Domingo Desportivo

RTP2

09.00 — Music Box
10.00 — Troféu
12.30 — Caminhos
12.55 — Novos Horizontes
13.15 — Fantasia e Realidade
13.40 — Entre Barreiras
14.10 — Troféu — «Grande Prémio dos Estados Unidos, Fórmula 1»
20.30 — Concordo ou Talvez Não
22.00 — Cine Clube: «Se eu Tivesse um Milhão»
23.30 — Top Video

Segunda 22

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Show Bis»
19.30 — Telejornal
20.00 — Bolsa Dia a Dia
20.05 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»

21.20 — Telefilme: «Edge of the Wind»
22.30 — Prémios Gazeta
23.30 — 24 Horas
23.50 — Remate

RTP2

14.15 — Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 — Agora, escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.00 — Simon Show
20.05 — Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.35 — Música e...
22.30 — Bailado

Terça 23

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Show Bis»
19.30 — Telejornal
20.00 — Bolsa Dia a Dia
20.05 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 — Portugal Sem Fim
21.50 — Série: «Detective Americano»
22.50 — 24 Horas
23.20 — Remate

RTP2

14.15 — Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 — Agora, escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.00 — Simon Show
20.05 — Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Montra de Livros
21.35 — Cinema-Dois: «A Salamandra», real. Alain Tanner (Suíça/1971)

Quarta 24

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.15 — Concurso: «Show Bis»
21.45 — Telejornal
22.15 — Bolsa Dia a Dia
22.20 — Boletim Meteorológico
22.25 — Vamos Jogar no Totobola
23.00 — Lotação Esgotada: «Morte em Veneza», real. Luchino Visconti (Itália/1971)
01.05 — 24 Horas
01.35 — Remate

RTP2

14.15 — Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 — Agora, escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
18.55 — Simon Show
20.05 — Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Montra de Livros
21.35 — Série: «Paródia»

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Em Defesa da Nação	★★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
B	Duma Vez por Todas	★	★★	★★	★★	—
C	A Ópera do Malandro	—	—	★★	—	—
D	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
E	Salvador	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
F	Veludo Azul	★★★	★★★★	★★★	★★★	—

Classificação de * * * * *

A — Real. David Drury — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 B — Real. Joaquim Leitão — Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Ruy Guerra — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.45), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Oliver Stone — Hollywood/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 E — Real. Oliver Stone — Alfa/3 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. David Lynch — Alfa/2 (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Castil (15.30, 18.30, 21.30), Mundial/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Exposições

• LISBOA

Ana Fernandes — Jóias. Galeria de Exposições da Fundação Gulbenkian.

Albert Rouiller — Escultura e desenho. Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

António — Cartoons. Ritz Club, Rua da Glória, 57. Diariamente das 10.00 às 04.00 (até 30/6).

António Inverno — Serigrafias. Varandinha d'Alfama, Beco da Corvina, 1. Diariamente das 18.00 às 24.00 (até 1/7).

Arte Decorativa Georgiana — Espaço Maria Lamas, Associação Portugal-URSS, Rua de S. Caetano, 30. De 2.ª a 5.ª das 15.00 às 20.00, 6.ª encerra às 22.00 (até 26/6).

Artur Bual — Pintura. Gal. de S. Bento, R. do Machado, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 20.00, 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 20/6).

Barbara Hook — Joalharia. Varandinha d'Alfama, Beco da Corvina, 1. Diariamente das 18.00 às 24.00 (até 1/7).

Catarina Castel-Branco — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00.

Clementina Carneiro de Moura — «Patchwork». Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.ª.

Colectiva — Escultura e Pintura. «O Corredor». Av. Miguel Bombarda, 133-A (até 4/7).

Colectiva — Fotografia de Alfredo Cunha, Luís Vasconcelhos e Sérgio Eloy. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 26/6).

Colectiva — Fotografia «Portugal e o Ambiente». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38. Diariamente das 09.00 às 24.00 (até 21/6).

Colectiva — Pintura e escultura. Espaço 2062, Centro Comercial das Amoreiras, loja 2102. Diariamente das 10.00 às 23.00.

Colectiva — ARCO, Rua de Santiago, 18.

Colectiva — Pintura. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.30 (até 30/6).

Colectiva — «Nem objectos nem brinquedos». Casa da Imprensa. Rua da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 20.00 (até 24/6).

Colectiva — Pintura. Escada Centro de Arte. Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª, das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 27/6).

Conceição Silva — Arquitectura-retrospectiva, documental. Soc. Nac. de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

Eduardo Nery — Pintura, colagens, fotografia. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Romualdo — Pintura. Atelier 2. Rua da Emenda, 66-3.ª. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 6/7).

Rui Chafes — Escultura/instalação. Leo. Travessa da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/6).

Sena da Silva — Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 19/6).

Escultura e Cerâmica da Grécia Antiga — (séc. IV a.C.). Forum Picoas, Av. António Augusto de Aguiar.

Exposição de Livros Científicos e Técnicos da URSS. Interlivro, Rua Pedro Nunes, 9-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00 (até 30/6).

Exposição da Primavera — Multiface. CC Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes (até meados de Junho).

IV Exposição Nacional de Gravura — Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Fala Miriam — Pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111, 1.ª. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.00 (até 27/6).

Fernanda Fragateiro — Escultura. Gal. A

Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 15/6).

Francisco Gingeira — Pintura. Galeria Olharte, Calç. do Cardal, 18. De 3.ª a dom. das 16.00 às 20.00 (até 20/6).

Maluda — Pintura «Janelas». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

H. Mourão — Pintura. Galeria Paulino Ferreira. Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00.

Museu dos Correios e Telecomunicações. Galeria Trindade, Largo da Trindade, 16-2.ª.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

João Jacinto — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª Dt.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/6).

Jorge Pinheiro — Pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Jorge Utra Machado — Escultura. Galeria Artemixa, R. de S. Domingos à Lapa, 6.

José Manuel Soares/Angela Vimonte — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade, 20-C. Diariamente das 15.00 às 17.00.

Manuel Nascimento Guimarães — Fotografia. Centro de Arte Moderna, Rua dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Mário Botas — Aguarelas e desenhos a tinta-da-china. Espaço Alliance, Rua Braancamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30.

Mário Castanheira — Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo, Convento da Madre de Deus. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Patrick Procktor — Pintura e serigrafia. IAM Galeria, R. da Misericórdia, 92, 1.ª (até 30/6).

Projectos de Design Industrial — IADE. Palácio Pombal, Rua do Alecrim, 70.

Sérgio Pombo — Pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Teresa Segurado Pavão — «Objectos Têxteis». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar).

Vitor Pomar — Pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111 (até 29/6).

• PORTO

Arte Medieval — Peças de escultura, arte do metal e mobiliário, nacional e estrangeiro dos séculos XII e XV. Casa Museu Guerra Junqueiro, Rua D. Hugo, 32. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 31/7).

Colectiva — Galeria Roma e Pavia. Rua D. Manuel II, 346-B (até 20/6).

Rui Pimentel — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

Arqueologia Naval — Museu Municipal, Convento dos Capuchos (até 28/6) ALMADA.

«Fabrica da Cerâmica» — Museu Nacional da Ciência e Técnica, Rua da Ilha (junto à Sé Velha) — COIMBRA.

Colectiva — Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.

Casas Modernas, Paisagens Antigas — Museu (até 30/6) — GUARDA.

Júlio Pomar — Desenho. Galeria Gilde, Quinta do Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 — GUIMARÃES.

«O Teatro Vive» — Museu Municipal (até 30/6) — LOURES.

António Viana — Pintura. Até 28/6, Pousada do Castelo — PALMELA.

Exposição Venda do Livro sobre a Resistência Antifascista — antes e depois do 25 de Abril — PENICHE.

«William Beckford em Portugal — 1787/1794/1798» — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal o séc. XVIII. Palácio de Queluz — QUELUZ.

Município do Seixal em Exposição — Permanente, no núcleo sede do Ecomuseu Municipal do Seixal — TORRE DA MARINHA.

Carla Marcelino — Aguarelas. Salão do Arquivo Municipal, Rua Reynaldo dos Santos, 18 — VILA FRANCA DE XIRA.

Lima de Freitas — Pintura. Galeria D'Arte — VILAMOURA.

«A Dança vista pelas crianças» — Até 21/6, Solar dos Castros — VILA NOVA DE CERVEIRA.

«Camões e a Sua Obra» — Exposição bibliográfica, iconográfica e medalhística. Sala do Arquivo Municipal. — VILA FRANCA DE XIRA.

Fotografia Contemporânea Mundial — Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 — VILA REAL.

Colectiva. Requite Galeria de Arte. Rua 21 de Agosto, 203. Diariamente até às 22.00 — VISEU.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

A Barraca, Rua Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Diablinho da Mão Furada**, de António José da Silva, enc. de Helder Costa.

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom. às 21.30. **Electra ou a Queda das Máscaras**, de Marguerite Yourcenar, enc. de Filipe La Féria.

Academia Almadense, Almada — **Companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide**. 6.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Fim da Enfermeira João**, de Frank Marcus, enc. de Artur Ramos.

D. Maria II, Rossio — Sala Experimental: **Uma Noite em Chelo**, de Stephen Polliakoff, enc. de João d'Ávila. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom., às 16.30.

1.ª Acto, Algés, 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **A Flor da Pele**, de Consuelo de Castro, enc. de Águeda Sena, pela Comp. Teatro Espaço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Filho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do Operário. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O País do Dragão**, de Tenesse Williams, enc. de Carlos Fernando. Estreia dia 25/4 às 21.00.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. **Quem Tem Favelas e O Pranto de Maria Parda**, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Blanco-Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. **Cá Estão Eles!**, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro do Triângulo, Rua da Cintura do Porto de Lisboa. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **O Físico Prodigioso** de Jorge de Sena, enc. André Nuno.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Lohel Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. **Aqui Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Sala do Povo Portuense, R. do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. às 16.00. **O Tio Vânia**, de Anton Tchekov, enc. de Fernando Umaña, pela Seiva Trupe.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Filho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do Operário. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O País do Dragão**, de Tenesse Williams, enc. de Carlos Fernando. Estreia dia 25/4 às 21.00.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. **Quem Tem Favelas e O Pranto de Maria Parda**, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Blanco-Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. **Cá Estão Eles!**, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. **Cá Estão Eles!**, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. **Merope — Liberdade ou Mortel**, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro os Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **A Noite da Senhora Luciana**, de Copi, enc. de Fernanda Lapa. De 3.ª a sáb., às 21 e 30, dom., às 18.00.

Teatro Universitário, Rua Jorge Viterbo Ferreira, 120. **Leônico e Lena**, de G. Buchner, enc. de António Capelo. Sexta e sáb. às 21 e 30, dom., às 17.00.

• CASCAIS

Espaço TEC, junto ao Pão de Açúcar-Cascais. De 3.ª a dom. às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **Apare-**

ceu a Margarida, de Roberto Athayde, enc. R. Athayde e Graça Lobo, pela Comp. de Teatro de Lisboa.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 5.ª a sáb., 21.30, sáb. e dom. às 17.00. **Tartufo**, de Molière pelo

Para Crianças

• LISBOA

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Dom. às 16.00. «O

Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.

Teatro de Animação Os Papa-Léguas, na Junta de Freguesia de Carnide. **Aqui Há Mistério**. Sábado e dom., às 11.00.

wark e Lateral Pass — todos coreografados por Trisha Brown, que é também 1.ª bailarina.

Preços: de 650\$00 a 1000\$00. A **Companhia Nacional de Bailado** prossegue no S. Luiz a apresentação do programa estreado na passada semana: **La Bayadère**, coreografia de Petipa, música de Ludwig Minkus. **Fado-A Severa** (Fernando Lima/Jaime Silva Pinto), **Double Colchea** (Vicente Nebrada/Benjamin Britten), 4.ª e 6.ª-feira às 21.30, sábado às 16.00.

Música

Na **Gulbenkian** destaque este semana para a apresentação do **Grupo Folclórico dos Pauliteiros de Cérco** no dia 21 às 15.00, no Anfiteatro ao Ar Livre e com entrada livre. Neste mesmo dia,

Diploma, de Luigi Pirandello, enc. de Carlos César, pelo TAS.

Teatro Experimental de Cascais, enc. Rogério de Carvalho.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, R. Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. **Boavida e O**

Colectiva — Fotografia «Portugal e o Ambiente». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38. Diariamente das 09.00 às 24.00 (até 21/6).

Colectiva — Pintura e escultura. Espaço 2062, Centro Comercial das Amoreiras, loja 2102. Diariamente das 10.00 às 23.00.

Colectiva — ARCO, Rua de Santiago, 18.

Colectiva — ARCO, Rua de Santiago, 18.

Sexta, 19, às 21.30, na Igreja Matriz de Aljezur e sábado, 20, à mesma hora, na Igreja Matriz de S. Brás de Alportel, concertos corais pelo Coral Vértice

Domingo, dia 21, às 21.30, na Igreja de Santa Maria de Lagos, recital de música de câmara por Xue Wei, violino, e José Bon de Sousa, piano.

Segunda, 22, às 21.30, na Igreja Ma-

triz de Vila Real de Santo António, concerto pelo **Quarteto de Cordas da Oficina Musical do Porto**

XI Festival de Música do Algarve:

Quinta, 18, às 21.30, na Sé Catedral de Faro, recital de trompete e órgão por **Nelson Rocha e Gerhard Doderer**

...e ainda

Música, debates, etc.

Com Os Verdes rio acima...

Para domingo próximo o Partido Ecológico Os Verdes propõe-nos um programa diferente, fresquinho e instrutivo q.b.

Trata-se de embarcar com eles às 15.30 em Belém no «Setubalense» (às 15.00, o barco vai passar pela «outra banda» para recolher os passeantes do Sul) e «explorar» depois o estuário do Tejo, subindo até à foz do Trancão.

Entre os embarcados vão estar alguns especialistas — do rio e das zonas ribeirinhas —, conhecidos contadores de histórias, candidatos de Os Verdes e do PCP nas listas da CDU: Baptista-Bastos, Jorge Nascimento Fernandes, Silva Dias, Oliveira e Sá, Rui Godinho, Herculano Pombo e Maria Santos. Todos

para o debate — ninguém para discursos...

No fim da viagem, prevista para as 18.30, haverá uma visita guiada a Alfama, uma sardinhada e, por fim, nas escadilhas de S. Miguel, às 21.30, um espectáculo com **Janita Salomé**.

Bailado

A **Trisha Brown Company**, agrupamento norte-americano de dança contemporânea, apresenta-se esta semana no Grande Auditório da **Fundação Gulbenkian**. Os espectáculos realizam-se hoje às 21.30, amanhã às 18.30, dia 19 às 21.30, dia 20 às 21.30 e domingo, dia 21, às 16.00 e às 21.30. Nos três primeiros espectáculos **Set and Reset**, **Opal Look** e **Newark**, no sábado e no domingo **Glacial Decory**, **Ne-**

Tempo

Fim de Semana</

a TV

Ver para descrever

Quem fala da constante manipulação política na televisão portuguesa, não anda a sonhar com ladrões. É ver para crer como S. Tomé. Ou, adaptando a frase à RTP, é ver para descrever...

De facto, não se pode dizer que o PSD, quanto entidade partidária, não levará, sobre os outros, notória vantagem. Mas isso apenas se considerarmos que PSD e Cavaco, que PSD e Governo são entidades desligadas e sem qualquer vínculo entre si. Nesse falsíssimo pressuposto se baseia anedoticamente a RTP.

Bom. O Governo está em funções e não pode ser ignorado, as medidas que toma não podem passar despercebidas. Só o que não deveria passar despercebida era a sua conflituosidade com as funções de um governo de gestão.

Isso a RTP não faz o que configura prática eleitoralista evidente.

Logo, actuação fraudulenta.

Acabar com os Bairros da Lata: já é preciso ter lata!

Mais ridículo ainda seria desvincular o PSD e o Cavaco Silva. Quando o Primeiro-Ministro em exercício... retórico, apregoa epicamente as delícias do seu governo PSD, só mesmo um anjinho não vê a propaganda eleitoral.

Cavaco é a bandeira do PSD. E essa bandeira está sempre no mastro da RTP. Sempre. Sem falhar um dia. Escândalo! E no entanto, os organismos que prometeram fiscalização, caladinhos que nem ratos.

Voltemos ao tema inicial: algumas medidas do governo digestório poderiam ser objecto da respectiva notícia.

Mas vejamos, a título de mais um exemplo, o que se passou no Telejornal do dia 11 de Junho.

Esteve para aí, comendo, bebendo e passeando (rica vida!) uma delegação do Conselho da Europa para os direitos humanos ou coisa parecida.

Por acaso até achei um piadão ao seguinte pormenor, aliás referido na reportagem. Com o desprate que é apanágio dos bem instalados quando tratam esses assuntos.

Eu conto. A certa altura, foi esclarecido que o sobretudo Conselho para os Direitos Humanos apenas contemplava assuntos culturais e do âmbito da Justiça. Não cabiam no seu pelouro a saúde, a habitação, a instrução e o trabalho. Ou seja, em matéria de direitos humanos o capitalismo fica-se pelo folclore...

Voltemos à vaca fria, salvo seja.

Houve o tal congresso e quem esteve no poleiro, com um discurso empolado a que só faltou a coda lógica: «e agora, votem todos no PSD...!!

Não ficaram por aqui, porque logo depois nova arancada demagógica: a destruição progressiva dos bairros da lata, mercê da construção de novas casas, enfim, o costume. Já é preciso ter lata!

A subida ao Calvário, ou ao calvacário, se preferirem, terminou com uma sessão das condecorações em que a figura do Primeiro-Ministro esteve novamente em foco.

Impressionante, o massacre continua. Estava-se mesmo a ver que ia dar nisto, de modo que a inocência não pode nunca funcionar como alibi, mas sim como cumplicidade.

Informação — provocação

A manipulação continua no plano internacional. O tema fulcral é agora a visita do Papa à Polónia.

Guardo-me bem de comentar as afirmações que no Telejornal atribuíram ao chefe de Estado do Vaticano. Há que encarar-las com a maior reserva de tal modo, pela forma como são apresentadas, elas representariam intromissão nos assuntos internos da Polónia.

Recordo um exemplo: quando referiam aos confrontos entre manifestantes e a polícia, o que as imagens mostravam eram as forças policiais, fazendo cordão e opondo-se ao avanço de manifestantes não se saberá para onde. Era essa a grande violência...

Outra manipulação indecente, indecorosa, foi praticada pelo sr. Henrique Garcia no fim do Telejornal, com referência à visita de Reagan a Berlim.

Palavras textuais do sr. Garcia: «Reagan foi a Berlim convidar Gorbatchov a derrubar o muro da Vergha».

Em primeiro lugar, o Garcia assumiu posição na guerra-fria, fugiu à objectividade que deve ser alvo principal do jornalista. A forma como se referiu ao muro de Berlim não é a forma própria de um jornalista, mas de um inimigo da RDA.

Em segundo lugar é incrível aquela do «Reagan convidar Gorbatchov». Mas então é Gorbatchov o presidente da RDA? É ele quem vai derrubar o muro?!

Suponhamos que nem um locutor estrangeiro dizia qualquer coisa como isto: Reagan convidou Felipe Gonzalez a diminuir a exportação de figos do Algarve.

Os portugueses gostavam? Garcia seria capaz de recriar a bojarada, diante de milhões de espectadores?

Não se pode assim ofender-se um povo, troçar descaradamente da sua soberania. A propaganda anti-socialista pode ficar grata ao sr. Garcia. Tristes homenagens!

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Casas para todos

Vêm aí as eleições. Portanto, mais uma vez, vai haver casas para todos. Se as promessas fossem cumpridas, toda a gente morava. As casas sobriariam. O que há mais, afinal, são visitas e discursos. Com alguns jornais a ajudar.

• «Na terça-feira passada, os gabinetes dos vários partidos na Câmara Municipal de Lisboa foram surpreendidos pela informação da Presidência segundo a qual, dois dias depois, Cavaco Silva presidiria, no Padrão dos Descobrimentos, à cerimónia de assinatura de um protocolo que pretende assegurar para já a construção de 10 mil fogos de habitação social, abrangendo o Alto do Pina (178), Boavista (640), Casal dos Machados (1150), Chelas (5357), Quinta das Fonsecaas (292), Furnas (90), Quinta da Horta Nova (512), Bairro Padre Cruz (1102), entre outras.

O Partido Socialista, que é acusado pela oposição de se ter colado desde o início a Nuno Abecasis, vê-se confrontado com a necessidade de se afastar e, em plena pré-campanha legislativa, ausentar-se da cerimónia pública em que surgia ao lado de Cavaco Silva.

O PCP foi a primeira força política a recusar estar presente no Padrão dos Descobrimentos, o que corresponderá aliás à do seu modo habitual de actuação. Mas o PS surge ineditamente na liça da oposição, considerando a promessa de 30 milhões de contos do Governo destinados a acabar com as barracas na capital, como «uma mera declaração de intenções» — diz Vasco Franco, que acrescenta:

«A Câmara Municipal está a contrair obrigações de que nem a Assembleia Municipal ouviu falar. (...)

O projecto, a cuja assinatura Cavaco Silva assistiu, acompanhado pelo ministro das Obras Públicas e os secretários de Estado das Vias de Comunicação, Habitação e Transportes, prevê um financiamento em 13 milhões de contos pelo Estado, a fundo perdido, e no restante por empréstimos com juro bonificado, prevendo-se a conclusão em 1992.

Segundo Rui Godinho, da APU, «não existe qualquer plano concreto»: «Tudo não passa de uma intenção de um anteprojecto, com fins meramente eleitoralistas...»

(«Expresso», 13. Junho)

• «Quando fui eleito pela primeira vez, Lisboa tinha 30 mil barracas. Hoje existem 10 mil e com os projectos de realojamento em curso garanto que as barracas desaparecerão dentro de cinco anos» — afirmou ontem Nuno Abecasis, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em entrevista ao «Cartas na Mesa» da Rádio Renascença, programa que tem a participação do «Correio da Manhã».

(«Correio da Manhã», 15. Junho)

vaco Silva ao Porto e um jornal afecto ao Governo propagandeou em manchete que «Governo acelera fim das barracas», titulando numa página interior que «Governo financia casas para substituir barracas».

2. Acontece que, no início de Agosto de 1985, também em pré-campanha eleitoral, já o Governo demitido PS/PSD tinha aprovado um decreto-lei sobre a mesma matéria e idêntica operação demagógica tinha sido desencadeada, como o atesta a imprensa da época (um jornal proclamava que «Governo diz que vai acabar com as barracas») e o órgão oficial de um dos partidos do Governo titulava «Ambicioso programa aprovado em Conselho de Ministros. Vão ser realojados residentes em barracas».

3. Mas, nesta história de demagogia, o que terá passado despercebido à opinião pública é que o Governo PSD/Cavaco Silva, procurando dar sustentação e credibilidade a mais esta sua operação eleitoralista, aprovou um

novo Decreto-Lei (N.º 226/87), de 6/6) revogando o Decreto-Lei n.º 366/85 de 11/9, do governo PS/PSD, sendo que aquele não passa, no essencial, da repetição deste.

Ou seja, o Governo PSD/Cavaco Silva está em funções há mais de ano e meio, teve tempo mais do que suficiente e favoráveis condições financeiras para aplicar o diploma anterior, regulamentá-lo, ou alterá-lo, mas é em plena pré-campanha que descobre a sua «preocupação» com as famílias que vivem em barracas.

4. Pelo seu lado, a CDU apenas deseja sublinhar que os portugueses que vivem em degradantes condições de habitação, designadamente em barracas, deveriam merecer respeito e atenção efectiva à sua gravíssima situação, em vez de serem tema para descarados exercícios de hipocrisia eleitoralista por parte do demitido governo PSD/Cavaco Silva.

(Nota de 12. Junho do Gabinete de Imprensa da CDU)

1917-1987

70.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO

Obras Escolhidas de V. I. Lênine em 6 tomos

à venda o 5.º tomo: 500\$00

Neste tomo reúnem-se os principais textos de Lênine dos primeiros anos da construção do socialismo pelo povo soviético.

V. I. LÊNINE

Obras Escolhidas

Нераспространяется в странах, где нет коммунистической партии и где нет коммунистического движения.

Avante!